



Muriaé, imagem aérea Google Earth, 2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE LETRAS E ARTES
FACULDADE DE ARQUITECTURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROJETO E PATRIMÔNIO
MESTRADO PROFISSIONAL EM PROJETO E PATRIMÔNIO

**DIRETRIZES PARA PROJETO DE INTERVENÇÃO URBANA DO
CENTRO DE MURIAÉ, MG**

MARIA ALICE ARAÚJO BOUZADA

ORIENTADORA: ANDREA QUEIROZ REGO

2023

DIRETRIZES PARA PROJETO DE INTERVENÇÃO URBANA DO CENTRO DE
MURIAÉ, MG

MARIA ALICE ARAÚJO BOUZADA

Dissertação de Mestrado Profissional apresentada ao Programa de Pós-graduação em Projeto e Patrimônio, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Projeto e Patrimônio, Linha de Pesquisa: Projeto, Gestão e Patrimônio.

Orientadora: Prof. Dra. Andrea Queiroz Rego

Rio de Janeiro

Julho 2023

DIRETRIZES PARA PROJETO DE INTERVENÇÃO URBANA DO CENTRO DE
MURIAÉ, MG

MARIA ALICE ARAÚJO BOUZADA

Orientadora: Prof. Dra. Andrea Queiroz Rego

Dissertação de Mestrado Profissional apresentada ao Programa de Pós-graduação em Projeto e Patrimônio, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Projeto e Patrimônio, Linha de Pesquisa: Projeto, Gestão e Patrimônio.

Aprovada por:

Prof. Dra. Andrea Queiroz Rego – Presidente da Banca, Programa de Pós-graduação em Projeto e Patrimônio, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dra. Vera Regina Tângari - Programa de Pós-graduação em Projeto e Patrimônio, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dra. Daiane Regina Valentini – Universidade Federal da Fronteira Sul

CIP - Catalogação na Publicação

A782d Araújo Bouzada, Maria Alice
DIRETRIZES PARA PROJETO DE INTERVENÇÃO URBANA DO
CENTRO DE MURIAÉ, MG / Maria Alice Araújo Bouzada. -
Rio de Janeiro, 2023.
189 f.

Orientador: Andrea Queiroz da Silva Fonseca Rego.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura,
2023.

1. Áreas antigas. 2. Patrimônio cultural e
paisagístico. 3. Projeto de Intervenção Urbana. 4.
Planejamento urbano. 5. Muriaé, Minas Gerais. I.
Queiroz da Silva Fonseca Rego, Andrea, orient. II.
Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

AGRADECIMENTO

Esses anos de mestrado foram tempos de intenso estudo, desafios e dedicação, gostaria de agradecer a aqueles que estiveram comigo e foram fundamentais para a realização deste sonho. Venho expressar minha mais profunda gratidão a cada um de vocês que esteve ao meu lado durante todos esses anos de mestrado.

Primeiramente, minha gratidão a Deus, que tem sido minha força e meu apoio em todos os momentos, fáceis e difíceis, ao longo desta jornada de mestrado. Sei que, sem a Sua presença constante em minha vida, eu não teria alcançado esse sonho. Agradeço aos meus pais, Cida e Gilmar, por sempre permanecerem ao meu lado, incentivando-me a perseguir meus sonhos, sendo minha base de apoio e amor. A minha irmã, Heloysa, pelas palavras de encorajamento e amor, por ter sido sempre uma presença constante, me apoiando em todos os momentos. Ao meu namorado, Jonathan, obrigada por compreender as minhas ausências e por me apoiar durante parte desse processo.

Gratidão aos meus amigos, Alejandro e Helena, minha sincera gratidão a vocês por fazerem parte deste processo de mestrado, compartilhando as lutas e as alegrias que essa etapa acadêmica proporciona. Agradeço imensamente a minha orientadora, Andrea, pela compreensão, paciência e dedicação durante todo o processo de mestrado, por acreditar no projeto de pesquisa nos momentos em que eu descreditava, encorajando-me a seguir em frente, muito obrigada por essa jornada acadêmica, sou grata por todo o conhecimento compartilhado e pelo aprendizado constante que obtive por meio de sua orientação. Mais uma vez, agradeço ao meu Pai, pois sem essa força divina nenhuma conquista seria possível.

DEDICATÓRIA

Dedico esta pesquisa, ao meu melhor amigo. Ele que sempre esteve comigo em todos os momentos, sendo minha força e apoio. Durante a jornada, quando me deparava com desafios e obstáculos aparentemente insuperáveis, era a Sua presença que me dava coragem para seguir em frente.

Nos momentos de dores e incertezas, foi minha rocha, meu refúgio seguro. Me deu força quando me sentia fraco, e esperança quando tudo parecia perdido. Sua sabedoria e o Seu amor infinito guiaram meus passos, orientando-me para as escolhas que me trouxeram até aqui e mostrando-me que o impossível é apenas uma ilusão.

Eu sou grato por cada bênção derramada sobre mim durante esses anos de estudo. Agradeço pela renovação da minha saúde, por ter me dado uma nova vida, pela cura. Obrigada pelo intelecto que me concedeu capacidade de aprendizado e pela oportunidade de mergulhar no conhecimento e expandir minha compreensão.

Que este sentimento de gratidão e amor se estenda além destas palavras. Que eu possa honrar Sua presença em minha vida buscando viver de acordo com os Seus ensinamentos, espalhando o amor, compreensão e gentileza a todos que passarem por mim. Que a Sua luz continue a me guiar em todas as minhas jornadas, e que eu possa sempre reconhecer e contemplar a Sua presença em minha vida.

Com toda a minha gratidão e amor, dedico minha dissertação ao meu melhor amigo, Jesus.

RESUMO

O crescimento urbano altera a dinâmica das cidades. A falta de planejamento e a celeridade no crescimento traz consigo problemáticas que influenciam diretamente na preservação de pré-existências, em especial, impactos no patrimônio cultural arquitetônico e paisagístico. Ao longo de um curto espaço de tempo, a Cidade de Muriaé vem se transformando de modo bastante radical, resultante da implantação de investimentos que impulsionaram as atividades econômicas e investimentos imobiliários, que acabam gerando impactos negativos na preservação do patrimônio existente. Apesar deste trabalho reconhecer o esforço do Plano Diretor Participativo de Muriaé, identifica, também, lacunas projetuais que tratem especificamente da paisagem da centralidade histórica de Muriaé, entendendo a dinâmica dos espaços livres públicos existentes. Assim, por meio de um extenso levantamento de dados sintetizados em mapas, a proposta é desenvolver um Projeto de Intervenção Urbana e Diretrizes de Uso, Ocupação e Preservação para a área central da Cidade, incluindo a sua Zona de Preservação Histórica, com o objetivo reforçar as diferentes identidades urbanas.

Palavras-chaves: Áreas antigas. Patrimônio cultural e paisagístico. Projeto de Intervenção Urbana. Planejamento urbano

ABSTRACT

Urban growth changes the dynamics of cities. The lack of planning and rapid growth brings with it problems that directly influence the preservation of pre-existences, in particular, impacts on architectural and landscape cultural heritage. Over a short period of time, the City of Muriaé has been transforming in a very radical way, resulting from the implementation of investments that boosted the economic activities and real estate investments, that end up generating negative impacts on the preservation of the existing heritage. Although this work recognizes the effort of the Muriaé Participatory Master Plan, it also identifies design gaps that deal specifically with the landscape of Muriaé's historical centrality, understanding the dynamics of existing public free spaces. Thus, through an extensive survey of data synthesized in maps, the proposal is to develop an Urban Intervention Project and Guidelines for Use, Occupation and Preservation for the central area of the City, including its Historical Preservation Zone, with the aim of reinforcing different urban identities.

Keywords: Old areas. Cultural and landscape heritage. Urban Intervention Project. Urban planning

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização do Município de Muriaé, Minas Gerais	24
Figura 2: Localização do Município de Muriaé e dos municípios que receberam influência de Marlière, Minas Gerais	26
Figura 3: Primeiro registro fotográfico da ocupação urbana em Muriaé-MG/1905.....	27
Figura 4: Estação de trem na cidade de Muriaé	28
Figura 5: Primeiro registro documental do mapa de Muriaé-MG em 1958	34
Figura 6: Mapa síntese do Plano Conceitual Proposto	38
Figura 7: Antes e Depois de Criação de rede subterrânea de energia, São Luís	39
Figura 8: Requalificação Avenida Beira-mar, São Luís	40
Figura 9: Registro atual e proposta para o Centro Histórico, São José	41
Figura 10: Imagem mostrando a ZPH, a área incorporada a esta e as pontes que a atuam como elementos estruturadores.	44
Figura 11: Mapa mostrando em destaque a Zona de Preservação Histórica e os bens tombados e preservados	46
Figura 12: Imagem destacando a área de intervenção proposta no trabalho.....	47
Figura 13: Mapa Figura e Fundo	49
Figura 14: Mapa Síntese dos Espaços Livres destacando os espaços públicos e privados	51
Figura 15: Mapa Bacia Hidrográfica do Rio Muriaé	53
Figura 16: Registro Histórico de inundação do Rio Muriaé, Rua do Rosário em 13 de março de 1926	54
Figura 17: Registro de inundação do Rio Muriaé, janeiro de 2022	54
Figura 18: Mapa mostrando os diferentes trechos característicos do Rio Muriaé na área de intervenção	55
Figura 19: Trecho 01 do Rio Muriaé, 2021	56
Figura 20: Trecho 01 do Rio Muriaé, 2021	56
Figura 21: Trecho 01 – extravasamento do Rio Muriaé, 2020	57
Figura 22: Trecho 02 do Rio Muriaé	57
Figura 23: Trecho 02 - Morador em atividade de pesca no rio	58
Figura 24: Trecho 03 do Rio Muriaé	58
Figura 25: Indicação do Calçadão JK.....	59
Figura 26: Calçadão JK com pavimentação em pedra portuguesa.....	60
Figura 27: Calçadão JK com pavimentação em blocos intertravados.....	61
Figura 28: Localização da Praça José H. Hanstenreiter no mapa da área de intervenção.....	62
Figura 29: Jardins da Praça José H. Hanstenreiter.....	63
Figura 30: Foto da Praça José H. Hanstenreiter em 2019.....	64
Figura 31: Foto da Praça José H. Hanstenreiter em 2022.....	64
Figura 32: Localização da Praça Cel. Pacheco de Medeiros no mapa da área de intervenção.....	65
Figura 33: Concentração do 9º Batalhão de Infantaria na Praça Cel. Pacheco de Medeiros em 1932.....	66
Figura 34: Praça Cel. Pacheco de Medeiros com Memorial Municipal ao fundo	67
Figura 35: Árvore Pau Brasil - Praça Cel. Pacheco de Medeiros.....	67

Figura 36: Localização da Praça João Pinheiro no mapa da área de intervenção	68	Figura 56: Análise da Verticalização, Muriaé.....	87
Figura 37: Vista aérea da Praça João Pinheiro	69	Figura 57: Mapa de Densidade, Muriaé	88
Figura 38: Coreto Praça João Pinheiro anos 1940	69	Figura 58: Análise de Densidade x Verticalização, Muriaé	89
Figura 39: Coreto Praça João Pinheiro em 2022	70	Figura 59: Mapa Uso do Solo, Muriaé	91
Figura 40: Indicação do relógio e do ipê no Largo do Rosário no mapa da área de intervenção	70	Figura 60: Análise do Uso do Solo, Muriaé.....	92
Figura 41: Vista do Relógio da Praça João Pinheiro e do Ipê-Amarelo Florido	71	Figura 61: Mapa Tipologia Usos e Funções, Muriaé.....	94
Figura 42: Localização do Largo do Rosário no mapa da área de intervenção	72	Figura 62: Análise Mapa Tipologia Usos e Funções, Muriaé	95
Figura 43: Largo do Rosário, mostrando a Igreja do Rosário.....	73	Figura 63: Mapa de Tipologia Residência Unifamiliar, Muriaé.....	96
Figura 44: Proposta do Projeto para o Largo do Rosário.....	73	Figura 64: Análise Mapa de Tipologia Usos e Funções, Muriaé.....	97
Figura 45: Largo do Rosário em reforma	74	Figura 65: Identificação Bens Tombados, Muriaé	99
Figura 46: Estação de Muriaé, c. 1930	75	Figura 66: Mapa Edificações de Valor Histórico, Muriaé.....	103
Figura 47: Mapa Viário, Muriaé	77	Figura 67: Identificação de Conjuntos de Valor Histórico, Muriaé.....	104
Figura 48: Localização da Avenida Maestro Sansão no mapa da área de intervenção	78	Figura 68: Análise padrão construtivo	105
Figura 49: Avenida Maestro Sansão.....	79	Figura 69: Análise padrão construtivo	106
Figura 50: Cruzamento da Avenida Maestro Sansão	80	Figura 70: Análise padrão construtivo	107
Figura 51: Camelódromo da Avenida Maestro Sansão.....	80	Figura 71: Mapa de infraestrutura, Muriaé.....	110
Figura 52: Vista da Avenida Maestro Sansão.....	80	Figura 72: Mapa de renda, Muriaé.....	111
Figura 53: Gráfico síntese das características climáticas de Muriaé.....	81	Figura 73: Mapa valor do solo urbano, Muriaé.....	112
Figura 54: Mapa de Arborização, Muriaé	83	Figura 74: Análise de vulnerabilidade com valor do solo urbano, Muriaé.....	114
Figura 55: Mapas de Verticalização, Muriaé.....	86	Figura 75: Análise Solo Urbano, Muriaé	115
		Figura 76: Zoneamento Urbano Poligonal, Muriaé	118
		Figura 77: Representação dos Setores, Muriaé.....	126
		Figura 78: Representação do Setor 1 – Largo do Rosário, Muriaé.....	132
		Figura 79: Representação do Setor 2 – Praça João Pinheiro e Praça Cel. Pacheco de Medeiros, Muriaé.....	134

Figura 80: Representação do Setor 3 – Praça José Henrique, Muriaé.....	136	Figura 85: Avenida Maestro Sansão, Muriaé.....	159
Figura 81: Mapa síntese do Sistema de Espaços Livres, Muriaé.....	139		
Figura 82: Travessa Abel Meireles Muriaé.....	146		
Figura 83: Rua Cel. Amador Pinheiro de Barros, Muriaé.....	150		
Figura 84: Rua Efigênia F. Silva, Muriaé.....	154		

SUMÁRIO

RESUMO	VI
ABSTRACT	VI
LISTA DE FIGURAS	VII
SUMÁRIO	X
APRESENTAÇÃO	XI
1. INTRODUÇÃO.....	12
2. RECORTE TEÓRICO.....	17
2.1. PAISAGEM E SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES.....	17
2.2 VALORIZAÇÃO DAS ÁREAS ANTIGAS DE CENTRALIDADES.....	20
2.3 ZONA DE PRESERVAÇÃO HISTÓRICA E CENTRALIDADE DE MURIAÉ.....	23
3. MÉTODOS DE INTERVENÇÃO.....	33
3.1 CARTOGRAFIA COMO MÉTODO DE ANÁLISE.....	33
3.2 REFERÊNCIAS PROJETUAIS.....	36
4. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO.....	43
4.1 DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO.....	43
4.2 SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES.....	48
4.3. OS ESPAÇOS EDIFICADOS: AS QUADRAS.....	84
4.4 VALOR DO SOLO URBANO.....	108
4.5 O PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE MURIAÉ.....	116
5. A INTERVENÇÃO URBANA: DIRETRIZES DE PLANEJAMENTO E O DESENHO URBANO DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS.....	124
5.1. DIRETRIZES DE PLANEJAMENTO.....	124
5.2. DESENHO URBANO DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS.....	138
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	164
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	164
APÊNDICE 1: Mapa com áreas do IBGE, área de intervenção.....	171
APÊNDICE 2: Dados demográficos do IBGE, área de intervenção.....	172
ANEXO 1: Lei de Uso e Ocupação do Solo, Muriaé.....	176
ANEXO 2: Manual de placas: parâmetros para publicidade nas fachadas das edificações localizadas na UES Centro e UES Centro Antigo da cidade de Manaus.....	178

APRESENTAÇÃO

A pesquisa de mestrado, nascida por inquietudes pessoais, aborda a difícil tarefa de intervir em centros consolidados ou em desenvolvimento, como Muriaé. O questionamento inicial que deu origem a este trabalho surgiu ao observar no cotidiano as transformações do centro histórico de uma cidade em crescimento.

Residente em um pequeno distrito do interior de Minas Gerais, tendo como cidade mais próxima Muriaé, pude identificar como esta vem passando por um processo de transformação constante e crescente. Por se enquadrar nas características de cidade média brasileira, atende uma grande demanda de serviços de saúde, educação, comércio e emprego, não somente de seus moradores, mas das demais cidades do entorno, que a tem como referência.

Sua população mantém a tradição de morar próximo ou na região central fato que estimula a implantação de novos empreendimentos da indústria imobiliária. Recordo-me de transitar pelo Centro e observar as edificações históricas que emolduravam a vida e o cotidiano dos muriaeenses e, posteriormente, transitar pelos mesmos espaços e me deparar com garagens de uso coletivo e grandes edifícios residenciais. Assim, com o passar dos anos é possível perceber a

introdução de novos elementos que obliteram os elementos antigos e implicam na transformação da construção de uma memória coletiva.

Para além da busca da compreensão da transformação do centro histórico é importante compreender sua relação com o Rio Muriaé, fonte da criação do lugar. O Rio, sempre presente na vida dos moradores, seja pelas boas pescarias ou pelas tragédias derivadas das enchentes, é, hoje, quase que imperceptível, e se encontra totalmente desconectado dessa centralidade urbana, sendo, prioritariamente, julgado como uma barreira a ser transposta entre os dois lados da Cidade.

Neste contexto a busca pela compreensão do patrimônio cultural e paisagístico é considerada imprescindível, tal como buscar posicionar a importância da Cidade de Muriaé no contexto da agricultura cafeeira, conhecido na região como o “ciclo do ouro verde”, sem esquecer o seu Plano Diretor Participativo, recentemente aprovado em 2019.

1. INTRODUÇÃO

Estudar e conhecer a história das cidades é fator primordial para a compreensão dos contextos atuais em que se vive. Os fragmentos urbanos dos diferentes tempos contribuem para as configurações das paisagens experimentadas por todos.

Em 1931 com a criação da Carta de Atenas, iniciava-se a discussão acerca da importância de conservar e preservar a arquitetura que possuía características e relevância históricas. Contudo, somente em 1967 com a criação das Normas de Quito o patrimônio urbanístico ganhou destaque e a salvaguarda de sítios urbanos e paisagens históricas passaram a ser objetos de estudo de conservação, preservação e restauro (VARGAS E CASTILHO, 2016).

As dinâmicas de ocupação territorial nos espaços urbanos estão em constante transformação e desenvolvimento. As cidades antigas brasileiras tendem a ser invisíveis e se perderem em meio ao crescimento urbano e impulsionamento do novo. Analisar os tecidos urbanos antigos e as paisagens nas quais se inserem se torna um meio de compreensão dos processos de transformações das dinâmicas socioculturais. O conceito de “Conservação Urbana Integrada” teve seu início com o movimento progressista italiano por volta de 1960, baseava-se na (re)funcionalização estratégica de áreas

dotadas de patrimônio, visando a elaboração de projetos de preservação e restauração de centros urbanos e edificações que possuíssem valor cultural para a sociedade (VARGAS E CASTILHO, 2016). A conservação urbana no Brasil teve seu início em meados de 1970, com a criação do Programa de Cidades Históricas – PCH, iniciativa do governo federal que investiu recursos para a recuperação do patrimônio cultural urbano, cujo objetivo era o desenvolvimento econômico das cidades históricas, desenvolvimento regional e turismo cultural (VARGAS E CASTILHO, 2016).

Este trabalho busca entender a centralidade da Cidade Muriaé, a partir de suas representações históricas, objetivando valorizar sua área mais antiga de interesse patrimonial e reforçar a identidade que se estabelece entre a Cidade e o Rio Muriaé, gênese da própria ocupação urbana, por meio da reestruturação de seu sistema de espaços livres.

Muriaé localiza-se na região da Zona da Mata Mineira, a cerca de 364 km da capital de Minas Gerais, Belo Horizonte, conta com uma população estimada de aproximadamente 107.916 habitantes e pertence ao quadro de cidades médias, segundo o IBGE 2016. Ao longo dos anos, a cidade vem se desenvolvendo de forma crescente

em um espaço curto de tempo, impulsionada pelas atividades econômicas e setores imobiliários. Como resultado, esse desenvolvimento tem gerado impacto negativo na paisagem, na preservação da identidade local e na conservação do patrimônio existente.

Minas Gerais é o estado brasileiro com maior número de patrimônios titulados, as cidades históricas mineiras são consideradas verdadeiros museus a céu aberto, que expõe suas obras arte ao longo das ruas, emolduradas pelas montanhas e pela vegetação da Mata Atlântica (IPHAN, 2021). Marcadas em suas histórias pelo ciclo do ouro, pela escravidão e os ideais revolucionários, os centros históricos mineiros são amparados por legislações para salvaguarda de seu patrimônio. Como exemplo mais significativo, temos as cidades de Ouro Preto, Congonhas e Diamantina, consideradas Patrimônio Mundial da Humanidade pela Unesco (IPHAN, 2014).

Apesar da Cidade de Muriaé não estar incluída do ciclo do ouro de Minas Gerais, o Município possui importante papel no desenvolvimento da agricultura cafeeira do Estado, portando assim, um rico acervo histórico, arquitetônico e natural e, apesar dos exemplos das cidades históricas, a gestão municipal não parece

possuir sensibilidade e atenção quanto à salvaguarda de seu patrimônio e sua história.

Levando em consideração a dinâmica atual, faz-se necessário o desenvolvimento de um Projeto de Intervenção Urbana, no âmbito do atual Plano Diretor Participativo, que traga orientações e diretrizes claras e objetivas para a preservação do patrimônio arquitetônico e paisagístico, em especial de sua área mais antigas e histórica, alinhadas ao desenvolvimento urbano sustentável do município.

O objetivo geral é desenvolver um Projeto de Intervenção Urbana e Diretrizes de Uso, Ocupação e Preservação para a área central da Cidade, incluindo a sua Zona de Preservação Histórica, com o objetivo reforçar as diferentes identidades urbanas.

Assim, como objetivos específicos, pode-se pautar em:

- Reconhecer e dar visibilidade ao Rio Muriaé, patrimônio paisagístico da Cidade;
- Identificar as diferentes paisagens do Centro da Cidade, propondo meios de gestão específicos que atendam às necessidades de cada uma delas em função das atuais dinâmicas sociais;

- Valorizar as edificações antigas e históricas não amparadas pela legislação existente alinhado com o desenvolvimento urbano sustentável.

Para alcançar os objetivos traçados se faz necessário a compreensão de conceitos como “paisagem” e “sistemas de espaços livres” tendo por base alguns autores como Milton Santos (2006), Jean-Marc Besse (2014), Miranda Magnoli (2006), Raquel Tardin (2008), Silvio Macedo (2018) e Eugenio Queiroga (2012) que trazem importantes reflexões a respeito dos estudos sobre a morfologia urbana e dinâmicas sociais e da paisagem. Ainda no desenvolvimento da conceituação, fez-se necessário o entendimento sobre o que é o patrimônio histórico urbano e o que são as áreas históricas antigas, buscando compreender como se dá a conciliação da concepção do novo com a valorização da pré-existência na elaboração de projetos de intervenções, estudando autores como Nuno Portas (1981), Heliana Vargas e Ana Castilho (2016). Ainda, no âmbito da construção de uma base teórica, foi necessário estudar a evolução urbana da Zona de Preservação Histórica de Muriaé e seu entorno imediato.

A estratégia utilizada para elaboração desse trabalho baseia-se em uma pesquisa qualitativa, buscando entender o fenômeno de crescimento da cidade no seu contexto atual e os impactos

relacionados ao patrimônio. A análise de dados apoia-se em pesquisa cartográfica exploratória, estudando e conhecendo o fenômeno da dinâmica da cidade, assim como suas problemáticas, potencialidades e possíveis soluções a partir de novas narrativas espaciais, alinhando a pesquisa teórica e as atuais realidades da área de intervenção. Para tanto, estuda-se também os métodos de intervenções adotados em projetos que guardam similaridades quanto ao conteúdo de intervenção, aqui tratado.

As fontes de pesquisa utilizadas envolvem as bibliográficas (artigos, livros, dissertações e teses); os documentos históricos (cartografia, iconografia); as bases cadastrais; as legislações; e os levantamentos de campo (anotações, fotografias, croquis, mapas, observação participante).

A delimitação e caracterização da área da proposta de intervenção se baseia na análise dos espaços livres de caráter ambiental, de circulação e de permanência; na análise do uso e ocupação do solo observando as formas e as funções; na caracterização demográfica e socioeconômica da cidade pautada nos dados disponíveis pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); e na legislação vigente que estabelece as diretrizes.

Por fim, a etapa propositiva se organiza em duas: o projeto de integração dos espaços livres e o estabelecimento de diretrizes de uso, ocupação e preservação para os setores da área central, em especial para as edificações históricas e antigas.

Espera-se que este trabalho possa somar aos outros estudos sobre o Município, agregando valor às reflexões sobre o espaço urbano e sua repercussão na construção das identidades e memória dos muriaeenses, tal como possa contribuir para aguçar discussões que envolvam processos participativos de atualizações do Plano Diretor.

Foto: André Rangel, 2021



2. RECORTE TEÓRICO

Este capítulo apresenta os dois principais conceitos que embasam teoricamente a proposta projetual de intervenção urbana – “sistema de espaços livres” e “áreas antigas” – ambos estruturadores para repensar a paisagem do centro da Cidade de Muriaé, objeto de intervenção.

2.1. PAISAGEM E SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES

A paisagem urbana pode ser entendida como a configuração espacial de uma cidade, resultante da interação entre os elementos naturais, edificados, históricos e culturais. A compreensão da transformação da paisagem depende da compreensão de sua história, da análise e do entendimento dos fatos do passado que permitem a melhor compreensão da paisagem urbana atual.

As cidades brasileiras possuem, em geral, um certo grau de desatenção quando ao contexto histórico que envolve paisagem urbana, negligenciam por vezes em projetos de intervenções e planejamentos a existência de cursos d’água, vegetação nativa, espaços livres, e as dinâmicas sociais e culturais que se mostram consolidadas em formas do passado (MAGNOLI, 2006).

Para Milton Santos (2006) a paisagem possui forte relação com o tempo, confirmando a paisagem como um processo de relações entre os indivíduos, o espaço e o tempo, “A paisagem é história congelada, mas participa da história viva. São suas formas que realizam, no espaço, as funções sociais” (SANTOS, 2006).

A compreensão da paisagem envolve o entendimento da dinâmica do meio urbano, de seus processos naturais, e processos materializados por agentes¹, Jean-Marc Besse (2014) aborda a paisagem cultural como algo que a sociedade organiza no espaço, através de sua existência e seu desenvolvimento.

[...] a paisagem não é a natureza, mas o mundo humano tal como ficou inscrito na natureza ao transformá-la. Um mundo misto, híbrido, nesse sentido, nem totalmente natural, nem totalmente humano, mas ao mesmo tempo natural e humano. Natureza humanizada, humanidade naturalizada: a paisagem é uma realidade ontológica de um gênero próprio, dotado de um espaço e de um tempo que lhe são próprios (BESSE, 2014).

As transformações da paisagem são inevitáveis, logo como são diretamente conectadas com as formas de vida, os ideais e os valores de uma sociedade. Diante das transformações contemporâneas e inevitáveis das formas de vida e paisagens do mundo, alguns lugares

devem ser assinalados pela relação singular estabelecida entre o homem e a natureza. No campo da preservação cultural brasileira, constitui-se uma chancela pela Portaria do Iphan 127/2009 na qual a “Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (BRASIL, 2009, Art. 1º).

A paisagem urbana deve ser caracterizada não apenas como uma junção de elementos, mas sim como eles elementos se relacionam, quais são seus impactos, sem desconsiderar as particularidades e características de cada um, "a identificação dos elementos e processos estruturantes da paisagem urbana pressupõe conhecer quais as partes que a formam e o modo como podem se estruturar nas diferentes escalas entre território e cidade" (TARDIN, 2011).

Para Miranda Magnoli (2006) a qualidade dos contextos urbanos é diretamente relacionada com a ligação entre os espaços edificados e não-edificados, a interação e completude desses espaços é primordial para compreensão do meio urbano. As cidades são frutos de diferentes contextos, diferentes relações, diversidade entre os indivíduos e suas apropriações, “a falta de um *locus* de centralidade própria, real, com identidade, com significado coletivo, desenraíza

mais facilmente o cidadão; facilita o uso do bairro como dormitório; o desconhecimento do outro propicia generalizações de desconfiança ao invés de estímulo à vida em contato (MAGNOLI, 2006).

O sistema de espaços livres são, segundo Miranda Magnoli (1982), corresponde a todos os espaços livres de edificação, ou seja, todos os espaços descobertos, sejam eles urbanos ou não, vegetados ou pavimentados, públicos ou privados, assim como: quintais, jardins públicos ou privados, ruas, parques, rios, mangues e praias urbanas. Este conceito ampliado vai além da compreensão de espaços verdes ou parques urbanos, englobando uma variedade de espaços que não possuem edificações e que são essenciais para a dinâmica e organização urbanas.

Para Raquel Tardin (2008) o sistema de espaços livres (SEL) se transforma e sua organização está relacionada com o constante desenvolvimento do meio urbano, mesmo quando não devidamente planejados e projetados, possuem conexões e relações particulares e únicas com seu entorno. Quando se trata de análise dos espaços livres, deve haver um foco maior sobre as superfícies não ocupadas, independente de serem públicas ou privadas, se forem cobertas ou não por vegetação, os espaços representam reestruturação de

território, além de serem utilizados como funcionalidade pública (TARDIN, 2008). Os conceitos dos espaços livres abrangem diversas categorias, Queiroga (2012) traz conceitos que serão abordados no desenvolvimento deste trabalho:

- espaços públicos: circulação, acesso e convívio de pedestres, circulação, acesso e estacionamento de veículos (da bicicleta ao veículo leve sobre trilhos), áreas de estar, convívio, recreação e contemplação da paisagem, áreas de atividades físico desportivas, áreas de conservação ambiental, espaços para manifestações políticas, artísticas e culturais, áreas para feiras, festas comunitárias, eventos circenses e religiosos, espaços destinados a usos específicos (ligados aos sistemas infraestruturas de energia, de saneamento ambiental, comunicações, portos e aeroportos, espaços de educação e pesquisa, entre outros);

- espaços privados: convívio familiar e social, recreação e contemplação, apoio aos espaços edificados (conforto ambiental, áreas de carga e descarga, estacionamentos, etc.), trabalho e serviços ambientais propiciados pela presença de áreas permeáveis, áreas vegetadas, arborizadas. (QUEIROGA, 2012).

Os espaços livres são, sem dúvida, elementos estruturantes do tecido urbano, não é possível a compreensão do espaço urbano sem

entender os espaços livres e sua dinâmica, a forma como a vida acontece nesses espaços, como se concebe o fluxo e a circulação das pessoas, qual a localização dos bens arquitetônicos, parques e praças e como que eles impactam na vida coletiva, além das distribuição das ruas e avenidas, que nos permite conhecer como aconteceu a evolução histórica da cidade através da leitura de seu traçado.

De acordo com Silvio Macedo et al (2018), “a inter-relação entre os espaços livres privados e a massa construída é intrínseca à conformação de uma dada paisagem urbana”, a configuração desses espaços e suas relações são dependentes do poder legislativo que é responsável pela gestão dos territórios, os processos de ocupação, as demandas sociais e econômicas, além da responsabilidade sobre o encargo ecológico e sustentável desses espaços (MACEDO et al, 2018).

Os sistemas de espaços livres são elementos estruturantes primordiais para a existência das cidades, Macedo (2018) enfatiza que esses espaços além de definirem o tecido urbano e o traçado da cidade, fazem parte do cotidiano, do dia a dia dos moradores e da sociedade, além de carregarem em suas estruturas a imagem da cidade, sua identidade, história e memória.

Magnoli (2006) reforça a importância em compreender a diversidade dos padrões e origens das cidades, através da aplicação dos conceitos de paisagem e espaços livres. Destaca que essa dimensão é algo que surge através de transformações no espaço / tempo, e que não há como acontecer essas transformações sem a relação homem e natureza.

Compreender a conectividade dos contextos urbanos existentes na Cidade de Muriaé proporcionará a compreensão necessária para o comportamento da vida urbana, e assim analisar e desenvolver quais as possíveis e mais adequadas soluções podem ser levadas a efeito de projeto/intervenção.

2.2 VALORIZAÇÃO DAS ÁREAS ANTIGAS DE CENTRALIDADES

“Qual o objetivo de uma cidade em construção se não uma cidade? [...]”. (CALVINO. Ítalo, 1997). A cidade articula-se através de suas funções desenvolvidas e do seu significado, exercendo um posicionamento no contexto urbano. Sua definição de centralidade está associada a existência de diversidade, conflitos históricos e estrutura urbana, agindo assim como o principal meio de representar a identidade de seus cidadãos e moradores (CALVINO, 1997).

O fundamental objetivo do ordenamento das cidades são as ligações existentes com seus cidadãos, elemento essencial para qualidade de vida. A compreensão do ambiente urbano compreende o comportamento de sua sociedade, sua forma de habitação, tempo livre e lazer, além de emprego e renda. O valor das áreas antigas das cidades não se encontra pautado somente nas edificações, mas em um valor de localização, de centralidade para as pessoas que vivem e trabalham nessa área, considerando a infraestrutura, e os valores sociais e econômicos. A humanidade vive em um contexto atual de mudanças que ocorrem de forma muito rápida, há uma necessidade e sensibilidade maior de consciência sobre a preservação e conservação urbana (VARGAS E CASTILHO, 2016).

Para Nuno Portas (1981) as áreas antigas são caracterizadas como zonas urbanas já consolidadas, que incluem todas as edificações construídas, não contemplando apenas construções que possuem um valor monumental ou de relevância histórica para a cidade, essas áreas abrangem locais e bairros residenciais mais ou menos antigos, independente de seu valor arquitetônico, não se concentrando somente na zona central. As políticas de recuperação física e reutilização social das edificações das áreas antigas se opõe as ideias de que esses locais possuem caráter museológico, somente para turismo e fotografia, mas sim sua recuperação e revitalização

englobam adaptação de usos e inserção de sua comunidade (pessoas) (PORTAS, 1981).

A história urbana encontra-se vinculada com as áreas antigas, um lugar caracterizado por suas sedimentações e estratificações históricas. Intervir nessas zonas significa valorizar a imagem de uma cidade, perpetuando sua história e resgatando o espírito de comunidade e pertencimento. As intervenções não deveriam ser baseadas somente no contexto histórico de um local, mas faz-se necessário a compreensão de porquê intervir (PORTAS, 1981).

Para Jane Jacobs (2000 [1961]) “uma das coisas mais admiráveis das calçadas das grandes cidades são as adaptações de velhos espaços para novos usos”, a manutenção e conservação do patrimônio construído é proporcionada através do uso, sendo quando mal utilizado o resultado é um patrimônio deteriorado que perde seu testemunho histórico no tempo. Ainda para a autora, “as construções antigas de bairro tornam os bairros mais cheios de vida”.

A Carta patrimonial “Princípios de La Valleta para a salvaguarda e gestão de cidades e conjuntos urbanos históricos” (2011), elaborada pelo ICOMOS – Comitê Internacional sobre Cidades Históricas – reflete uma maior consciência sobre o patrimônio histórico em uma escala urbana e regional. Este documento trata-se da atualização e

considerações que são abordadas na Carta de Washington (1987) e na Recomendação de Nairóbi (1976), na qual o principal objetivo é propor estratégias e princípios para projetos de intervenção em áreas urbanas históricas.

As estratégias e princípios abordados na Carta Princípios De La Valleta destina-se para a salvaguarda dos valores históricos das cidades, bem como suas configurações, sua relação e integração na vida social, com a vida cultural e questões econômicas, buscando a garantia de respeito pelos valores patrimoniais e a qualidade de vida da sociedade.

A carta enfatiza a identidade cultural e histórica contida nos traçados urbanos e em sua evolução, caracterizando como um conjunto de elementos tangíveis e intangíveis, que são indissociáveis neste contexto. Os elementos tangíveis são as estruturas urbanas existentes, as edificações e elementos arquitetônicos, a paisagem e elementos naturais; os intangíveis abrangem um contexto mais simbólico, como as práticas culturais e as tradições, as memórias e a história do local. (LA VALLETA, 2011)

As cidades, mesmo as históricas, são como organismos vivos, em constante transformação que envolvem diretamente os elementos formadores do conjunto urbano (elementos naturais e construídos,

tangíveis e intangíveis). Os planos de gestão possuem como função especificar estratégias e ferramentas que devem ser aplicadas no contexto atual urbano visando a proteção do contexto urbano.

As transformações urbanas devem contemplar, também, a não destruição dos recursos naturais, observando os ciclos da natureza existente. As intervenções e planejamentos devem levar em consideração o contexto ecológico, uma busca pela melhoria da qualidade do ar e do solo, preservação das áreas verdes e cursos d'água, evitando dessa forma os efeitos das alterações climáticas e as consequentes catástrofes naturais. Os espaços públicos, nesse contexto, não devem ser considerados como somente áreas de circulação, ou potenciais espaços a serem edificadas, mas como espaços ambientais, de convivência, contemplação, vivência social. O equilíbrio entre os espaços públicos e os ambientes construídos deve estar pautado em promover relações sociais, além de qualidade de vida, proteção da imagem e identidade local e infraestrutura prática, que deve ser planejada com foco voltado para a mobilidade urbana (VARGAS E CASTILHO, 2016).

As políticas voltadas para as áreas antigas carregam em seu histórico vários processos, no período de 1950-1970 com a expansão do movimento moderno, as intervenções nos centros urbanos eram

voltadas para a implantação do novo, os interesses projetuais idealizavam a materialização do movimento. As estratégias dirigiam-se para a recuperação e valorização dos espaços públicos, implantação do conceito de prioridade dos pedestres nos centros, resolução de problemas de deslocamento com foco no fomento do comércio.

O movimento moderno potencializou a importância da preservação do entorno dos centros, além do restauro de edificações que possuem valor histórico e simbólico. Com a fase da renovação urbana, 1970-1990, órgãos de grande importância como a Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) amplificam as medidas de preservação em uma escala mundial, correlacionando os centros históricos com o planejamento e gestão urbana, onde o objetivo é preservar o patrimônio e a integridade da sociedade. De uma forma abrangente, durante este período, a valorização da memória no contexto da vida urbana baseava-se em seu principal objetivo, o resgate da identidade e da cidadania através das políticas urbanas (VARGAS E CASTILHO, 2016).

Durante este período, políticas públicas urbanas eram estabelecidas em áreas centrais históricas no Brasil por meio dos órgãos da Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e a

Fundação Pró-memória. Posteriormente em 1987, com a Carta de Petrópolis as premissas sobre a preservação de centros históricos urbanos ganharam novos fundamentos. Entende-se as cidades como resultado de um processo de produção social, para Marcuse (1998) a qualidade arquitetônica é apenas um dos itens a ser considerado na preservação histórica, as intervenções devem refletir na arquitetura, no ambiente urbano e em sua memória.

As estratégias de intervenção urbana alteram-se no final do século XX, o foco passa a ser a forma de gestão dos projetos, assim como o aumento de suas dimensões e áreas de intervenção. Áreas urbanas restringidas ganham destaque, como espaços industriais, zonas portuárias, leitos ferroviários, orlas marítimas e de rios, proporcionando uma ação conjunta entre arquitetura e planejamento urbano, guiada por estratégias pautadas na economia e na base produtiva de consumo (VARGAS E CASTILHO, 2016).

Segundo Vargas e Castilho (2016) a velocidade de como as cidades se desenvolvem é um preceito a ser monitorado, um crescimento excessivo com muitas mudanças sem devido controle podem atingir de forma adversa a integridade dos valores pertencentes a cidade. Em suma, os planos de gestão englobam sistemas com um olhar atento aos riscos da intervenção, mas com o objetivo de promover,

primeiramente, a preservação da história e a preservação dos princípios de sustentabilidade urbana.

Os planos são instrumentos indispensáveis para uma intervenção que atenda aos conflitos e interesses reais, o processo de urbanização das cidades é estritamente ligado com a visão cultural em harmonia com seus moradores e contexto histórico. As áreas antigas e as novas áreas vivem em constante atrito, envolvendo processos mais simples até os mais complexos, como a destinação dos recursos públicos para projetos e conservação, vale ressaltar que a maioria dos municípios brasileiros ainda abrangem em sua maior parte as áreas antigas. Para Omholt (1998), os gestores devem ser capazes de elaborar uma reflexão sobre a situação atual da cidade, definir com clareza seus objetivos (o que querem mudar), e por quais direções pretendem ser guiados, como e quais estratégias projetuais farão parte do projeto. Um pré-requisito para elaboração dos diagnósticos urbanos é a compreensão socio material, sua organização, principais problemas, contexto histórico e identidade.

2.3 ZONA DE PRESERVAÇÃO HISTÓRICA E CENTRALIDADE DE MURIAÉ

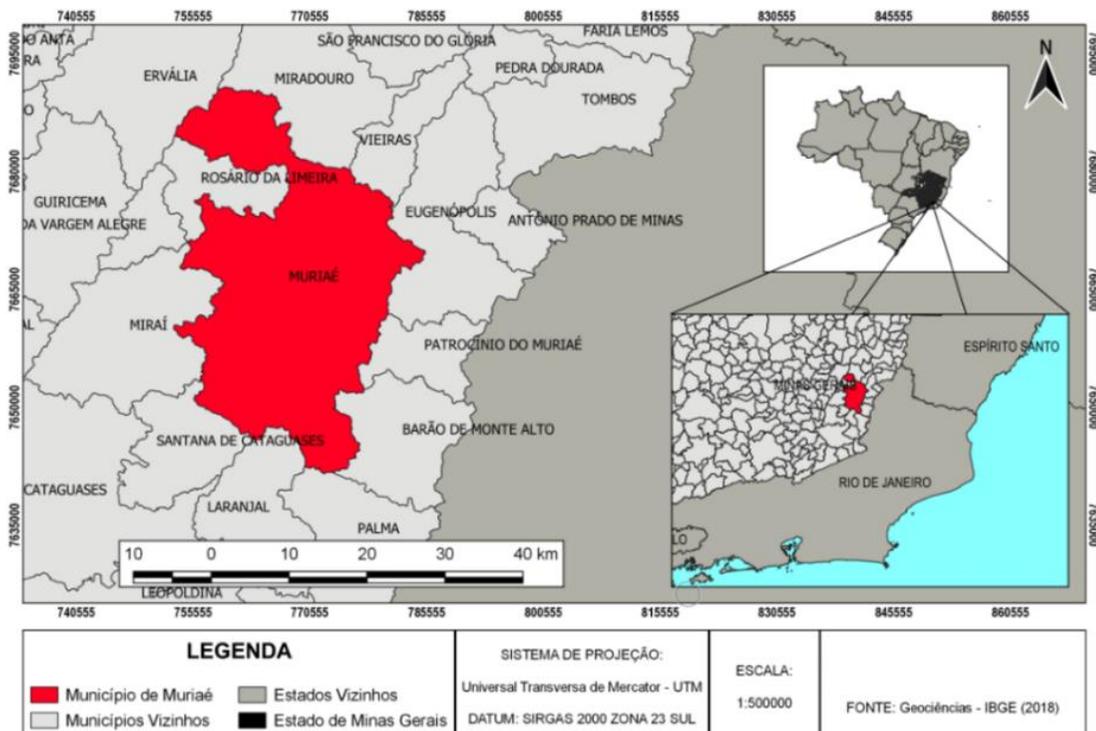
A Cidade de Muriaé está localizada na Mesorregião da Zona da Mata Mineira a cerca de 364 km da Capital de Minas Gerais, Belo Horizonte

e o seu Bioma natural é da Mata Atlântica (Figura 1). O Município conta com uma área de aproximadamente 841.639km², e encontra-se em uma posição estratégica da Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora (IBGE 2018).

A posição estratégica se dá pela inserção de duas principais rodovias federais que cruzam a cidade, a BR 116 e a BR 356. A BR 116 é a rodovia mais significativa do fluxo viário brasileiro, que conecta o

extremo sul do Estado do Rio Grande do Sul com o extremo norte do Estado do Ceará. A BR 356 conecta o Estado de Minas Gerais com o Estado do Rio de Janeiro. A paisagem da Cidade é composta por terreno altamente ondulado, com elevados morros que geram acentuados aclives e declives, inserida na bacia do Rio Paraíba do Sul, onde seus principais cursos d'água são os rios Muriaé (afluente do Rio Paraíba do Sul) e Glória (afluente do Rio Muriaé) (IBGE 2018).

Figura 1: Localização do Município de Muriaé, Minas Gerais



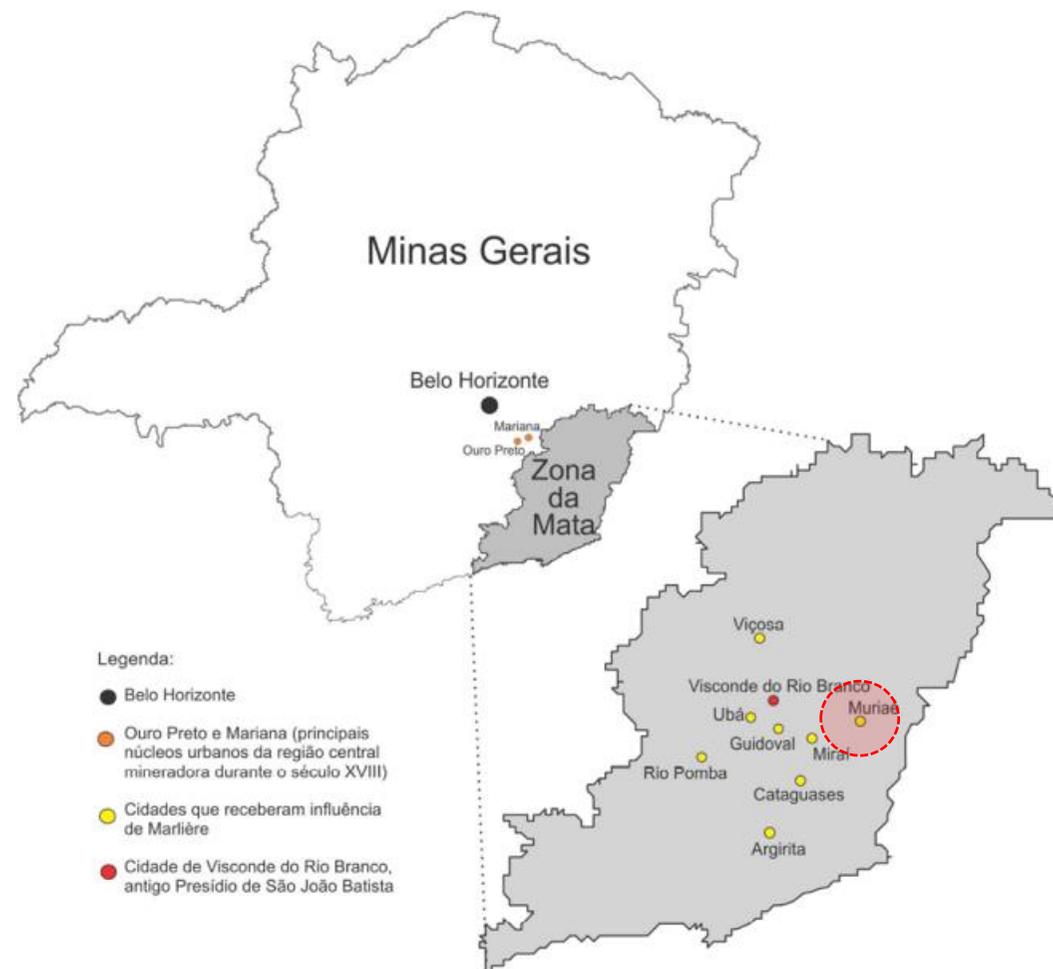
Fonte: Geociências, IBGE 2018

A formação das cidades no interior de Minas Gerais se deve, historicamente, à descoberta do ouro no século XVII. Nas primeiras décadas do século XIX a região atual da Zona da Mata tornou-se uma área com grande incentivo de povoamento e exploração de potencialidades econômicas, a Coroa que até então manteve o isolamento deste território como medida preventiva de extravio do ouro, contava agora com novas frentes do Império para povoar e colonizar essas áreas que eram ocupadas por indígenas habitantes de suas matas. Com o objetivo de promover o povoamento, Dom João VI promoveu a política indigenista, enviando o militar francês Guido Thomaz Marlière, colonizador, designado diretor das freguesias, onde era responsável com sua tropa a apaziguar os conflitos territoriais entre os índios e os novos colonos. Uma maneira de evitar conflitos era inserir e implantar o modo de vida luso-brasileiro para os indígenas, assim, aldeias eram implantadas com a atividade agrícola como base de sustento, catequização dos indígenas e implantação de capelas e matrizes nos centros, surgindo assim diversos núcleos urbanos no interior das matas de Minas Gerais (MANOEL, 2013).

A aldeia de São Paulo do Manuel-Burgo, atual Cidade de Muriaé, foi um dos núcleos colonizados por Marlière, a partir dos distritos

indígenas (Figura 2). A aldeia habitada por índios Puris, nos anos de 1814 e 1815, foi promovida a arraial, onde Marlière se encarregou para que houvesse a construção de um quartel, uma escola de primeiras letras, e uma Igreja. O aldeamento possuía cerca de três léguas quadradas, e seu documento oficial é datado em 16 de agosto de 1819 (MANOEL, 2013).

Figura 2: Localização do Município de Muriaé e dos municípios que receberam influência de Marlière, Minas Gerais



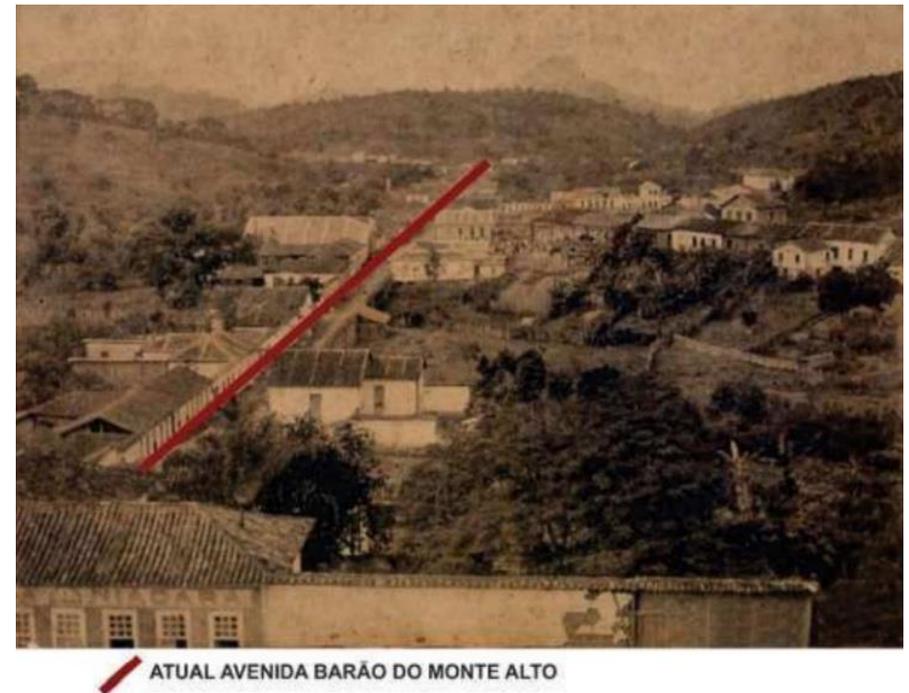
Fonte: Memórias e Histórias de Guido Thomaz Marlière (1808-1836), 2008

Constantino Pinto, designado por Marlière como vice-diretor dos Índios, foi o responsável pela continuidade da pacificação e expansão da aldeia, São Paulo Manoel de Burgo começava então a se organizar espacialmente, a aldeia era marcada por uma única rua que acompanhava as margens do Rio Muriaé pela facilidade de acesso às águas para as atividades básicas do dia a dia foram onde surgiram as primeiras edificações (Figura 3). Uma estrada se estendia desde o atual Bairro do Porto até o Bairro da Barra, cortando a atual região central, passando pela Capela do Rosário, construída em 1819, que impulsionou o crescimento do distrito, atraindo moradores e comerciantes, para a extração de madeira de lei e o cultivo de raízes medicinais (CÂMARA, 2014).

No ano de 1841 a aldeia se elevou a distrito, tornando-se São Paulo de Muriaé, nessa fase a região começava a receber imigrantes das fronteiras do Estado do Rio de Janeiro. O processo de imigração contribuiu para o crescimento do distrito, com a criação de novas ruelas e moradias, e a implantação da agricultura de cana-de-açúcar, milho e arroz, nas grandes fazendas. Nos séculos XVIII e XIX, a agricultura cafeeira tem grande avanço no Estado de Minas Gerais, não somente às grandes extensões de fazendas de café, mas também a mão-de-obra barata e escrava que existia relacionada às

terras da região. Em 1861, houve a emancipação do Município, passando a se chamar São Paulo de Muriaé (CÂMARA, 2014).

Figura 3: Primeiro registro fotográfico da ocupação urbana em Muriaé-MG/1905



Fonte: MATTOS, Marine - 2018

Caracterizado por estradas extremamente precárias, baixo fluxo de informação em uma sociedade altamente hierarquizada, dificuldade de escoamento dos produtos, falta de rede de abastecimento de água e tratamento de esgoto, no ápice da produção cafeeira entre os séculos 80 e 90, os poderes políticos da região se propuseram a

construir uma ferrovia, a partir de um ramal de linha férrea já existente, a Estrada de Ferro Leopoldina, para interligar o Município ao distrito vizinho, facilitando assim o escoamento do café. O ramal inaugurado em 1886 (Figura 4) possuía uma extensão de 25km e possuía também uma linha de transporte de passageiros, seu ponto de saída era no atual centro da cidade, próximo a Praça das Dores (atual Praça João Pinheiro) e se direcionava para Patrocínio do Muriaé no sentido leste (MANOEL, 2013).

Figura 4: Estação de trem na cidade de Muriaé



Fonte: Acervo Digital Memorial Municipal, 2022

A implantação da ferrovia alterou de forma significativa a paisagem existente e o ritmo de vida dos moradores de São Paulo de Muriaé, uma nova mancha urbana começava a ser criada, o centro da cidade começava a se tornar o centro de relações comerciais, com implantação de novos armazéns, carga e descarga de produtos e mercadorias, criação de novos comércios e hotéis, a ferrovia impulsionava novos setores econômicos na região, em consequência, a construção de novos territórios, expressões intelectuais e artísticas.

A crise da bolsa de Nova York em 1929 chegou até o Município de Muriaé atingindo diretamente a monocultura cafeeira, a queda na economia e produção de café abria lugar para implantação de novas atividades, como o cultivo de outros grãos (milho e arroz) com uma produção agrícola mais voltada para o subsídio local, com a inauguração da rodovia Rio-Bahia em 1939 um novo direcionamento econômico era implantado, a cidade aumentava o fluxo de escoamento de seus produtos agrícolas, adaptando-se às demandas e especialidades automotivas, fomentando à novas instalações de empresas de transportes (MANOEL, 2013).

A demolição do ramal da Linha Leopoldina Railways Company representa um marco de transformação urbana e econômica. A

retirada dos trilhos e armazéns potencializa um novo cenário. Surgem novas formas e espaços urbanos para a criação de novos empreendimentos na área central, assim como a remodelação das vias e da praça na qual era implantada a estrada de ferro. O processo de reurbanização começou lentamente, e teve um crescimento no período após 1960, com as áreas centrais saturadas iniciava-se uma expansão urbana nas áreas circundantes ao centro (MANOEL, 2013).

Contudo, somente no ano de 1987 que tal crescimento urbano começa a ser ordenado pela legislação urbanística municipal que tem como função amparar e estabelecer limites a qualquer construção que interfira no espaço e na qualidade de vida da cidade (CURITIBA, 2004).

Assim, na Cidade de Muriaé, as diretrizes de ordenamento territorial foram elaboradas pela Lei nº 1.220/1987 de Uso e Ocupação do Solo, que define as normas gerais para desenvolvimento do Município. O ordenamento urbano definiu as categorias de uso do solo, as tipologias das edificações e as condições para implantação de assentamento, assim como as penalidades caso não houvesse o cumprimento das normas. Dez anos após, em 1997, devido à expansão urbana e o crescimento populacional gerado pelos novos setores econômicos (indústrias têxteis) houve a necessidade de

revisão da legislação e a inclusão de tombamento a nível municipal de edificações arquitetônicas e conjuntos urbanos que possuíam relevância histórica para a cidade. No mesmo ano foi criado pela Lei Municipal nº 2.158 de 18 de novembro de 1997 a Fundação da Cultura e Artes de Muriaé (FUNDARTE), entidade de direito público responsável pela catalogação, inventário e tombamento dos bens municipais, sendo tombados também acervos e documentos históricos.

Em aproximadamente trinta anos de vigência a legislação de uso e ocupação do solo sofreu poucas alterações, passando com o tempo a não mais atender as necessidades de planejamento urbano da Cidade. Em 2005 a Prefeitura Municipal inicia, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), um novo planejamento urbano que, contudo, não foi aprovado, prevalecendo assim a Lei de 1997. Entretanto, em 2006, também em parceria com a UFMG foi criado o primeiro Plano Diretor Municipal, Lei nº. 3.377/2006, delimitando e instituindo regras para o ordenamento do território urbano, com o objetivo de controlar o adensamento e a verticalização da área central, onde está localizada a maior concentração de bens de interesse patrimonial.

Deste modo, é instituída a Zona de Preservação Histórica - ZPH no macrozoneamento urbano do PDM de 2006, como consequência da preocupação e conscientização sobre os valores dos conjuntos urbanos. A ZPH evidencia a necessidade cultural e histórica de preservar o traçado urbano central juntamente com as edificações que o compõem. Essa região central corresponde aos primórdios da formação da Cidade, à parte embrionária de Muriaé, sendo a primeira região a ser ocupada em termos de tecido urbano. A ZPH compreende uma das onze zonas na qual a Cidade de Muriaé é subdivida, englobando áreas antigas, de interesse histórico e cultural.

Atualmente, há um mais amplo reconhecimento da produção cultural de Muriaé, muito impulsionado pela criação da ZPH, que implica em alguns tombamentos e ações de preservação em nível municipal, tanto de edificações isoladas, quanto de conjuntos urbanos e paisagísticos e, até mesmo de acervos históricos. Muriaé possui importantes e diversificados bens culturais que contam não somente a história da cidade, mas fazem parte do cotidiano dos moradores locais, grande parte desse patrimônio localiza-se na região central, onde se tem os primeiros registros de ocupação urbana.

O avanço desse reconhecimento pode ser constatado pela criação da Lei nº 3.782 de 2009 que definiu a “Zona Especial do Caminho Cultural de Preservação Paisagística e Ambiental do Centro do Município de Muriaé”, estabelecendo a reabilitação e preservação de algumas edificações e ruas próximas aos conjuntos urbanos da ZPH.

Art. 2º -Passam a vigorar para a Zona Especial do Caminho Cultural as condições de preservação, reconstituição e renovação das edificações, bem como de revitalização de usos e espaços físicos de recreação e lazer, definidas nas notas, quadros e critérios técnicos constantes do Conselho Deliberativo de Patrimônio Cultural, Histórico e Artístico de Muriaé. (MURIAÉ, 2009).

Em 2013 a Lei nº 3.782/2009 foi revogada pela Lei nº 4.491/2013 que introduz no artigo 93 as questões de utilização de receitas vinculadas ao Fundo de Reserva Municipal, e remove o artigo 112 que permitia ao poder público a autorização de conceder em até 50% de desconto, sobre valor de IPTU dos bens imóveis inventariados.

Em 2019, a Lei 5.915 institui o Plano Diretor Participativo de Muriaé como o principal instrumento de Política Urbana Municipal. Os planejamentos setoriais e normas consideradas no Plano diretor tem

como princípios bases o direito à cidade e acesso aos benefícios da vida urbana aos cidadãos; função social e propriedade urbana, onde cumpre os critérios de ordenação territorial atendendo aos interesses do coletivo; equidade social e territorial, garantindo a justiça social e redução das desigualdades; direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, essencial a qualidade de vida, direito sobre o patrimônio natural; gestão democrática, onde garante a participação de diferentes representantes da população nos processos de planejamento e gestão da cidade. Alguns pontos no Plano Diretor devem ser destacados, como:

Art. 78 – O gabarito máximo das novas edificações, reformas e/ou ampliações localizadas na AIT H não poderá ultrapassar altura máxima de 12 (doze) metros do nível da rua. § 1º. A aprovação de novas edificações, construções, reformas, ampliações ou restauros nesta área devem levar em consideração a manutenção e valorização dos parâmetros arquitetônicos e urbanísticos que definem a paisagem urbana de interesse histórico, devendo ser precedida de análise pela Fundação de Cultura e Artes de Muriaé – FUNDARTE.

Art. 79 - A definição da Área de Especial Interesse para a Qualificação da Paisagem Urbana – AIQP visa reconhecer a importância do Rio Muriaé na estruturação urbana e paisagística de Muriaé.

Art. 97 - A estruturação viária de Muriaé tem os seguintes objetivos: I. Tornar a malha viária mais fluída e permeável, contribuindo para a promoção de uma Cidade Sustentável e Funcional; II. Superar as barreiras físicas da malha urbana, com destaque para as rodovias BR-116, BR-356, BR-265 e Rio Muriaé; III. Melhorar as conexões viárias entre bairros, tanto no sentido leste-oeste, quanto norte-sul.

A função do Plano Diretor é assegurar o bem-estar da sociedade, de modo a preservar o meio ambiente, promover a qualidade de vida, bem como o desenvolvimento urbano sustentável.



3. MÉTODOS DE INTERVENÇÃO

Este capítulo apresenta os procedimentos adotados tanto para a análise do objeto de intervenção quanto para o projeto de intervenção em si. Entende-se, no contexto desta dissertação, a importância de se avaliar projetos de intervenções urbanas que tratem do sistema do sistema de espaços livres e de áreas antigas, como base para a discussão dos procedimentos a serem adotados na proposta.

3.1 CARTOGRAFIA COMO MÉTODO DE ANÁLISE

As análises cartográficas desenvolvidas são um instrumento de pesquisa que possibilitam as construções de novas narrativas espaciais, alinhando a teoria e as realidades da área de intervenção.

A utilização de mapas é um método presente nos estudos de contexto urbano, eles são uma forma de expressão, um meio de sintetizar informações sobre determinada região, uma forma de se “ler” a paisagem.

A representação cartográfica é muito relevante para a compreensão da estrutura das cidades, mas como se pode projetar a partir de um conjunto de mapas? Para Brian Harley (2009) a cartografia é diretamente ligada a uma narrativa, podendo omitir ou revelar informações importantes de acordo com o seu objetivo.

Os mapas serão considerados como parte integrante da família mais abrangente das imagens carregadas de um juízo de valor, deixando de ser percebidos essencialmente como levantamentos inertes de paisagens morfológicas ou como reflexos passivos do mundo dos objetos. Eles são considerados imagens que contribuem para o diálogo num mundo socialmente construído. (HARLEY, Brian. 2009)

Os mapas são representações que proporcionam análises complexas e especializadas. As informações contidas nos desenhos cartográficos carregam em si um discurso teológico, reforçando o poder por trás de suas composições, deixando claro as restrições das interações sociais, visíveis nos limites dos traçados urbanos (Figura 5). A cartografia possibilita a espacialização de informações tais como: as características sociais, econômicas, culturais, religiosas.

A cartografia brasileira tem sua origem baseada na cartografia portuguesa do século XVI, devido a necessidade de mapas com rotas no período das grandes navegações. Era indispensável naquele período a precisão das rotas, assim como a orientação das correntes e os ventos dominantes. Em 1808, com a chegada do rei Dom João VI houve um impulso nos ramos científicos e artísticos, os mapas tinham como principal objetivo o reconhecimento da costa, posteriormente com a necessidade de conhecer melhor o território iniciou-se o mapeamento do interior e das fronteiras, documentando

a localização de tribos indígenas, os rios e suas nomenclaturas, o posicionamento das serras, locais habitados e não habitados (ARCHELA, 2007).

Figura 5: Primeiro registro documental do mapa de Muriaé-MG em 1958



Fonte: MATTOS, Marine - 2018

No século XVIII o impulso da produção cartográfica se torna ainda maior após a descoberta do ouro em Minas Gerais. Em 1934 com a criação do então atual Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na época chamado de Instituto Nacional de Estatística, a

cartografia inicia processo de desenvolvimento de mapas tecnicamente confiáveis. Logo, em 1940, os dados censitários coletados passam a ser referenciados em bases cartográficas por meio de sistemas de georreferenciamento, documentando

municípios, distritos, cidades e vilas. Iniciou-se também nesse período os processos de levantamento aerofotogramétrico, realizado por um sistema da Força Aérea dos Estados Unidos, mapeando áreas de maiores dimensões, em uma escala ainda não utilizada de 1:1.000.000, o IBGE atribui a esse momento o desenvolvimento cartográfico relacionados à fotogrametria e georreferenciamento (ARCHELA, 2007).

Segundo Cros Grove (2006) o conceito mais importante dos mapas é sua capacidade de registro, sendo instrumentos de descobertas e de visualização de cidades, sua abordagem diz que o espaço urbano das cidades e o espaço cartográfico são inseparáveis.

Conceitualmente, o mapa tem tanto precedido a presença física da cidade quanto servido para regular e coordenar a sua continuidade. São Petersburgo, Washington D. C., Nova Délhi, Brasília, incontáveis fortalezas e cidades coloniais existiram no papel antes de terem qualquer expressão material. Paris, Roma, Viena, Amsterdã, Jerusalém – virtualmente, toda grande cidade – foram construídas ou expandidas por meio de um plano desenhado. E, além da extensão física de reconstrução do espaço urbano, o mapa registrou e determinou incontáveis aspectos da vida urbana e da cidadania. (CROSGROVE, Edmund. 2006)

O conjunto de mapas desenvolvido torna-se um instrumento possível de representação da atual realidade do lugar, mas demonstra, principalmente, quais elementos de estudo embasarão o projeto. Os mapas, nesse sentido, fazem parte do projeto, documentando não somente a situação do presente, mas qual situação se julga relevante documentar, antecipando objetivos. Segundo Besse:

[...] não consideramos sempre as paisagens sob o mesmo ângulo, nem a partir do mesmo ponto de vista. Podemos vê-las do alto, como um pássaro, ou a partir do topo de uma montanha, numa espécie de afastamento e de obliquidade sintética, ou as olhamos a partir delas mesmas, ou seja, de seu interior, e vemos as coisas, por assim dizer, por seu contorno, pelos lados, e nunca realmente de maneira completa. Essas duas maneiras de ver, a visão vertical, assim como a visão lateral, a síntese e o movimento, fazem parte, ambas, da nossa relação com a paisagem. E geralmente nossa relação visual com a paisagem divide-se em uma ampla gama de olhares, ângulos e pontos de vista que não são sempre compatíveis, mesmo que coexistam. (BESSE, Jean-Marc. 2014)

Os diferentes modos de interpretar a paisagem resultam nas diferentes formas de representação, os mapas produzidos além de apresentarem a realidade existente denotam em parêntese as relações

sociais e econômicas do local, as formas de cultura que foram produzidas, e a relação do ambiente construído com o meio natural.

Os mapas desenvolvidos e apresentados a posteriori são utilizados em diversos tipos de aplicações, denominados como mapas de análise e diagnóstico, possuem o objetivo de reunir informações sobre a área de intervenção em Muriaé, como sua configuração urbana, planejamento e setores socioeconômicos.

Compreender o contexto histórico de Muriaé envolve avaliar o crescimento da cidade, que, a partir de 2010, passa a contar com mais de 100.000 habitantes, sendo considerada uma cidade de porte médio, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2016).

O processo de transformação urbano constante e crescente é causa e efeito da sua influência sobre os demais municípios do entorno, com ofertas de serviços de saúde, educação, comércio, transporte e comunicação.

A cartografia como método, busca compreender o contexto urbano de modo dirigido e extrair das análises subsequentes subsídios para o desenvolvimento do projeto.

3.2 REFERÊNCIAS PROJETUAIS

3.2.1. PLANO DE INTEGRAÇÃO DAS ÁREAS VERDES DE TIJUCA E VILA ISABEL, RJ

O projeto de iniciativa do Instituto Pereira Passos, da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, foi desenvolvido pelas arquitetas Andrea Queiroz Rego e Noêmia Figueiredo de Oliveira no ano de 2008. Possui como objetivo estabelecer a integração dos espaços livres públicos dos bairros da Tijuca e Vila Isabel, que são conectados com o Parque Nacional da Floresta da Tijuca.

A conceituação projetual (Figura 6) tem como base a requalificação da paisagem urbana, subdivididos em: (1) considerar os fragmentos de espaços livres de edificação (públicos ou privados) como elementos de integração ambiental, (2) gerar “caminhos” e reforçar os existentes para a Floresta Nacional do Parque da Tijuca penetrar no tecido urbano e (3) criar ambientes de qualidade para o convívio diário de moradores e demais usuários, respeitando as diferentes demandas e especificidades ambientais. A metodologia adotada para desenvolvimento das análises e posteriormente definição do projeto consiste em, primeiramente, identificar os potenciais de arborização nas vias onde pudesse ser implantado corredores verdes que conectariam os espaços livres existentes; seguindo a

metodologia, a segunda etapa consiste em desenvolver análises de mapas sínteses para compreensão de elementos da paisagem e aspectos culturais já consolidados.

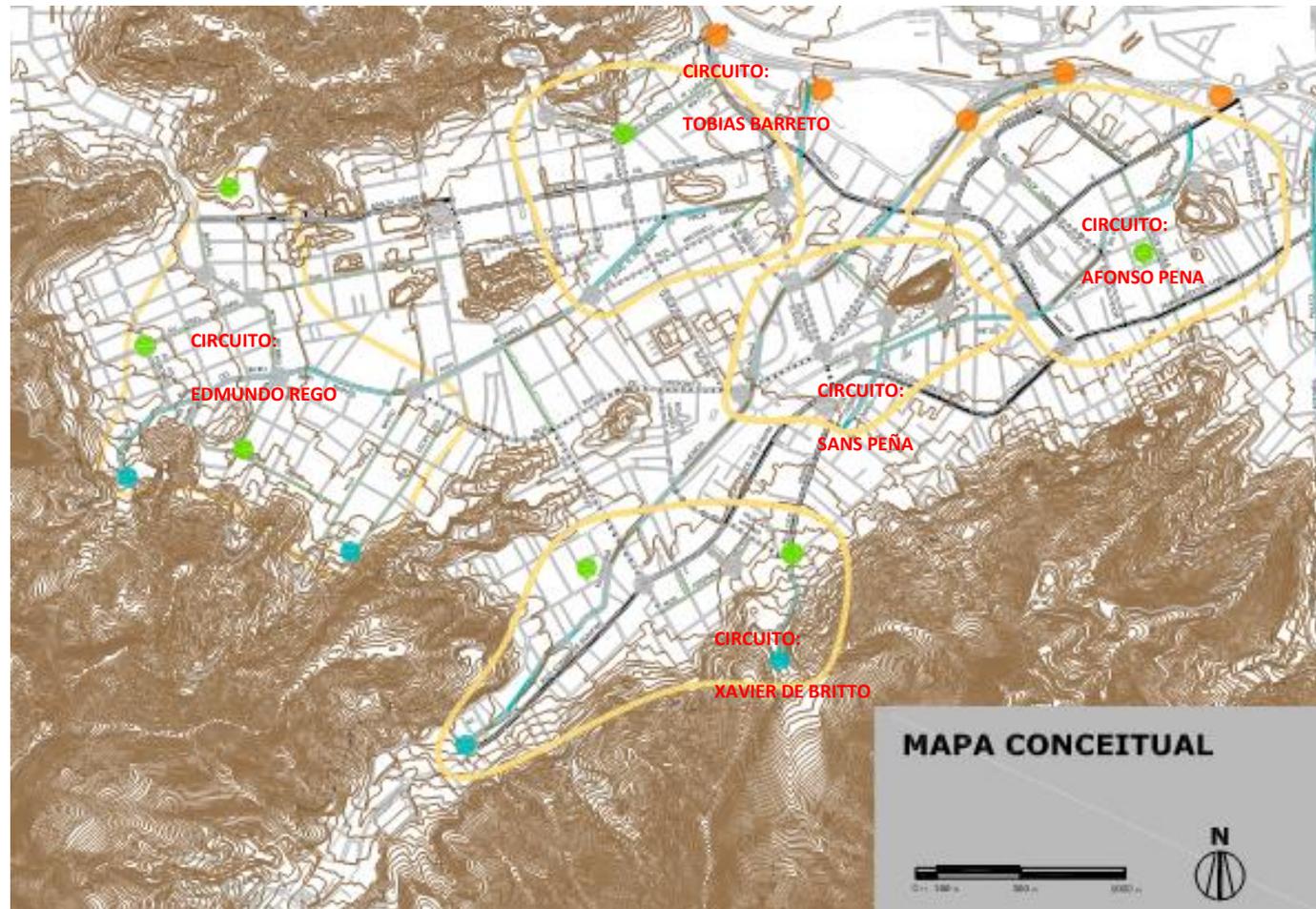
A proposta de intervenção carrega em seu objetivo central o resgate da memória Tijuca, com princípios de benefícios paisagísticos e melhora de qualidade ambiental, justiça social e otimização de recursos públicos. Para que o projeto atendesse essa demanda, dos fragmentos analisados foram selecionados os espaços que abrangessem um maior número de pessoas e ao mesmo tempo tivesse um menor valor de investimento público dos anos anteriores à proposta.

Os fragmentos definidos para implantação do projeto foram conectados por uma rede de corredores verdes, denominada neste trabalho por Ramos Verdes. Estes Ramos foram divididos em duas tipologias, os Ramos Verdes Hídricos, implantados em vias que remetem a cursos d'água antigos, ligados aos principais rios locais, e

os Ramos Verdes Históricos, que conectam as primeiras vias de circulação com os demais lugares. Para cada Ramo Verde foi estabelecido um conjunto específico de intervenção, baseado em seus diferentes elementos estruturadores, levando em consideração (1) o objetivo da intervenção – revitalizar o espaço e potencializar a arborização; (2) a natureza da intervenção – reurbanização, projeto de praça, arborização de passeio, paisagismo; (3) grau de complexidade – elevado, médio, mínimo; (4) prioridade de intervenção – máxima, média, mínima. Essas pré-definições foram estabelecidas com o propósito de auxiliar o poder público nas contratações projetuais e em seus prazos de execução.

O projeto passou apenas pelo plano conceitual e não avançou para as etapas mais importantes e práticas, devido a decisões administrativas da Prefeitura, não sendo concluído os estudos preliminares e projeto básico, assim como sua execução.

Figura 6: Mapa síntese do Plano Conceitual Proposto



Fonte: REGO, OLIVEIRA, 10º ENEPEA, 2010

Os Ramos Verdes podem ser caracterizados por vias arborizadas, ou corredores verdes, que proporcionam aos seus usuários o conforto e segurança em transitar pelos espaços públicos, viabilizando dessa forma a demanda por serviços nesses locais, o aumento de comércio

de bairro, a segurança pública, em contrapartida a diminuição de abandono local. O projeto tem como base a priorização do pedestre e a melhoria da qualidade ambiental, contemplando o planejamento urbano e o resgate de memória local de um bairro.

3.2.2 REABILITAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS, MA

O Programa de Reabilitação do Centro Histórico de São Luís foi criado no ano de 2011, pela Fundação Municipal de Patrimônio Histórico de São Luís - FUMP - juntamente com o IPHAN, na gestão municipal de 2010-2013. O projeto tem por objetivo principal promover o desenvolvimento sustentável do centro urbano, conciliando suas funções culturais e habitacionais.

Considerado Patrimônio Mundial da UNESCO em 1997, era necessário implantação de políticas e reformas que despertassem o apego cultural, o resgate da identidade local e fomento para o turismo e economia.

A política de desenvolvimento urbano de São Luís preza pelas funções sociais, visando garantir qualidade de vida de seus habitantes e utilização equilibrada de seus recursos naturais e materiais.

O projeto de reabilitação e conservação teve como princípio reverter o processo de abandono e a degradação crescente do Centro Histórico, preocupando-se com a sustentabilidade do local e o impacto do entorno. Intervenções em espaços públicos (Figura 7), criação de passeios arborizados, recuperação de imóveis, fornecimento de infraestrutura urbana (Figura 8), programas

culturais e sociais, foram algumas das estratégias abordados para o enobrecimento dessa área central.

Figura 7: Antes e Depois de Criação de rede subterrânea de energia, São Luís



Fonte: BOGEA. Katia – 2011

O Programa envolve (1) os Projetos Estratégicos de infraestrutura urbana, revitalização cultural e revitalização econômica; (2) as Melhorias Habitacionais com o Programa de Habitação, a viabilização de intervenções e a locação social; e (3) o Fortalecimento Institucional incluindo a revisão e do desenvolvimento de

documentos, a definição de instrumentos e do planejamento e a aquisição de equipamentos e capacitação da equipe.

O programa vem sendo desenvolvido continuamente, com a execução de projetos urbanos e sociais através de múltiplas gestões, em abril de 2022, moradores selecionados tomaram posse de suas novas residências, através do plano de recuperação de imóveis do programa de projetos de interesses sociais.

Figura 8: Requalificação Avenida Beira-mar, São Luís



Fonte: BOGEA. Katia – 2011

3.2.3 REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO JOSÉ, SC

Desde a fundação da cidade, 1750, sua relação com a água vem se desfazendo gradativamente, impulsionada pela substituição do transporte marítimo pelo transporte rodoviário. O Concurso Nacional de Arquitetura realizado em 2014 pela Prefeitura Municipal juntamente com a Fundação Municipal de Cultura e Turismo de São José e Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB SC, buscou discutir o crescimento e constante transformação da cidade, e seus impactos negativos com relação a preservação do patrimônio histórico-cultural.

O objetivo geral do edital do concurso foi impulsionar a reabilitação integral e requalificação urbanística da área de ocupação original do Município de São José/SC, através de intervenção física. Como objetivos específicos foram destacados

- a. Criação de identidade visual: pavimentação, mobiliário urbano e sinalização turística;
- b. Propostas de novos usos para a área atualmente ocupada pelo prédio da Câmara de Vereadores e do Ginásio e para a edificação onde atualmente funciona o Posto de Saúde;
- c. Criação do Parque Beco da Carioca;

d. Propostas urbanísticas para priorização do pedestre e melhorias de circulação viária.

O Projeto de Requalificação Urbanística do Centro Histórico de São José, teve como equipe no projeto vencedor: Camila Thiesen, Cássio Sauer, Diogo Valls, Elisa Toschi e Jaqueline Lessa. Colaboradores: Ignacio de la Vega, Lucas Weinmann e Lucas Zimmer.

A proposta (Figura 9) incluiu ações na escala macro e local.

Figura 9: Registro atual e proposta para o Centro Histórico, São José



Fonte: ArchDaily, 2014

- Plano macro de intervenções com reformulações do Plano Diretor;
- Diminuição progressiva do fluxo de veículos no núcleo histórico;
- Aumento da permeabilidade da malha viária através da construção de novas conexões, e a maior utilização da BR-101 pelos moradores locais;
- Reaver a possibilidade de transporte naval, uma opção de conexão do Centro Histórico com outros pontos da cidade;
- Reformulação dos espaços públicos com tratamentos de pavimentação, mobiliário, iluminação e sinalização gráfica;
- Espaços comerciais com objetivo de gerar renda e auxiliar na manutenção da estrutura do Parque;
- Reurbanização do trecho norte-sul do principal eixo viário da cidade.

A situação financeira limitada da prefeitura de São José não possibilitou a execução do projeto como o previsto. Em 2018 foi iniciado um projeto de área de convívio e lazer, como requalificação da orla, com um prazo de execução estipulado de dois anos, e com investimento de menor custo em parceria com empresas privadas (Prefeitura São José, 2018).



Foto: Guia Muriaé

4. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO

4.1 DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO

A área de intervenção corresponde ao Centro Histórico ampliado da Cidade de Muriaé, englobando sua Zona de Preservação Histórica - ZPH e seu entorno imediato, baseado no conceito de Conexão e Vivência, em uma ligação coerente entre os conjuntos paisagísticos, o patrimônio natural e histórico existente. Os critérios adotados para a definição da delimitação, teve como base a localização dos elementos estruturadores do tecido urbano existentes na ZPH - conjuntos paisagísticos tombados, o Rio Muriaé, as pontes de acesso e o eixo principal que conecta esses elementos.

Martin Coy (2013) coloca em seu artigo “A interação rio-cidade e a revitalização urbana: experiências europeias e perspectivas para a América Latina” a relação entre os rios com as cidades, assim como seu desenvolvimento urbano, expondo a importância de se compreender a dinâmica do espaço e da sociedade ao se pensar em um projeto de revitalização e de intervenção urbana.

(...) na busca de estratégias para a reintegração dos seus rios na paisagem urbana, de encontrar caminhos para uma revitalização urbana que seja compatível com a memória coletiva, que fortaleça a identidade local em harmonia com o *genius loci* e que

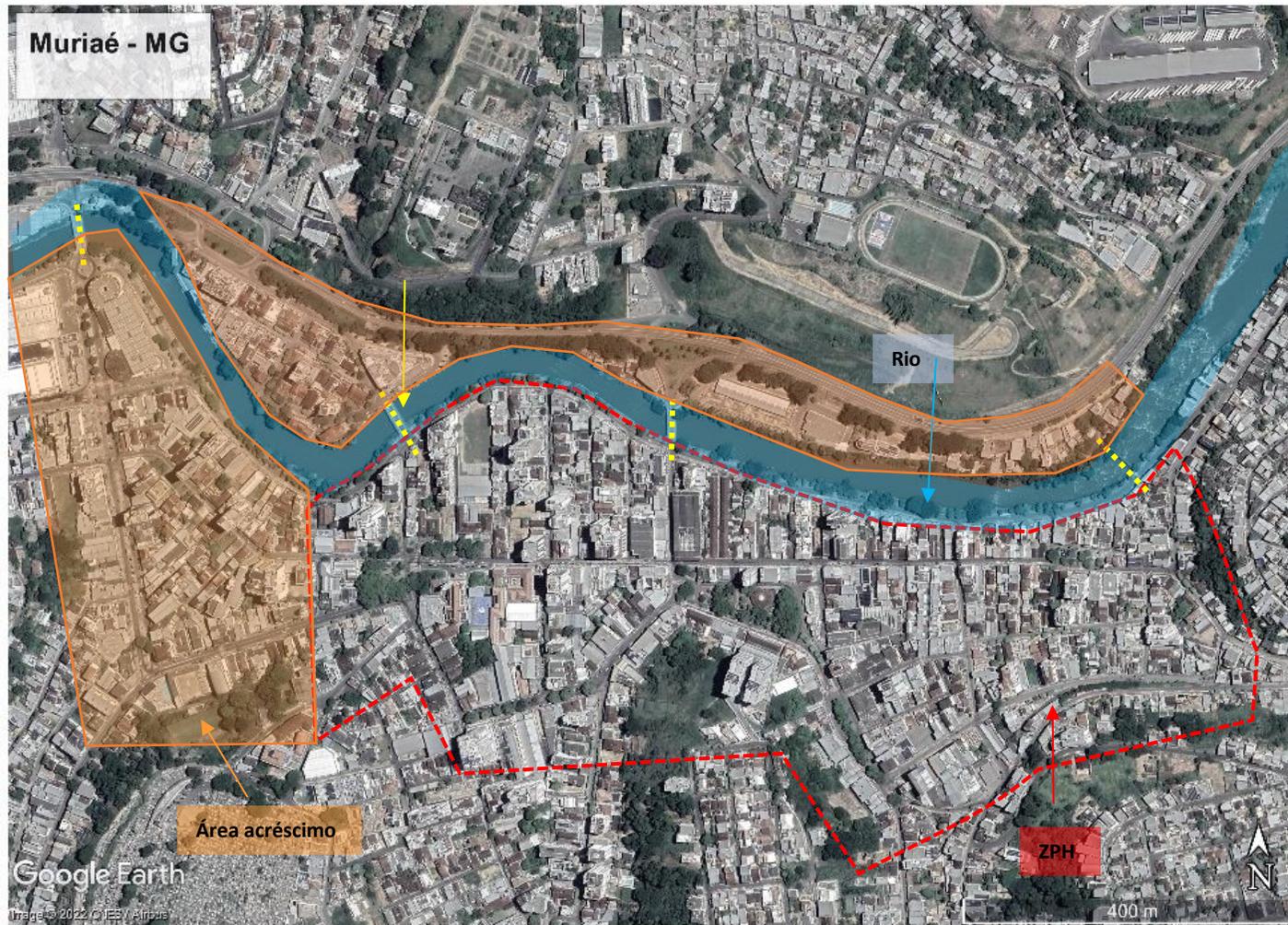
seja, ao mesmo tempo, incluído com respeito à participação de todos os segmentos atingidos da população local. (COY, 2013 p. 15)

Intervenções urbanas as margens dos rios têm como objetivo resgate da identidade local e conexão do ambiente natural com o ambiente construído. Entender os componentes (paisagem, conexão, circulação, perspectivas, estruturas, meio ambiente, elementos) que formam a imagem da cidade é a base para um projeto de intervenção urbana memorável.

A poligonal de intervenção (Figura 10) engloba a Poligonal de Preservação Histórica - ZPH (Figura 11) já existente e definida no Plano Diretor Lei nº 3.377/2006, Art. 24º - § 1º, como as áreas necessárias à preservação do patrimônio cultural (MURIAÉ, 2006). Contudo, a poligonal proposta se amplia em função de um entendimento mais amplo, para além do conjunto de bens tombados, julgando-se fundamental a incorporação do principal acesso à área.

Os acessos que conectam os dois lados da Cidade, atravessando o Rio, são estruturas determinantes no desenvolvimento da malha urbana. A implantação de cada um desses acessos implica em um determinado momento da história, tendo influenciado diretamente para a sua atual forma.

Figura 10: Imagem mostrando a ZPH, a área incorporada a esta e as pontes que a atuam como elementos estruturadores.

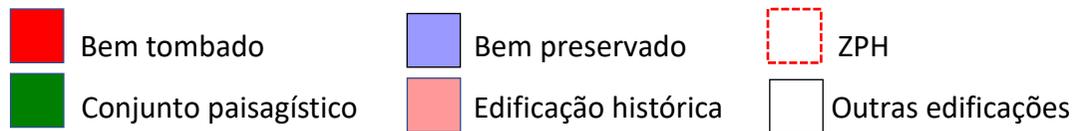
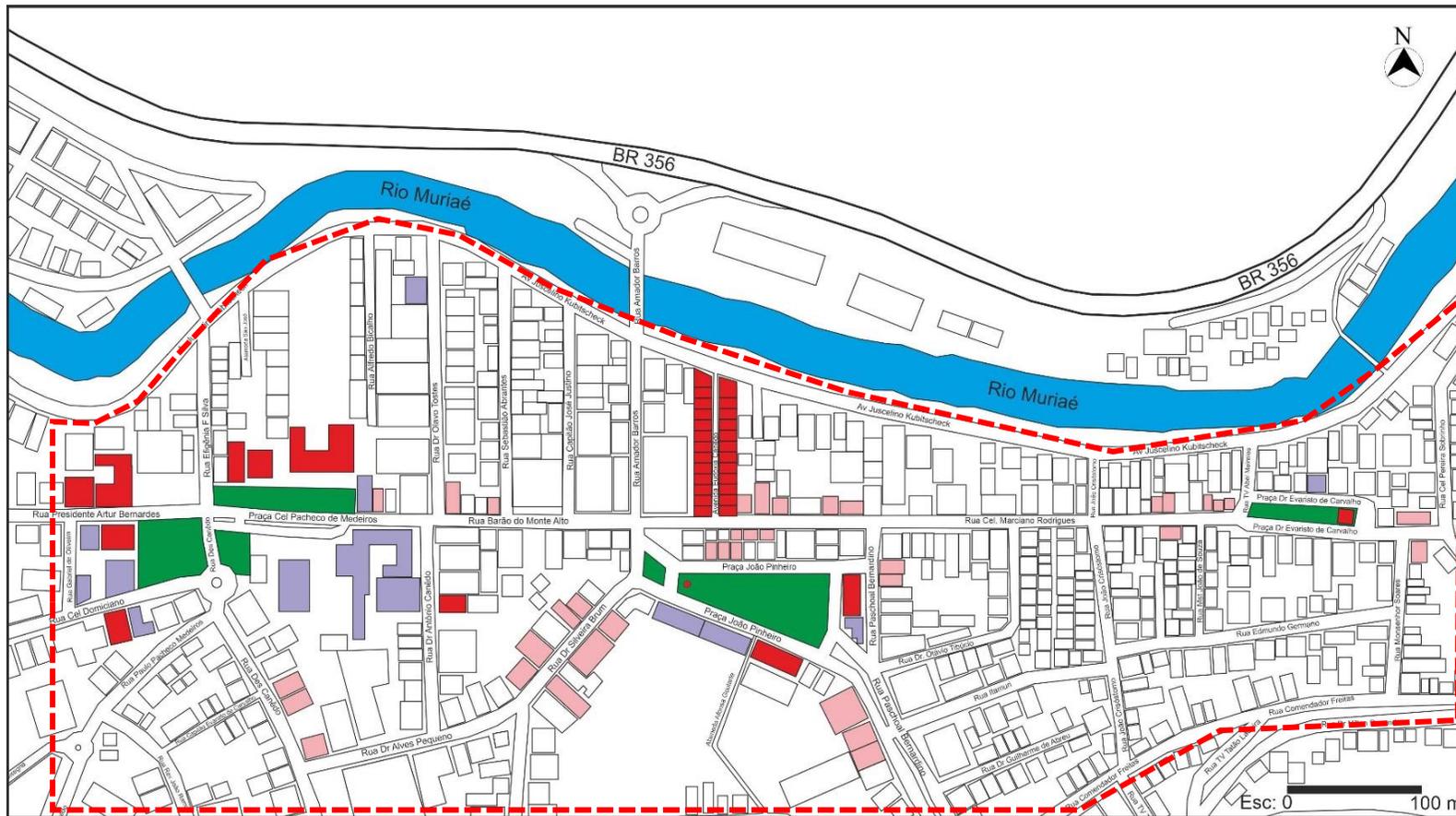


Fonte: Desenvolvida pela autora sobre o Google Earth, 2022

O Rio Muriaé, que nomeia a Cidade em estudo, é primeiro elemento estruturador para formação da forma urbana. As primeiras ocupações territoriais se deram em sua margem e seguiram um adensamento linear acompanhando seu curso. O acréscimo dessa zona ripária para a poligonal de estudo enriquece o projeto urbano em seu potencial ambiental, além de trazer para o meio construído o meio natural, contribuindo assim com o planejamento urbano. O acréscimo se estende as áreas de entorno imediato ao Rio Muriaé, pertencentes aos territórios interligados pelas pontes (elementos estruturadores).

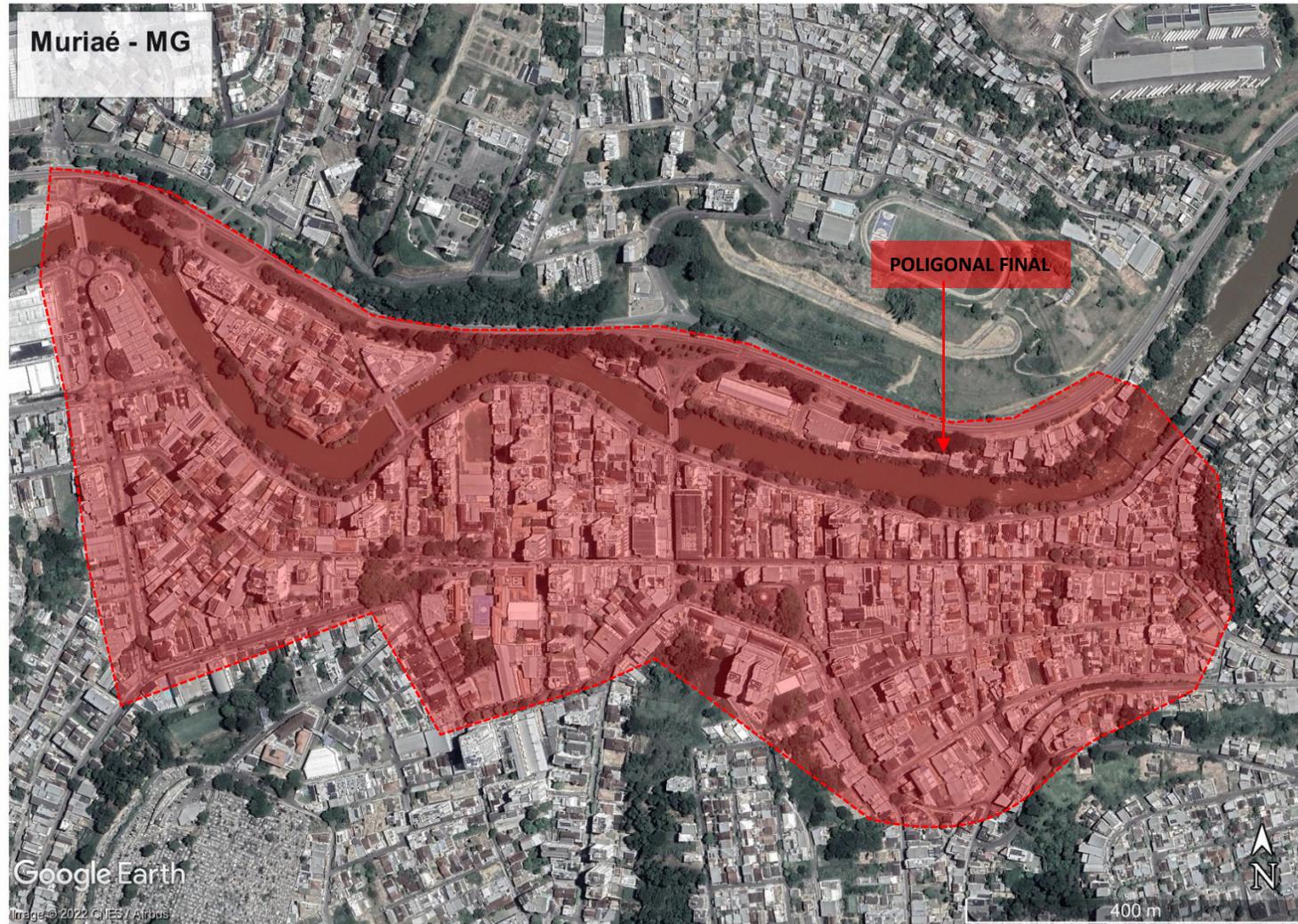
A poligonal proposta (Figura 12) reconhece, também, a importância de um sistema de espaços livres de permanência – as praças, e a conexão do eixo central histórico com o principal acesso à Cidade pela rodovia BR 356.

Figura 11: Mapa mostrando em destaque a Zona de Preservação Histórica e os bens tombados e preservados



Fonte: Autora com base de dados da Cartografia Municipal, 2022

Figura 12: Imagem destacando a área de intervenção proposta no trabalho



Fonte: Desenvolvida pela autora sobre o Google Earth, 2022

4.2 SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES

A análise dos espaços livres permite compreender melhor a estruturação do espaço e a forma urbana. O conjunto de espaços livres das cidades possuem inter-relação com seus sistemas e estruturas e tais relações definem o desenho urbano e sua organização e funcionalidade.

O mapa Figura e Fundo (Figura 13) permite identificar a relação entre os espaços livres e os edificadas, visualizando aspectos como: os limites, aglomerações, densidades e formas de ocupação.

Analisando o mapa é possível perceber que a Cidade de Muriaé se desenvolveu de forma linear ao longo do Rio e sua forma é tensionada pelas curvas do Rio ao norte pela topografia ao sul. As vias principais são, em geral, retilíneas e um eixo principal, identificável pela linha preta, interliga os extremos leste-oeste da Cidade, embora as vias secundárias, apresentem formas irregulares.

Ao longo do Rio Muriaé é possível identificar uma pequena zona ripária e dois eixos livres lineares na direção norte-sul que dão a continuidade às pontes. Os quarteirões estão organizados a partir do

eixo central e não possuem padrões determinados ou orientações de tamanhos em sua estruturação.

O posicionamento das edificações em relação aos lotes mostra em sua maioria, a ausência de afastamentos frontais e laterais em seus limites, demonstrado pelas linhas contínuas e os fragmentos “brancos” sem intervalos “pretos”. Nota-se em alguns trechos da área a predominância dos “edificados brancos”, caracterizando a densidade e a maior aglomeração de construções. Esses agrupamentos podem ser percebidos com maior clareza na parte mais central da área de intervenção, assim também como na lateral direita do mapa, com sua maior concentração nas extremidades da via de eixo central e nas proximidades do Rio Muriaé. Percebe-se, também que os fragmentos brancos dos “edificados” são de maiores dimensões na área central, dimensões médias no lado direito e pequenas dimensões no lado esquerdo.

Os espaços livres, em sua maior concentração, correspondem aos espaços livres públicos (vias e praças). Observa-se uma pequena parcela de espaços livres privados no interior das quadras, caracterizado pelos afastamentos entre as edificações e presença de quintais e jardins, tal como alguns poucos lotes desocupados.

Figura 13: Mapa Figura e Fundo



□ Espaços edificados
■ Espaços livres de edificação

□ ZPH

Esc: 0 50 100 200metros

Fonte: Autora com base de dados da Cartografia Municipal, 2022

Pode-se afirmar pelo mapa Figura e Fundo que a área de estudo apresenta uma certa uniformidade na relação entre os espaços livres e edificados, apesar de ser possível identificar uma densidade um pouco maior de edificações na porção leste, em função de um maior número de edificações menores que as presentes nas porções central e oeste.

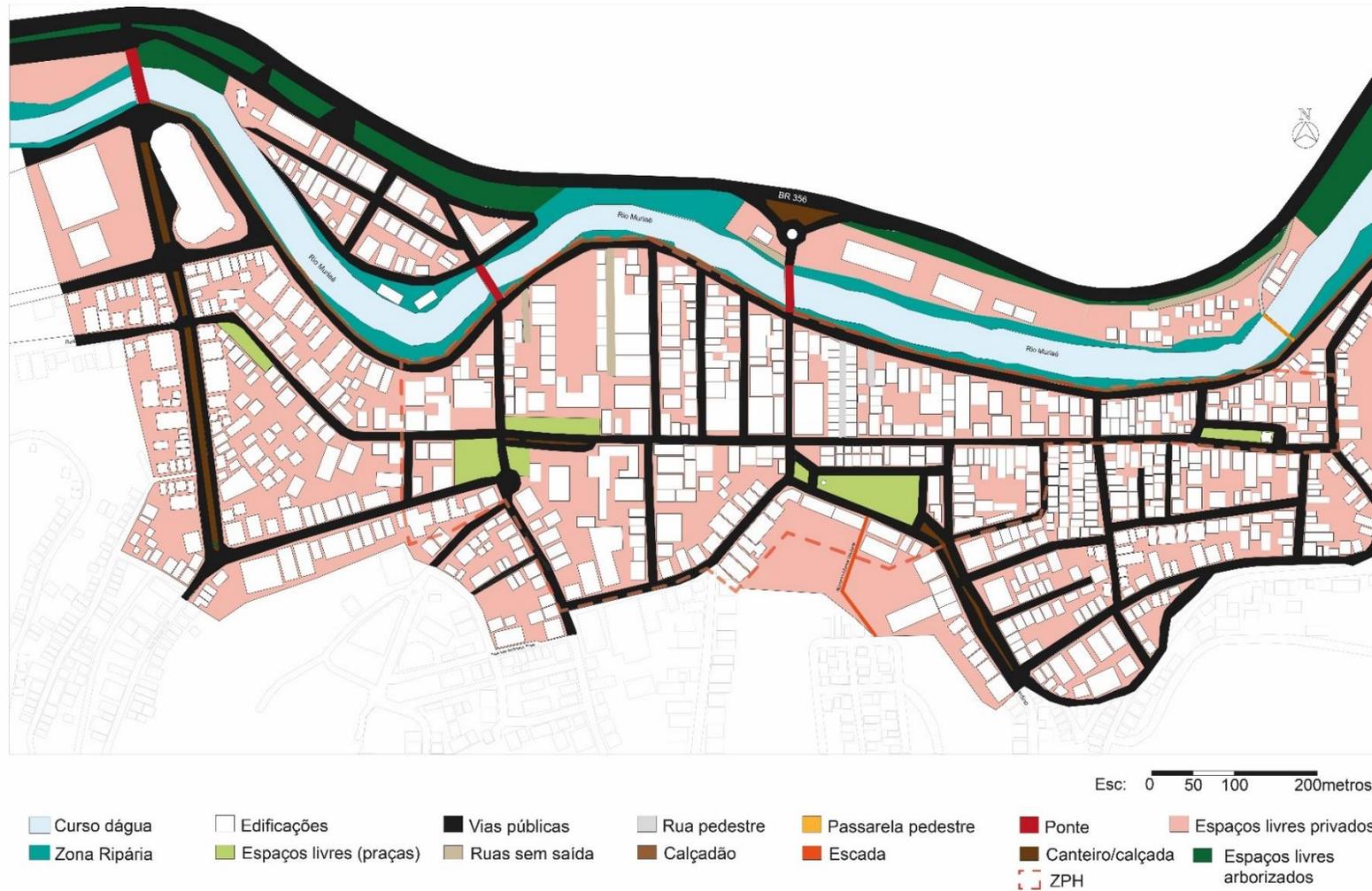
O mapa Figura e Fundo é reinterpretado no mapa síntese de espaços livres (Figura 14) que apresenta os espaços livres públicos de caráter ambiental, o Rio e sua zona ripária (em azuis); de caráter de circulação, as vias (em preto); de caráter de permanência, as praças (em verde); e os espaços livres prioritariamente privados, do interior das quadras (em rosa).

Este mapa permite perceber melhor a irregularidade das quadras seja em tamanho seja em forma que se moldam ao suporte físico entre o Rio e o relevo.

Percebe-se, também, potenciais conexões entre os espaços livres de permanência, as praças, e o grande espaço livre de caráter ambiental – o Rio Muriaé.

Verifica-se, também que a irregularidade das dimensões das vias públicas pode representar a presença de esquinas alargadas, reentrâncias e recuos que podem proporcionar espaços de convívio social e transição entre os domínios públicos e privados no contexto urbano, além de fazerem parte do conteúdo simbólico e histórico da Cidade, representando, diferentes tempos de ocupação.

Figura 14: Mapa Síntese dos Espaços Livres destacando os espaços públicos e privados



Fonte: Autora com base de dados da Cartografia Municipal, 2022

4.2.1 ESPAÇO LIVRE DE CARÁTER AMBIENTAL: O RIO MURIAÉ

A Bacia do Rio Muriaé (Figura 15) tem uma drenagem de 8.200km² e percorre aproximadamente 250km, abrangendo cerca de 26 municípios, sendo 19 no Estado de Minas Gerais e 7 no Estado do Rio de Janeiro.

O Rio é formado pela confluência dos rios Bom Sucesso e Samambaia, com a nascente no Município de Mirai, Zona da Mata Mineira, é o último afluente do Rio Paraíba do Sul, antes de sua foz no Oceano Atlântico. Tem como principais afluentes os rios Glória (com a jusante a 5km de Muriaé) e o Carangola.

O Rio sempre esteve presente na vida dos moradores, inicialmente em suas margens era realizado cultivo de ervas medicinais para comercialização e piscicultura. Com o processo de crescimento urbano, e ocupação das áreas de entorno, o Rio, apesar de imponente na paisagem, passou a ser imperceptível, só obtendo atenção nas épocas de estações chuvosas, quando suas cheias provocam enchentes e danos em determinados pontos da cidade.

A Bacia possui um histórico de inundações (Figuras 16 e 17). Esses acontecimentos resultam dos altos volumes de chuvas, impactados pelo desmatamento, a ausência expressiva de extensão de vegetação gera erosão da terra e a rapidez do escoamento superficial, que agrava as inundações do Rio, além dos eventos que ocorreram devido ao rompimento de barragem de rejeitos de mineração nos últimos quinze anos.

Figura 16: Registro Histórico de inundação do Rio Muriaé, Rua do Rosário em 13 de março de 1926



Fonte: Acervo Memorial Municipal, 2022

Desde o ano de 2014 a CPRM - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (Serviço Geológico do Brasil) opera o Sistema de Alerta Hidrológico da Bacia do Rio Muriaé (SAH – Muriaé), a opera o ocorre entre os meses de dezembro e março, onde os níveis dos rios Carangola e Muriaé são analisados três vezes ao dia, que possibilitam com até 10 horas de antecedência a previsão de cotas altas para o Rio nas cidades de abrangência. Se for constatado uma cota alta, um boletim de alerta é emitido e encaminhado para Cemaden, Cenad, Defesa Civil estadual e municipal e ANA.

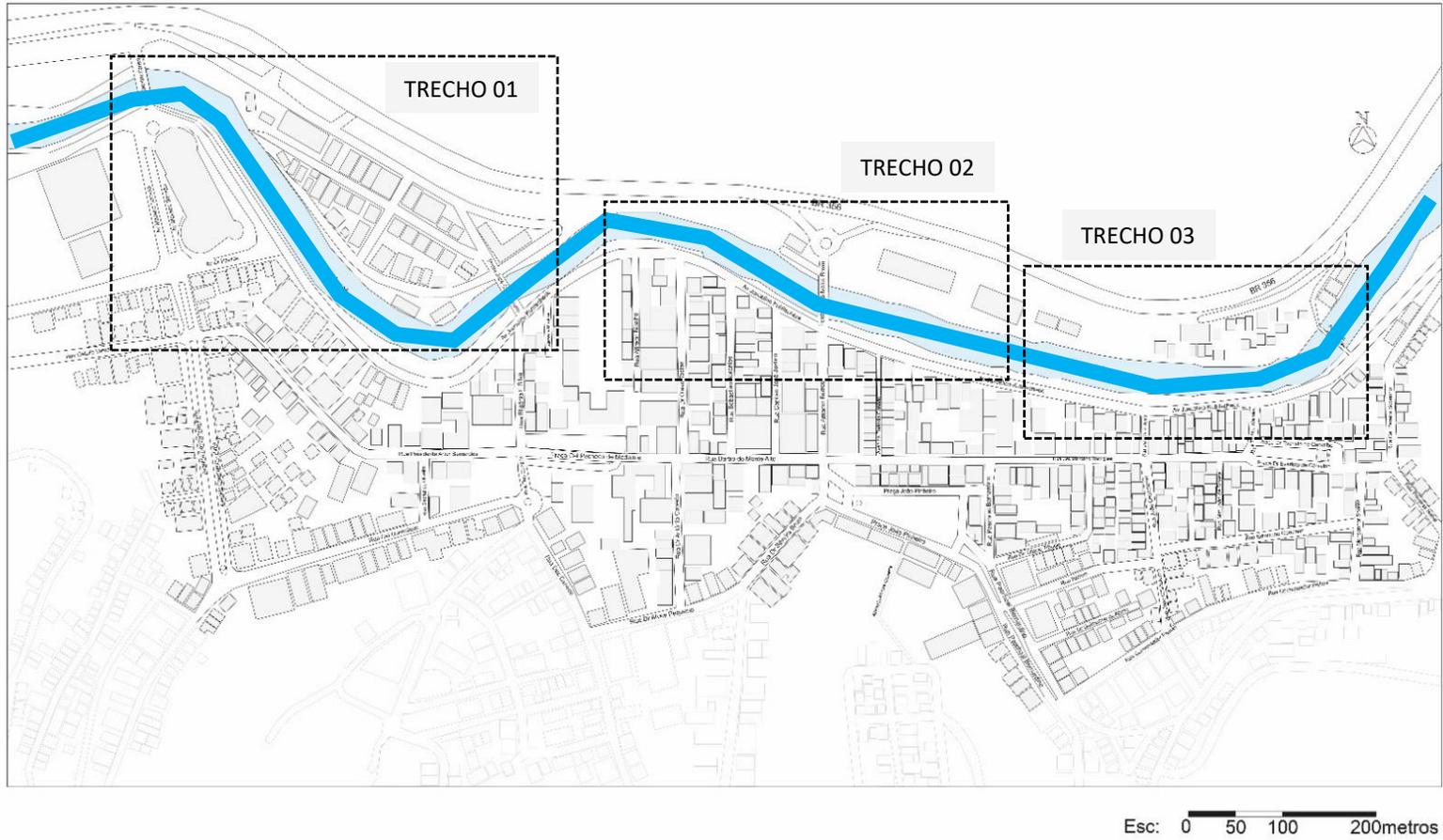
Figura 17: Registro de inunda o do Rio Muriaé, janeiro de 2022



Fonte: G1 Zona da Mata, 2022

O Rio sofre com a falta de saneamento, sem o tratamento dos efluentes dos esgotos domésticos que nele são lançados, colocando em risco a saúde pública da popula o do seu entorno. Além disso, a degrada o de sua mata ciliar   nítida em diversos trechos urbanos. O Rio, na Cidade de Muriaé, desenvolve-se de acordo com o relevo pouco acidentado da região, poucas várzeas para escoamento e uma acentuada quantidade de água e apresenta características distintas (Figura 18).

Figura18: Mapa mostrando os diferentes trechos característicos do Rio Muriaé na área de intervenção



Fonte: Autora com base de dados da Cartografia Municipal, 2022

O trecho 01 (Figuras 19, 20 e 21) se desenvolve com uma maior largura, que os demais trechos, região de relevo plano e margem estreita e pouca vegetação, sendo inexpressiva em alguns trechos.

Figura 19: Trecho 01 do Rio Muriaé, 2021



Fonte: Acervo da autora, 2022

Chama a atenção em certas áreas a apresentação de rochas nas margens e no interior do Rio, podendo ser observada nos períodos de estiagem, onde o nível de água se concentra abaixo que o normal. Grande parte das margens é composta por muro de barragem, visando a proteção quanto aos deslizamentos nas vias e alagamentos para as épocas de fortes chuvas.

Figura 20: Trecho 01 do Rio Muriaé, 2021



Fonte: Acervo da autora, 2022

Figura 21: Trecho 01 – extravasamento do Rio Muriaé, 2020



Fonte: Mapio Net Muriaé, 2022

No trecho 02 (Figuras 22 e 23), o Rio possui sua margem ladeada pela Avenida JK, e corre em relevo mais plano, com águas mais calmas. É comum nessa região identificar moradores realizando a prática da pesca para consumo, e contemplação de animais silvestres que vivem às margens do rio, como capivara e lagartos. Nesse trecho, em épocas cheias do rio, apesar dos históricos de inundação, o nível de água atinge o seu limite, mas não chega a transbordar para a Avenida, embora seja mais estreito que o trecho 01, levando a compreensão que possui maior profundidade que o trecho anterior da análise.

Figura 22: Trecho 02 do Rio Muriaé



Fonte: Acervo da autora, 2022

Figura 23: Trecho 02 - Morador em atividade de pesca no rio



Fonte: Acervo da autora, 2021

O trecho 03 possui uma extensa margem de vegetação ciliar, se comparada as demais áreas, o relevo é mais acidentado, há presença de muitas rochas no interior no rio, fazendo com que o movimento da água tenha maior força, nas épocas de escassez é possível identificar com clareza a expressiva região rochosa. A ponte de ferro de conexão entre o calçadão e a outra margem do rio é de acesso para pedestres, e utilizada pelos moradores locais.

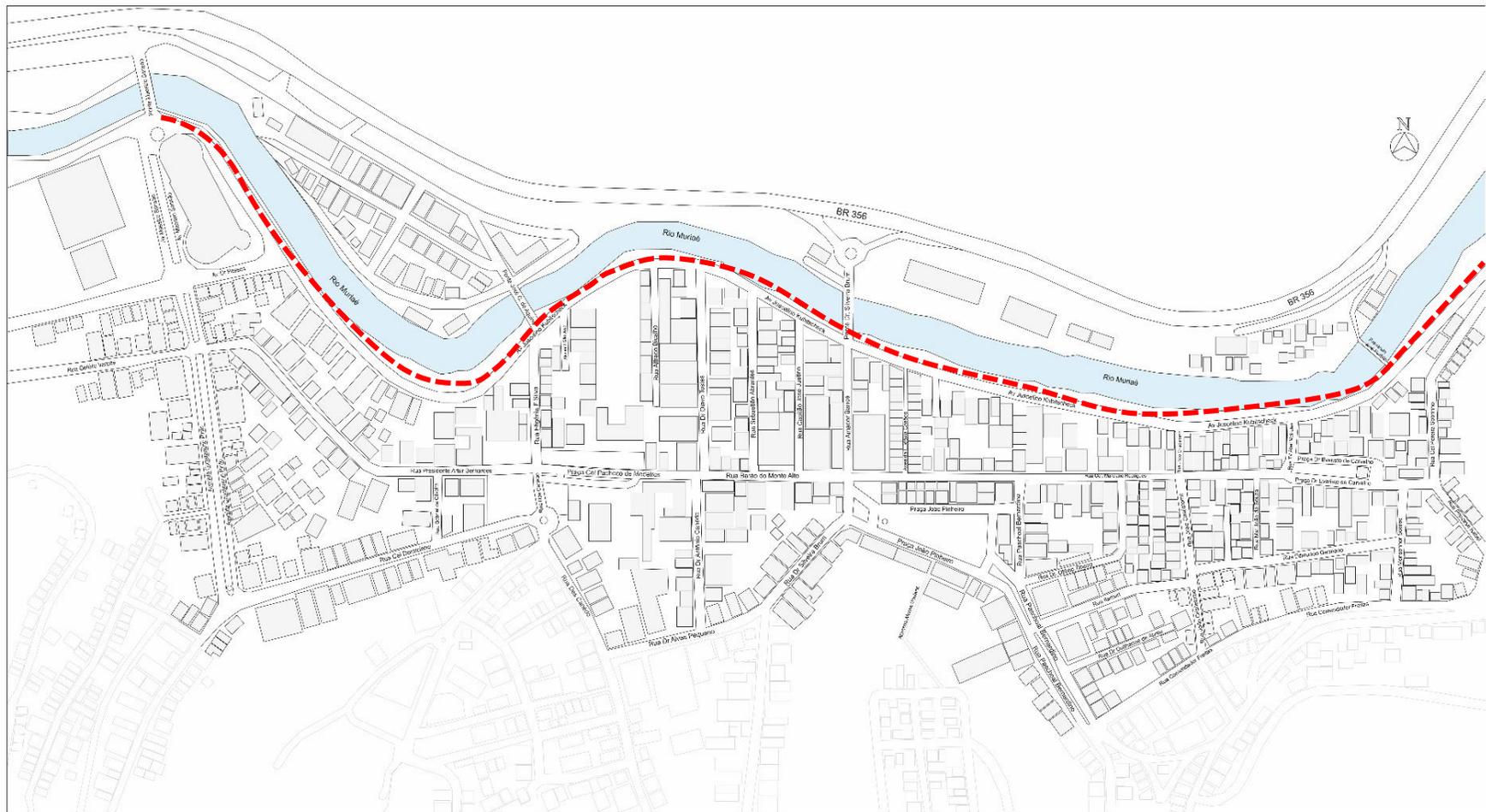
Figura 24: Trecho 03 do Rio Muriaé



Fonte: Acervo da autora, 2022

O calçadão conhecido popularmente como “Calçadão da JK” (Figura 24), é um espaço livre público de circulação que fica as margens da zona ripária do Rio Muriaé, é apropriado pela comunidade como espaço para prática de atividades físicas (corridas, caminhadas).

Figura 25: Indicação do Calçadão JK



Esc: 0 50 100 200metros

Fonte: Autora com base de dados da Cartografia Municipal, 2022

Possui aproximadamente 1.650 metros de extensão, com seu início na Ponte Maestro Sansão, próximo a rodoviária da cidade, e se encerra no início do Bairro do Porto. Foi construído originalmente com pedras portuguesas importadas do Rio Grande do Sul lapidadas manualmente pelos operários, formando mosaicos geométricos em toda sua extensão.

Figura 26: Calçadão JK com pavimentação em pedra portuguesa



Fonte: Site de notícias Cidadã de Muriaé, 2019

O Calçadão ladeia a Avenida Juscelino Kubitschek (Figura 25), via de grande fluxo que conecta as extremidades da cidade e o centro com as vias federais existentes, BR 116 e 356.

O Calçadão é arborizado em todo seu percurso (Figura 26), reforçando seu traçado e viabilizando o espaço para uso de pedestres, além da iluminação urbana que foi implantada no último projeto de revitalização em 2020, onde as luminárias possuem um nível de altura mais baixo que o nível das árvores, proporcionando mais acolhimento e segurança ao espaço em relação ao usuário, além da iluminação o projeto abrangeu a substituição do piso original de pedra portuguesa por piso de blocos de concreto (Figura 27). (G1, 2020)

Figura 27: Calçada JK com pavimentação em blocos intertravados



Fonte: Acervo da autora, 2021

4.2.2 ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS DE PERMANÊNCIA

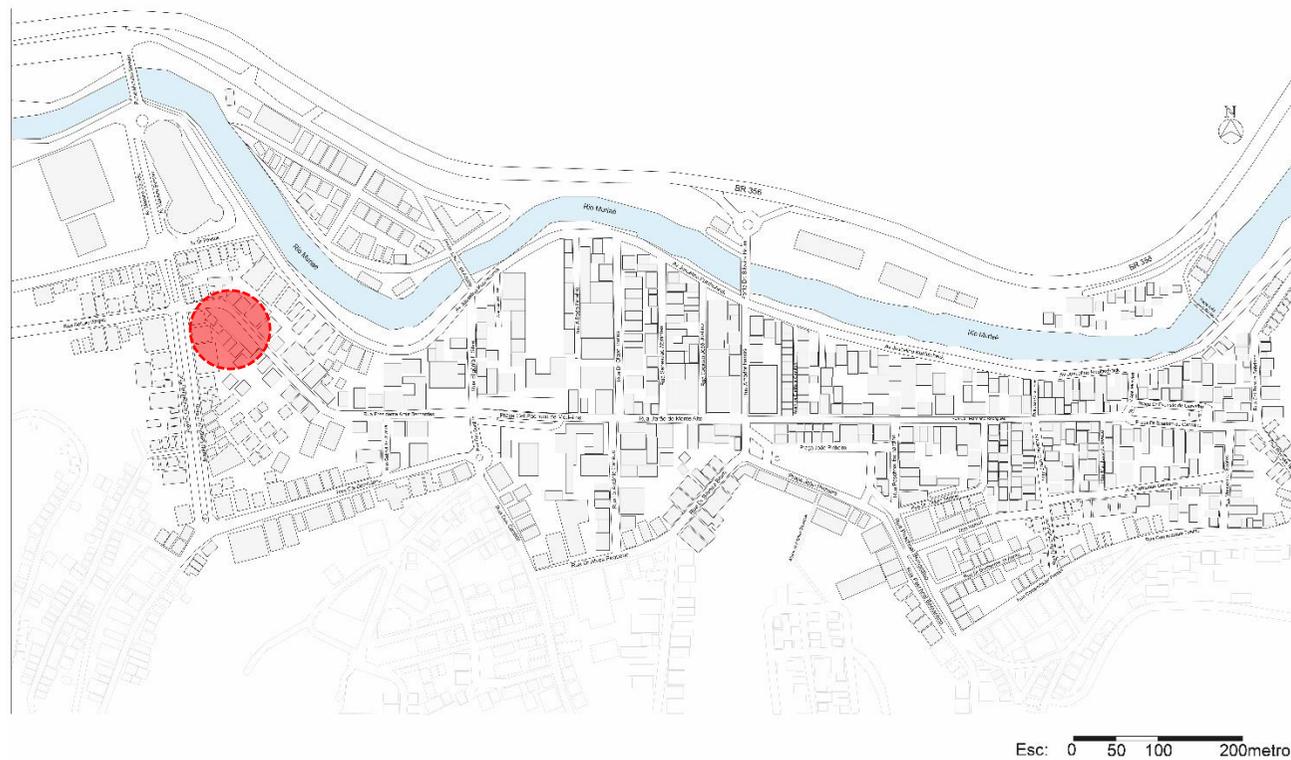
PRAÇA JOSÉ HENRIQUE HASTENREITER

A Praça Hastenreiter está localizada no Centro da Cidade de Muriaé (Figura 28), mas não está inserida na Zona de Preservação Histórica. Sua construção em 1956 é decorrente do espraiamento urbano,

seguindo o eixo central e sua implantação é próxima a uma área de edificações de interesse histórico.

Caracterizada como uma praça de bairro, é tradicionalmente reconhecida na cidade por seus extensos espaços de jardim e áreas de descanso e contemplação (Figura 29).

Figura 28: Localização da Praça José H. Hanstenreiter no mapa da área de intervenção



Fonte: Autora com base de dados da Cartografia Municipal, 2022

Figura 29: Jardins da Praça José H. Hanstenreiter



Fonte: Acervo da autora, 2022

O nome da Praça José Henrique Hanstenreiter, faz referência ao fundador do Centro de Estudo e Cultura, Fundação Henrique Hanstenreiter e diretor da Revista de Historiografia da Cidade. Sua

inscrição em inventariado se deu 1984, passando a pertencer aos bens tombados do município.

A praça está inserida em contexto predominantemente residencial, em uma rota de conexão entre o centro da cidade e o bairro adjacente. Seguindo a ladeira (via principal) da praça, encontra-se a Avenida Constantino Pinto, principal via de acesso para o Terminal Rodoviário e o Centro Administrativo Municipal.

Atualmente, em seu entorno imediato há edificações tombadas de diversas épocas, como o Memorial Municipal, que abriga o Museu Histórico Henrique Hanstenreiter, onde fica salvaguardado todo o acervo e documentação da Câmara Municipal do período de 1855-1910, além dos livros de autores regionais, revistas e fotografias históricas.

Verifica-se o adensamento e a verticalização na área do entorno (Figuras 30 e 31), em função da sua valorização, fato que transforma a paisagem da Praça e coloca em situação de vulnerabilidade as edificações já preservadas e as edificações de valor histórico local que ainda não foram inventariadas.

Figura 30: Foto da Praça José H. Hanstenreiter em 2019



Fonte: Google Earth, 2019

Figura 31: Foto da Praça José H. Hanstenreiter em 2022



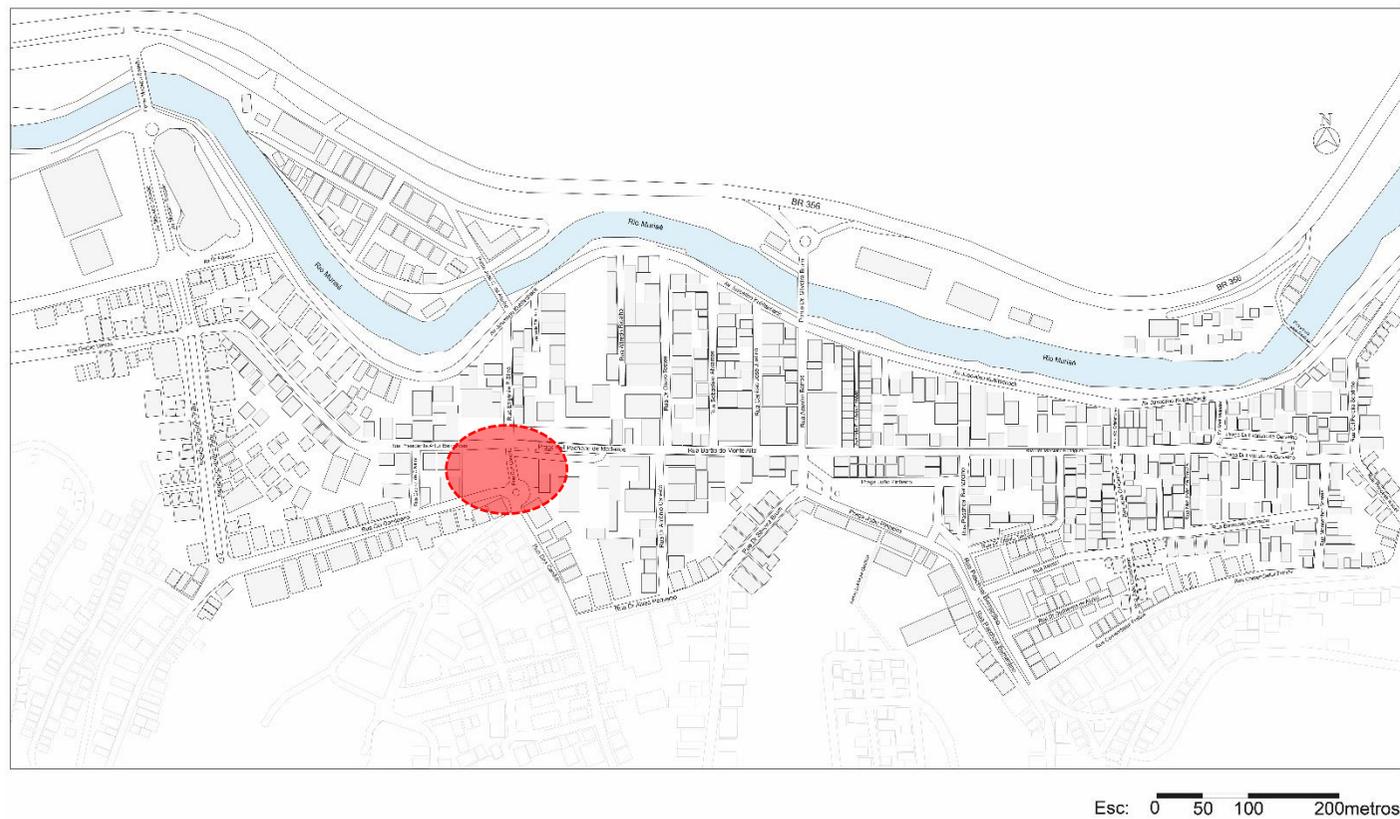
Fonte: Acervo da autora, 2022

PRAÇA CORONEL PACHECO DE MEDEIROS

O conjunto paisagístico conhecido popularmente como Praça da Prefeitura (Figura 32), por abrigar a edificação da antiga sede

legislativa municipal, foi tombado em 1987, por sua forte importância histórica e cultural para a Cidade.

Figura 32: Localização da Praça Cel. Pacheco de Medeiros no mapa da área de intervenção



Fonte: Autora com base de dados da Cartografia Municipal, 2022

O espaço livre público era palco para eventos políticos importantes, fez parte do movimento da Revolução Constitucionalista de 1932 (Figura 33), reunindo os militares do 9º Batalhão Provisório de Infantaria, antes de seguirem viagem, a Revolução também conhecida como Guerra Paulista era um movimento armado que havia como objetivo derrubar o governo atual da época Getúlio Vargas.

Figura 33: Concentração do 9º Batalhão de Infantaria na Praça Cel. Pacheco de Medeiros em 1932



Fonte: Acervo Memorial Municipal, 2021

O espaço é muito utilizado pela comunidade local e pelos visitantes como espaço de transição, por estar localizado em ponto estratégico entre os Bairros do Centro e da Barra, fontes pontos comerciais da cidade e contar com uma forte presença de vegetação no local, incluindo árvores centenárias e de valor histórico como o Pau Brasil (Figuras 34 e 35). Em seu largo está situado o atual Memorial Municipal (bem tombado), antiga sede da prefeitura da cidade, e seu Arquivo Histórico Municipal, a sede dos Correios (bem preservado).

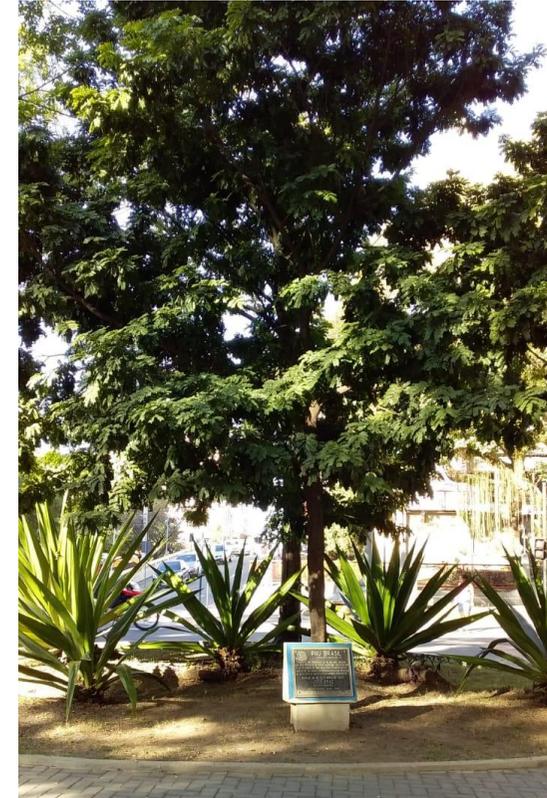
Atualmente possui seu entorno bem preservado, com casarões e edificações tombadas de diversas épocas, todavia o adensamento nas regiões de entorno vem aumentando significativamente nessa área, assim como a verticalização com o surgimento das novas edificações.

Figura 34: Praça Cel. Pacheco de Medeiros com Memorial Municipal ao fundo



Fonte: Acervo da autora, 2021

Figura 35: Árvore Pau Brasil - Praça Cel. Pacheco de Medeiros



Fonte: Acervo da autora, 2022

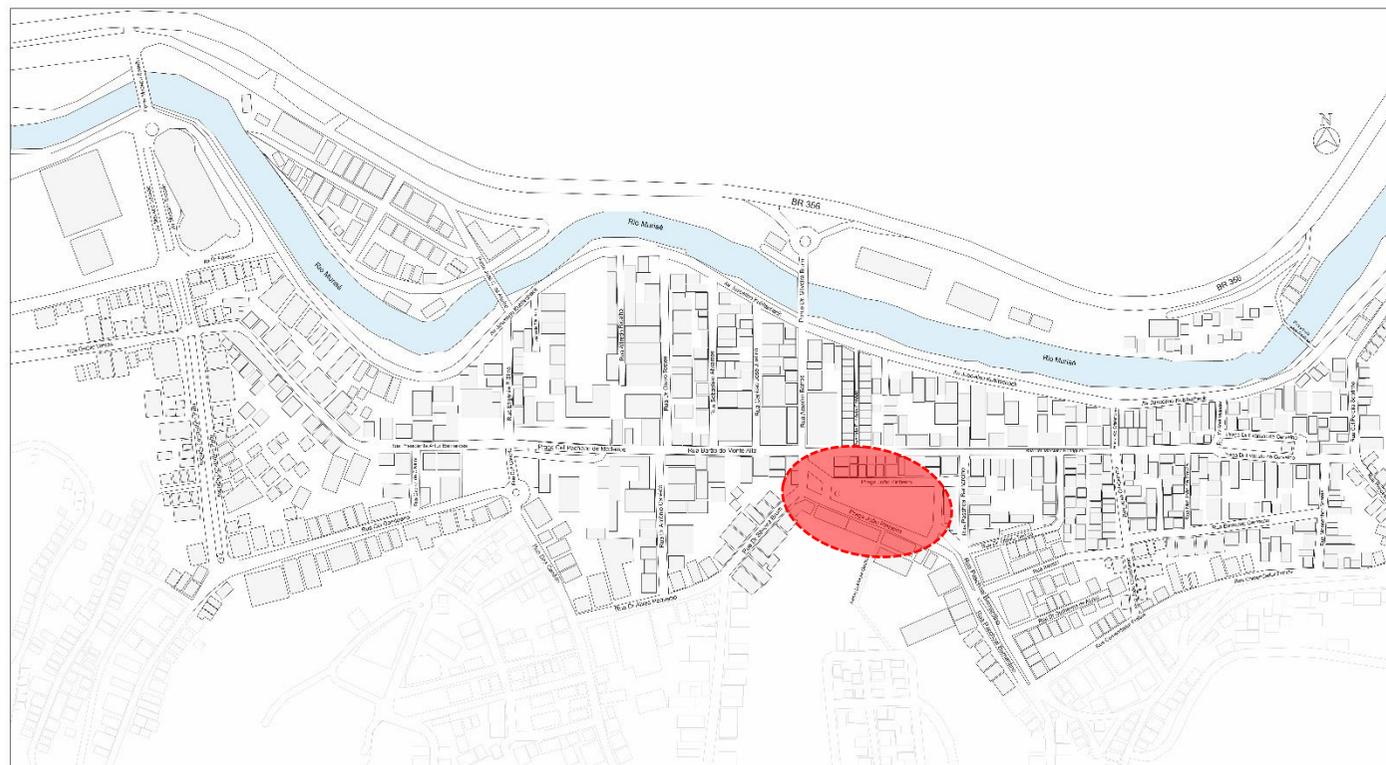
O conjunto, em 2020, passou por recente processo de revitalização, deixando espaços mais livres em sua área central para realização de eventos como feiras de arte e cultura, apresentações culturais e shows locais.

PRAÇA JOÃO PINHEIRO

A Praça João Pinheiro é um conjunto paisagístico tombado pelo Decreto Municipal nº 1.644/98, localizado na Zona de Preservação Histórica (Figura 36). O Espaço livre público é utilizado pela

comunidade local e pelos visitantes como espaço de convivência e de transição, por estar localizado no centro comercial da cidade e contar com uma forte presença de vegetação.

Figura 36: Localização da Praça João Pinheiro no mapa da área de intervenção



Esc: 0 50 100 200metros

Fonte: Autora com base de dados da Cartografia Municipal, 2022

A ambiência desse espaço vem sofrendo impactos negativos com o adensamento nas regiões de entorno (Figura 37), aumentando significativamente o fluxo de veículos nessa área, além da verticalização das construções impulsionada pelo setor econômico imobiliário.

Figura 37: Vista aérea da Praça João Pinheiro



Fonte: Portal Municipal Silvan Alves, 2019

Este conjunto paisagístico é um importante marco cultural e histórico, sendo a principal praça da Cidade de Muriaé. Possui um

coreto ao centro, onde no século XX era palco para encontros e festividades de “coronéis” e da sociedade muriaeense (Figura 38). Atualmente o espaço, reformado e ampliado em 2012 pela administração municipal, atende atividades culturais, eventos semanais como atividades dançantes (forró) voltado para o público idoso e aulas de capoeira (Figura 39).

Figura 38: Coreto Praça João Pinheiro anos 1940



Fonte: Fotos Históricas, Guia Muriaé, 2022

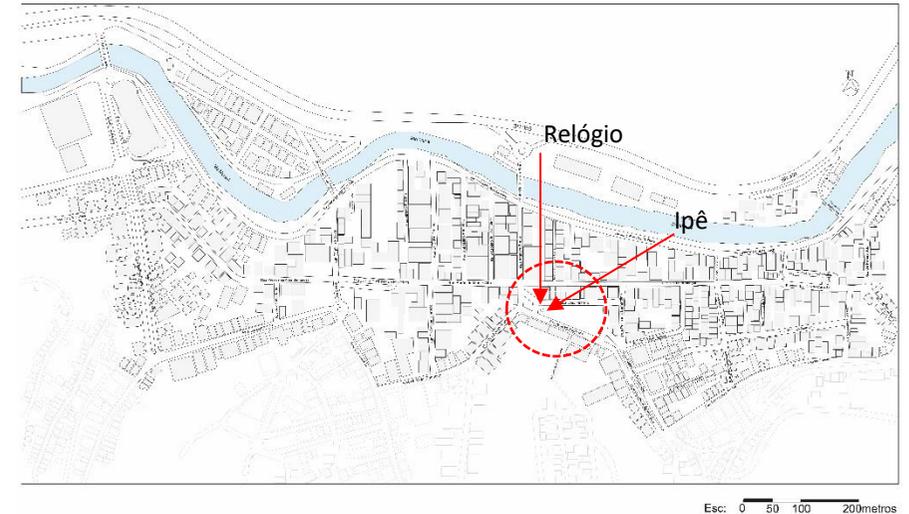
Figura 39: Coreto Praça João Pinheiro em 2022



Fonte: Acervo da autora, 2022

A Praça João Pinheiro possui limites claramente definidos (Figura 40) que denotam força visual e identidade local, é possível identificar, além do coreto, alguns elementos marcantes nessa paisagem que contribuem para a sua percepção e enfatizam a identidade do lugar, o Relógio da Praça João Pinheiro e a Árvore de Ipê Amarelo.

Figura 40: Indicação do relógio e do ipê no Largo do Rosário no mapa da área de intervenção



Fonte: Autora com base de dados da Cartografia Municipal, 2022

O Relógio da Praça João Pinheiro (Figura 41) é um marco local, o monumento é tombado Decreto Municipal nº 1.644/98 e possui importância histórica e simbólica, além de ser uma referência visual pelo seu posicionamento isolado nos limites da Praça. A Praça João Pinheiro é conhecida por muitos na Cidade, como a Praça do Relógio. A presença do Ipê Amarelo (Figura 41), junto ao relógio e isolado das outras vegetações arbóreas, o transformam numa forte referência e

identidade ao local, florescendo sempre ao mês de setembro, a árvore reconhecida como símbolo do país, é adotada informalmente pelos moradores e frequentadores, também como símbolo local.

Figura 41: Vista do Relógio da Praça João Pinheiro e do Ipê-Amarelo Florido



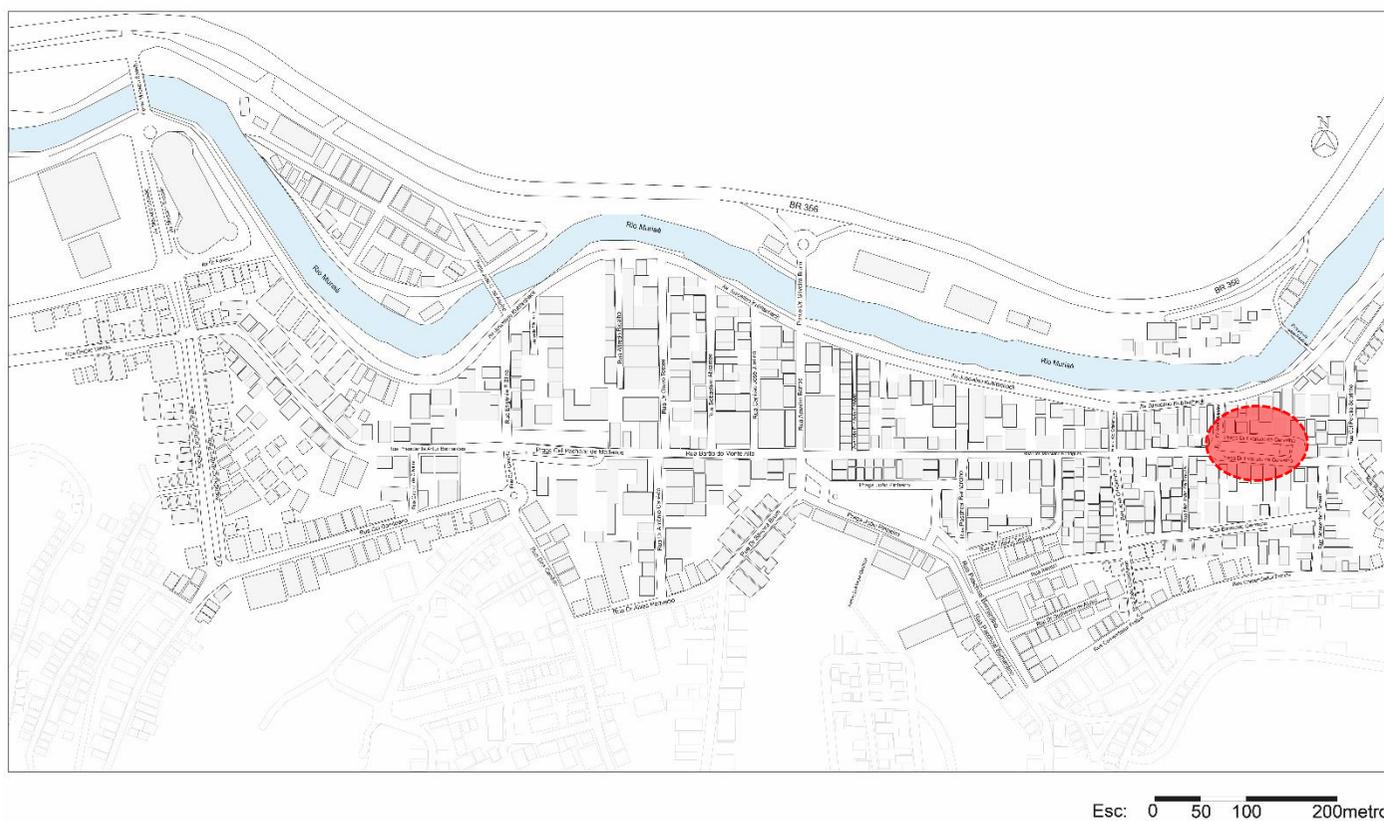
Fonte: Acervo da autora, 2022

LARGO DO ROSÁRIO

As primeiras ocupações territoriais que deram início a formação da cidade ocorreram no Largo do Rosário (Figura 42), às margens do Rio Muriaé. Em 1817 foi construída a Capela do Rosário, a construção

de uma edificação religiosa impulsionou o crescimento do distrito, atraindo moradores e comerciantes para a indústria da extração de madeira de lei e cultivo de raízes medicinais.

Figura 42: Localização do Largo do Rosário no mapa da área de intervenção



Fonte: Autora com base de dados da Cartografia Municipal, 2022

O conjunto do Largo do Rosário, juntamente com a Capela, hoje com mudanças e acréscimos e nomeada Igreja do Rosário, foi o primeiro patrimônio histórico e cultural da cidade a ser tombado pelo Decreto Municipal nº 1.644/98 (Figura 43). Tendo a primazia, a Igreja do Rosário foi a primeira guardiã da simbologia da fé cristã da cidade, e carrega essa iconologia e simbolismo histórico.

Figura 43: Largo do Rosário



Fonte: Acervo da autora, 2022

Oficialmente Praça Dr. Evaristo Pereira de Carvalho, mais conhecida tradicionalmente e intitulada pelos moradores da Cidade como “Pracinha do Rosário”, possui valor histórico por ser a origem do traçado urbano que atual se amplia em todas as direções.

Figura 44: Proposta do Projeto para o Largo do Rosário



Fonte: G1 Zona da Mata, 2020

Recentemente o conjunto paisagístico passou por processo de revitalização, o projeto de aprovação municipal idealizado e iniciado em 2020 foi concluído em 2021.

O projeto de intervenção (Figura 44) contou com modificações em seu piso tradicional, substituição das pedras portuguesas do piso original por piso de bloco intertravado, além da implantação de parque infantil, construção de academia ao ar livre e uma pequena quadra esportiva central. O projeto interveio também na manutenção e pintura do coreto centenário local e alterações nos canteiros de vegetações arbóreas e arbustivas (Figura 45).

Figura 45: Largo do Rosário em reforma



Fonte: G1 Zona da Mata, 2021

4.2.3 ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS DE CIRCULAÇÃO

A rede viária de uma região é responsável pela forma como se define a malha urbana e o grau de integração de uma cidade no contexto territorial, exercendo uma importante função social, por ser, também, a base física para a mobilidade. A morfologia pode influenciar diretamente nas relações humanas e proporcionar diferentes tipos de usos aos ambientes de acordo com sua organização.

O Município de Muriaé é considerado cidade desde 1861 quando houve sua emancipação, mas seu desenvolvimento urbano apresenta força com a implantação das Rodovias Federais BR 356 e BR 116 em 1960, colocando a cidade em posição estratégica, (conexões Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e São Paulo) aumentando assim o fluxo de escoamento de produtos e o fomento de instalação de empresas de transportes.

Antes disso, Muriaé estava integrada à capital, Rio de Janeiro, pelo ramal ferroviário de Muriaé da Estrada de Ferro Leopoldina, que foi inaugurado em 1886 e contava com as estações: São Paulo de Muriaé (antigo nome da Cidade), Ivaí e Patrocínio de Muriaé. O ramal foi desativado em 1966 sendo demolida a estação que ficava localizada

no centro da cidade próximo à Praça João Pinheiro (Figura 46). Em seu lugar foi construído um canteiro urbano e as vias foram alargadas, possibilitando um maior fluxo de veículos.

Figura 46: Estação de Muriaé, c. 1930



Fonte: Estações Ferroviárias, 2022

Em 1973, a construção da Ponte Dr. Silveira Brum permitiu a conexão direta do centro da cidade com a Rodovia BR 356. Houve um aumento significativo de fluxo de veículos nessa região central, provocando mudanças na forma e no uso dos espaços e,

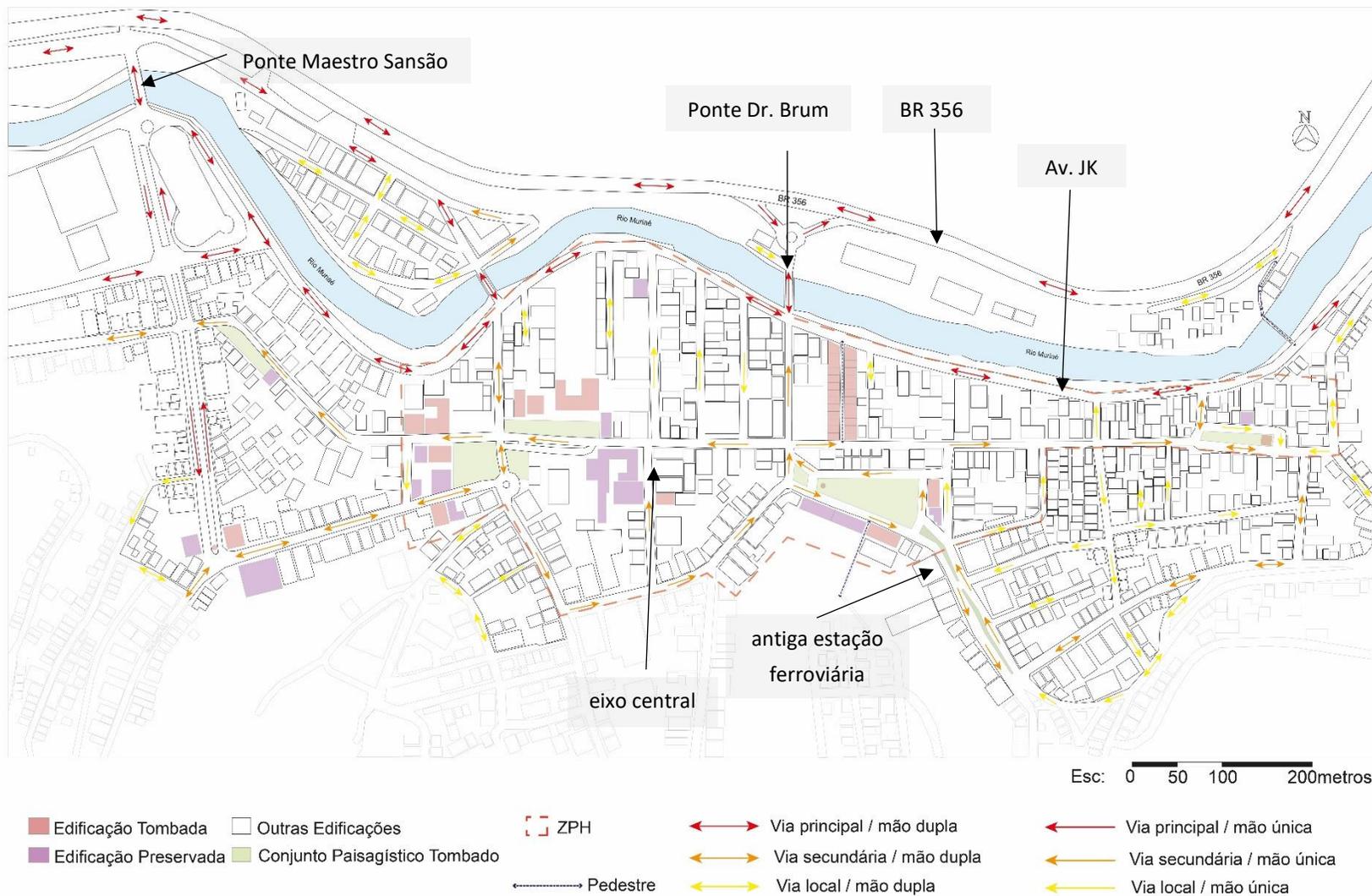
consequentemente, da paisagem urbana. Posteriormente em 1977 foi construída a Ponte Maestro Sansão que reforçou esta ligação, definindo mais uma área de expansão ao norte e dando acesso direto à nova rodoviária.

A área de intervenção (Figura 47) é cortada pelo eixo central formado pelas avenidas Coronel Marciano Rodrigues e Barão do Monte Alto sendo caracterizada pelo maior fluxo de veículos.

A Avenida Juscelino Kubitschek (Av. JK), via de maior extensão que acompanha o curso do Rio e a BR 356, é a principal via de distribuição da região, sendo a responsável pela conexão do Centro com os demais bairros e entre o Centro e as rodovias (BRs), promovendo assim as relações interurbanas.

As vias, em geral, são relativamente estreitas (cerca de 6 a 8 m), incluindo as vias principais centrais que recebem um grande fluxo de veículos, considerado bem alto para o porte do centro da cidade. Não se verifica na estrutura física viária uma correspondência com a hierarquia do fluxo viário, sendo vias locais, coletoras ou mesmo as principais de igual dimensão.

Figura 47: Mapa Viário, Muriaé



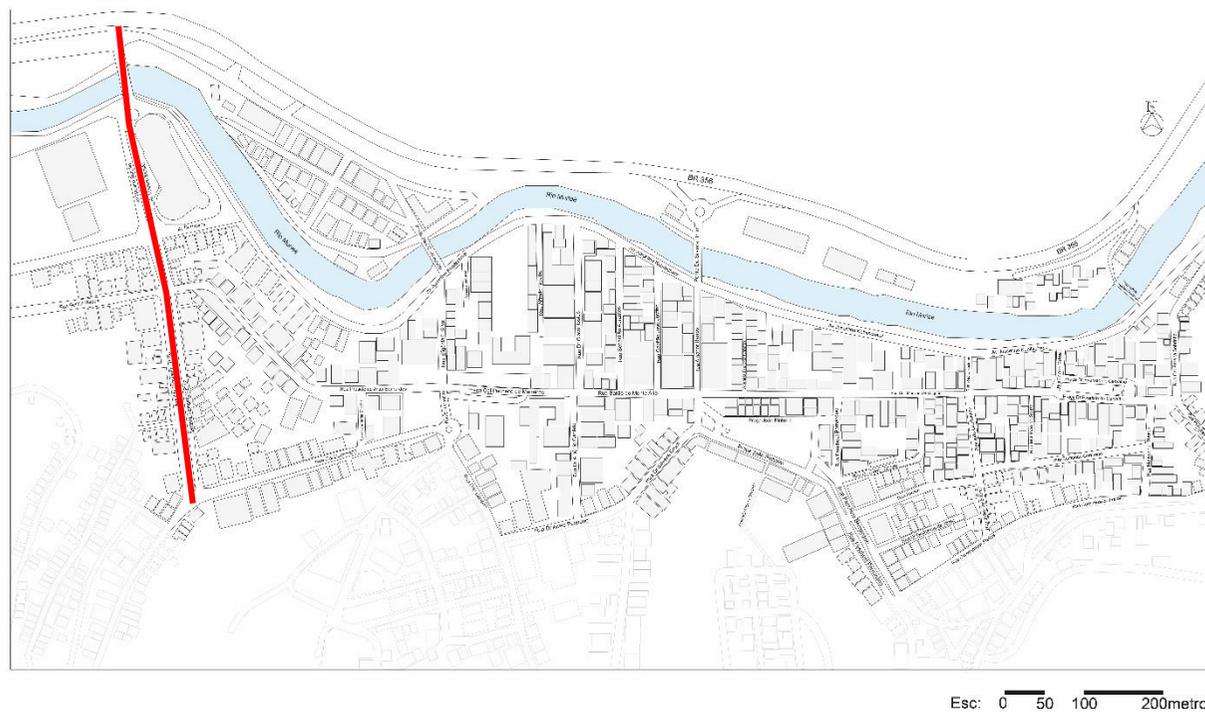
Fonte: Autora com base de dados da Cartografia Municipal, 2022

AVENIDA MAESTRO SANSÃO

Os caminhos são considerados como os principais elementos que estruturam as percepções das cidades. As pessoas percebem a cidade enquanto se deslocam pelos caminhos, estes não apenas estruturam suas experiências, mas também estruturam os outros elementos da imagem da cidade (Lynch, 1960).

A Avenida Maestro Sansão é importante elemento - eixo estruturador - de Muriaé. Considerada a principal avenida de acesso, possui conexão direta entre a BR 356 e o Terminal Rodoviário da Cidade.

Figura 48: Localização da Avenida Maestro Sansão no mapa da área de intervenção



Esc: 0 50 100 200metros

Fonte: Autora com base de dados da Cartografia Municipal, 2022

A Avenida pode ser considerada um ponto de referência da Cidade, por sua localização e por ser um eixo de distribuição de outras vias. Para Lynch (1960) os pontos estratégicos da cidade, onde o observador pode adentrar, são considerados pontos nodais. Os pontos nodais são elementos importantes para a cidade, suas funções podem variar de acordo com sua escala de análise, podem ser consideradas as esquinas, caminhos, praças e bairros.

A Avenida Maestro Sansão é composta por duas pistas com mão dupla, e um canteiro central. Uma pista conecta o Bairro do Rosário, adjacente, com o terminal rodoviário e a BR 356, a outra liga a Rua Cel. Domiciano, onde se localiza a Praça Cel. Pacheco de Medeiros, com a Avenida, proporcionando acesso a BR 356, ambas possuem ligação direta com o Rio Muriaé.

A Avenida possui um tratamento paisagístico que prioriza os veículos em detrimento dos pedestres, com a utilização do canteiro central para estacionamento. A Avenida conta com marcos, elementos pontuais que são caracterizados pela singularidade (Lynch, 1960), sendo dois elementos tombados, Busto Dr. Antônio Canêdo e Memorial centenário municipal, e pela perspectiva, em si, que proporciona, com a visão das extremidades da Avenida.

Figura 49: Avenida Maestro Sansão



Fonte: Acervo da autora, 2022

A Avenida conta também com cruzamentos viários, que se enquadra como elemento estruturador urbano e ponto nodal da cidade, para Lynch (1960) os cruzamentos são pontos estratégicos, trocas de estruturas viárias que constituem novos focos para os quais os observadores se deslocam. Além de contar também com um camelódromo (figura 51) no canteiro central próximo ao terminal rodoviário, esta faixa do canteiro central é redirecionada para vendedores ambulantes, e não conta com uma infraestrutura direcionada para a atividade.

Figura 50: Cruzamento da Avenida Maestro Sansão



Fonte: Acervo da autora, 2022

Figura 51: Camelódromo da Avenida Maestro Sansão



Fonte: Acervo da autora, 2022

Figura 52: Vista da Avenida Maestro Sansão

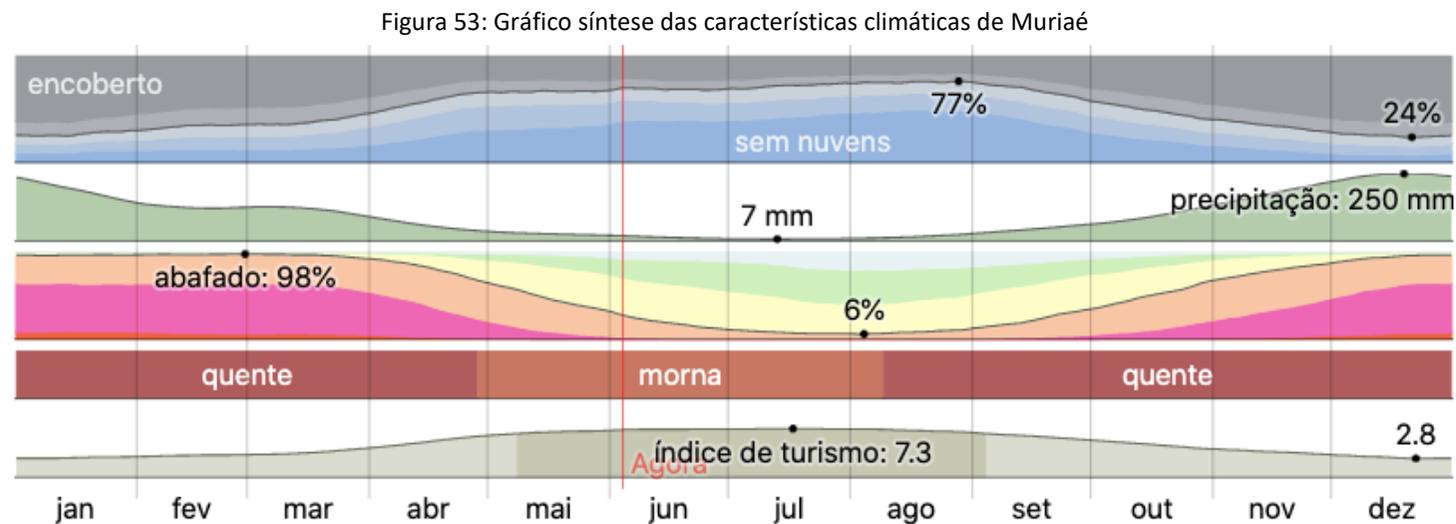


Fonte: Acervo da autora, 2022

4.2.4 ARBORIZAÇÃO PÚBLICA URBANA

A vegetação urbana exerce função primordial nos centros urbanos, além da capacidade de produzir sombra, contribui no controle de temperatura e poluição do ar, e proporciona bem-estar e qualidade de vida.

A Cidade de Muriaé está inserida no interior da Zona da Mata Mineira, região que originalmente abrange a Mata Atlântica, cujo clima apresenta temperaturas que variam entre 15°C e 32°C, com precipitações no verão (Figura 53).



Fonte: [<https://pt.weatherspark.com/y/30671/Clima-caracter%C3%ADstico-em-Muria%C3%A9-Brasil-durante-o-ano>], em 3/6/2022

Observa-se, a partir da observação da arborização (Figuras 54), que esta está presente na paisagem, fortemente, indicando os espaços livres públicos, com a existência de árvores livres, altas e abertas,

permeáveis aos olhos humanos, mas que formam uma massa vegetativa em um nível superior. Essa maior concentração de arborização nos conjuntos paisagísticos – espaços de permanência,

corroborar para funções estéticas e ecológicas, além de criar e intensificar esses espaços de convívio por suas marcações de sombreamento.

As maiores massas arbóreas são verificadas nas áreas de largos e praças e, no Calçadão JK, é possível verificar a arborização ao longo, cujo plantio ritmado, intensifica o traçado e reforça a paisagem do Rio e a identidade do lugar. Sombra da vegetação auxilia no conforto e acelera o ritmo de movimentação de pedestres.

A presença de algumas árvores isoladas funciona, por vezes, como pontos de referência, como o exemplo o Ipê Amarelo na Praça João Pinheiro, enquanto as massas de vegetação criam núcleos e centralidades dentro de suas próprias áreas. Observa-se ainda espaços livres nos interiores das quadras com pequenas concentrações de árvores e canteiros centrais das ruas também arborizados.

Verifica-se no mapa de arborização (Figura 54) a ausência de árvores ao longo das vias, em função da pequena largura das mesmas, como se pode verificar no mapa Figura x Fundo, também. Deste modo, as árvores existentes reforçam os espaços de permanência e alguns

poucos lugares de circulação, cujas dimensões permitem o seu plantio.

Figura 54: Mapa de arborização, Muriaé



Fonte: Autora com base de dados da Cartografia Municipal, 2022

4.3. OS ESPAÇOS EDIFICADOS: AS QUADRAS

4.3.1 VERTICALIZAÇÃO

A verticalização produz impactos diretos no meio urbano, definindo a forma, a organização espacial, a paisagem e até mesmo a qualidade do ar e do microclima. O estudo da verticalização auxilia no entendimento da paisagem urbana e como a legislação atua no espaço.

Ao analisarmos o mapa de verticalização (Figura 55), conseguimos identificar que as edificações, em seu contexto geral, apresentam gabaritos com proporções predominantes, entre 1 e 5 pavimentos acima do solo, a algumas manchas mais nítidas de gabaritos de proporções maiores, entre 6 e 12 pavimentos.

No entorno do Largo do Rosário as edificações apresentam basicamente dois e três pavimentos, não apontam um processo atual de verticalização ou um apontam um processo ainda em início, com edificações bem pontuais de gabaritos maiores. No entorno da Praça João Pinheiro a volumetria se apresenta predominantemente de gabaritos baixos, com pouco ou nenhum recuo frontal e lateral. Do

mesmo modo, no entorno da Praça Cel. Pacheco de Medeiros ainda prevalecem as edificações com até 3 pavimentos.

A distribuição das edificações com maior número de pavimentos acontece de maneira não padronizada no contexto geral da ZPH, contudo a análise demonstra a maior verticalização na porção ao norte do eixo central entre as pontes Maestro Sansão e Dr. Silveira Brum. Nesta área, a legislação impulsiona o crescimento urbano e a verticalização, que já se faz notar, por meio de novos empreendimentos comerciais e residenciais, onde se localiza o edifício mais alto da Cidade, com 20 pavimentos (Figura 56). Esse processo de verticalização vem sendo verificado em outras cidades, como menciona Casaril (2008): “[...] a gênese da verticalização na área central das cidades, é uma espécie de padrão repetitivo em todas as cidades brasileiras”. Para Santos e Videira (2010) “um elemento a ser destacado como agente formador dos espaços verticais, é o crescimento econômico pelo qual uma cidade passa”. A verticalização muitas das vezes é moldada em um padrão onde seu processo de verticalização não possui planejamento e nem capacidade para o avanço do sistema construtivo. Dalcumune (2006 p. 21) enfatiza que:

A verticalização produz significativos impactos na estrutura social, econômica e ambiental das cidades, como mudanças na distribuição das classes sociais, fortemente influenciadas pelas alterações de valor e de uso do solo urbano, diretamente gerido pelo poder público que assume papel relevante para a verticalização ao disciplinar o processo através da legislação urbana, a qual aparece extremamente subordinada aos interesses dos grupos que produzem este espaço.

Verifica-se, assim, uma tendência de verticalização entre as pontes acima mencionadas, apesar de ainda não constituírem uma mancha uniforme. Essas edificações impõe-se as demais, podendo gerar alterações significativas na paisagem, como a modificação de uma espacialidade, grandes sombras projetadas sobre as edificações mais baixas, barreira visual e até a alteração da ventilação.

Os centros urbanos são locais de interação social e trocas comerciais, e muitas vezes são caracterizados por uma grande vitalidade e poder de atração de pessoas. A densidade pode ser um potencializador de atividades, ao considerar a densidade deve-se levar em consideração a qualidade e a amplitude das habitações, a disponibilidade de infraestrutura e serviços, e as características culturais e sociais de

uma determinada comunidade. A busca por um equilíbrio entre densidade populacional e qualidade de vida é essencial para o planejamento urbano sustentável e o bem-estar dos habitantes Jacobs (1961).

Ao analisarmos o mapa de densidade (Figura 57), conseguimos identificar que maior área de densidade corresponde a região de entorno do Largo do Rosário, onde o processo ainda não há um índice alto de verticalização, possui uma maior concentração de moradores, o que impulsiona a demanda por serviços e comércio local. Ambas manchas de maior densidade são caracterizadas por áreas com grande concentração de edificações históricas e gabaritos de pequeno e médio porte.

Figura 55: Mapa de Verticalização, Muriaé

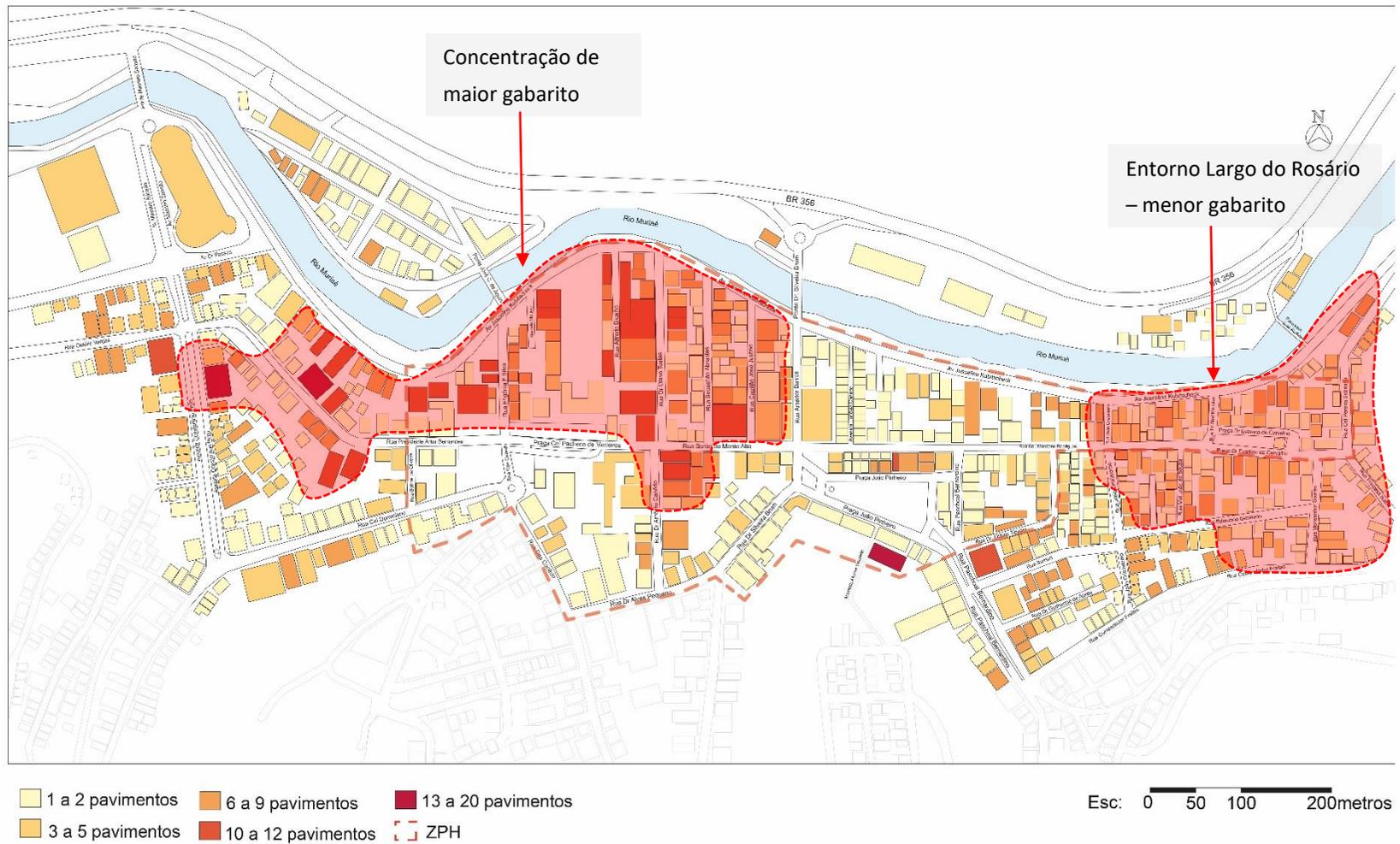


- 1 a 2 pavimentos
 3 a 5 pavimentos
 6 a 9 pavimentos
 10 a 12 pavimentos
 13 a 20 pavimentos
- ZPH

Esc: 0 50 100 200metros

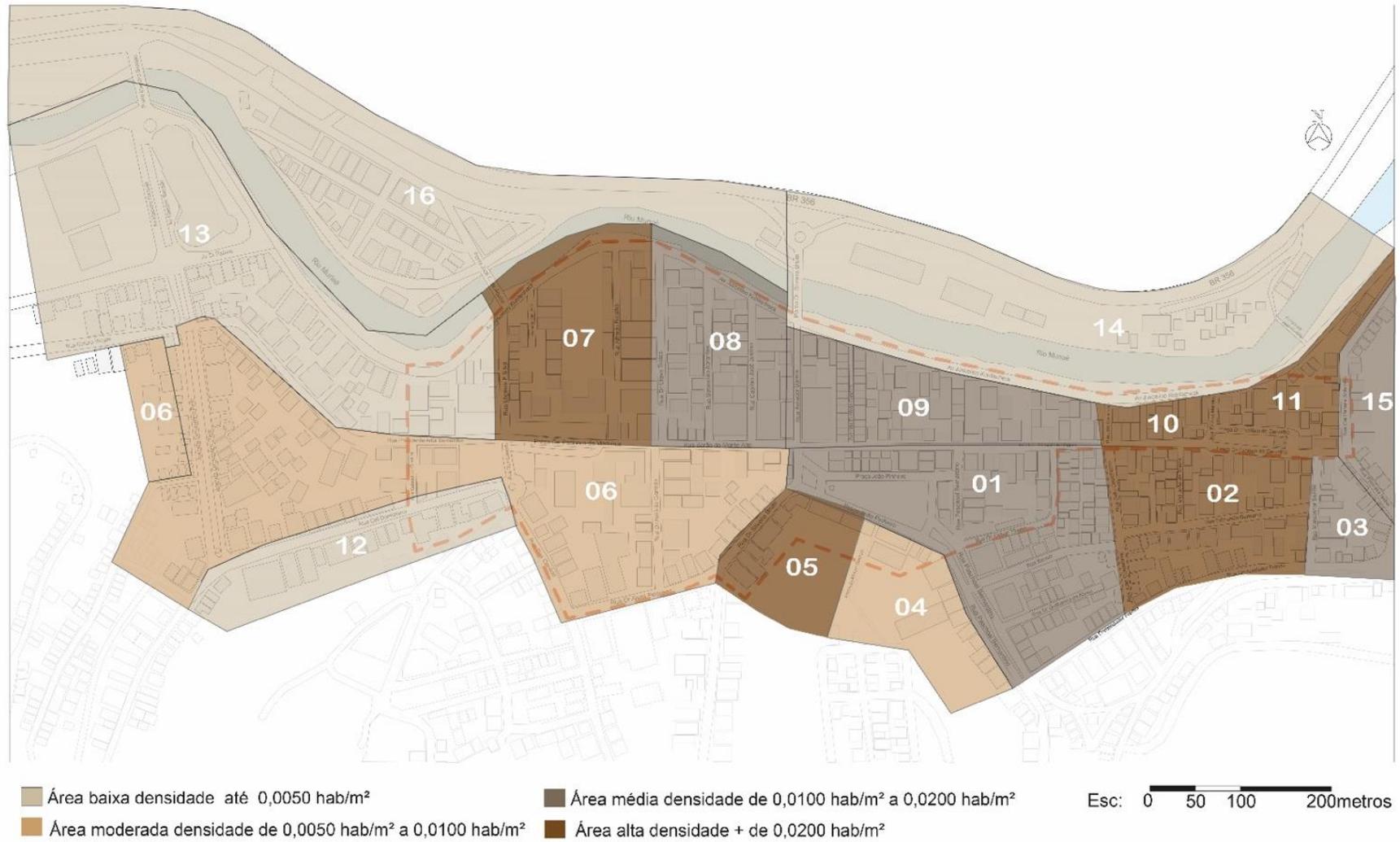
Fonte: Autora com base de dados da Cartografia Municipal, 2022

Figura 56: Análise da Verticalização, Muriaé



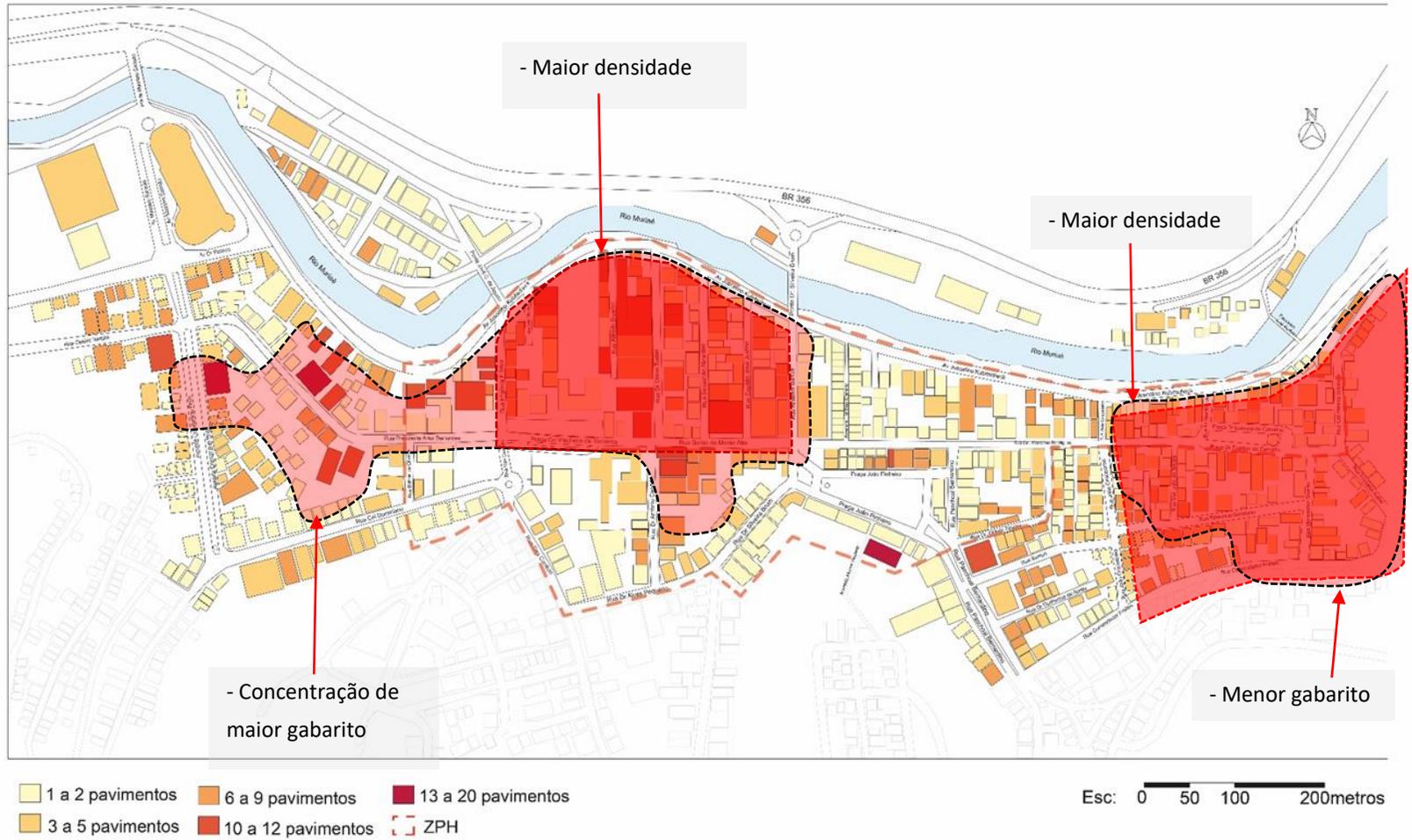
Fonte: Autora com base de dados da Cartografia Municipal, 2022

Figura 57: Mapa de Densidade, Muriaé



Fonte: Autora com base de dados da Cartografia Municipal e IBGE 2010, 2022

Figura 58: Análise de Densidade x Verticalização, Muriaé



Fonte: Autora com base de dados da Cartografia Municipal e IBGE 2010, 2022

4.3.2 USO DO SOLO

Os usos e as funções das edificações podem ser utilizados como critérios de análise, compreender que cada espaço edificado é resultado e resulta dos processos de transformação das paisagens e se altera em função das características locais, como a cultura e as questões socioeconômicas, permite uma melhor compreensão da configuração do espaço.

O mapa de Uso do Solo (Figura 59) traz a representação da atual realidade com relação os usos das edificações e, para tal análise, foi necessário levantamentos e pesquisas in loco com auxílio do mapa cadastral da Cidade. Podemos verificar segundo análise a predominância do uso residencial de forma generalizada e o crescente uso misto na área de intervenção.

O uso comercial/serviço se distribui ao longo dos principais eixos. Na direção norte-sul, ao longo das vias que conectam as pontes Maestro Sansão e Dr. Silveira Brum. Na direção leste-oeste, ao longo do eixo central e do percurso que contorna os morros formado pelas ruas Dr. Alves Pequeno e Pascoal Bernardino.

No entorno da Praça Cel. Pacheco de Medeiros há uma grande concentração do uso institucional com a presença de Escola Estadual Dr. Silveira Brum, Escola São Paulo, Colégio Santa Marcelina,

Memorial Municipal, Igreja Matriz São Paulo, Sede dos Correios, Cartório Civil e outras instituições religiosas. Essas edificações, pontos referenciais da Cidade, geram uma maior circulação de pedestres.

No entorno imediato da Praça João Pinheiro é a maior concentração do uso comercial/serviço, contando também com a presença do uso misto.

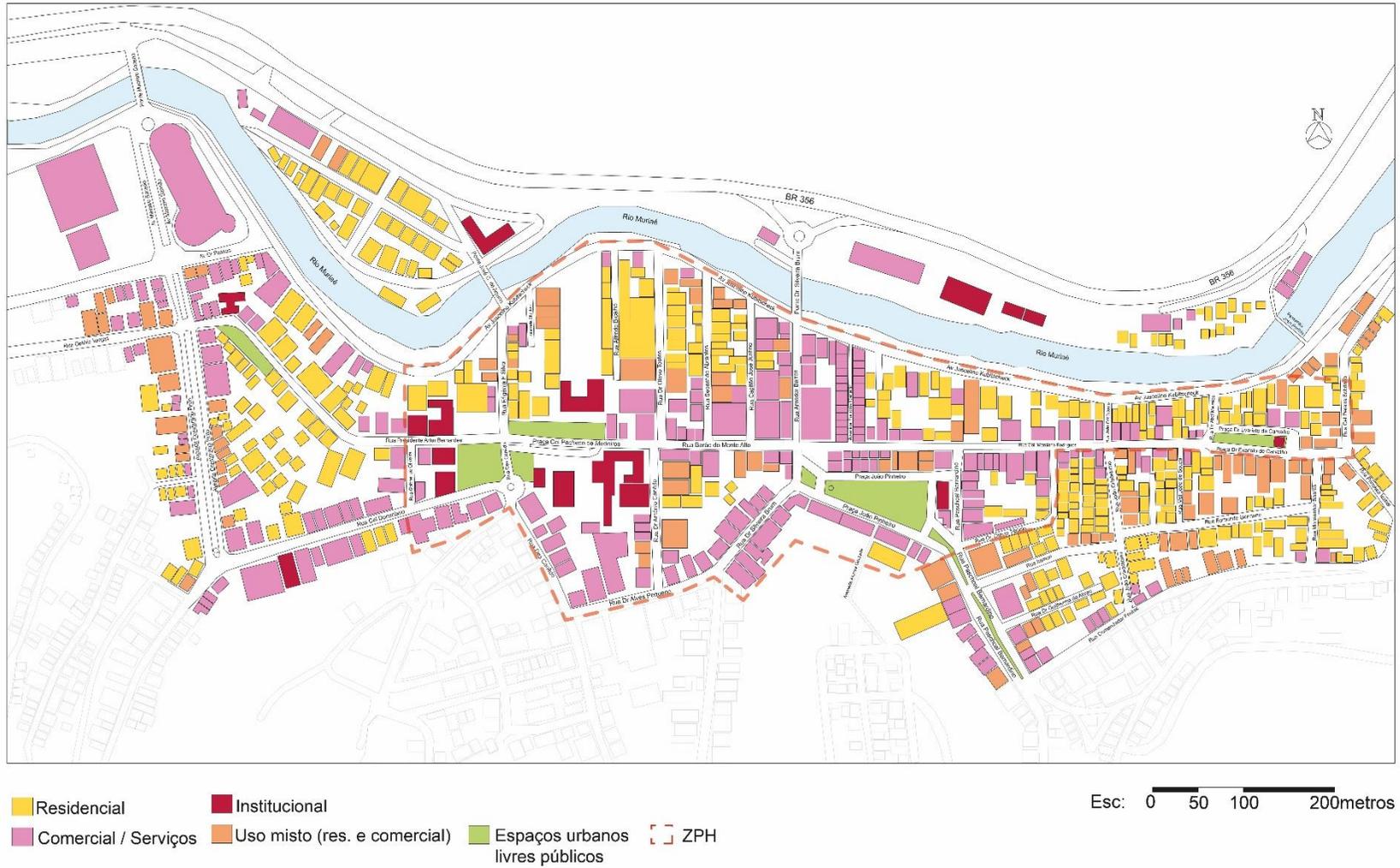
No entorno no Largo do Rosário predomina o uso misto (residencial e comercial/serviço), seguido do uso residencial.

No entorno da Praça José Henrique Hanstenreiter predomina o uso residencial.

Os usos apresentam-se diversificados ao longo da Avenida Juscelino Kubitschek, sendo predominante o uso residencial, mas é possível notar a influência dos usos misto e comercial em função da proximidade das vias que conectam com o eixo central.

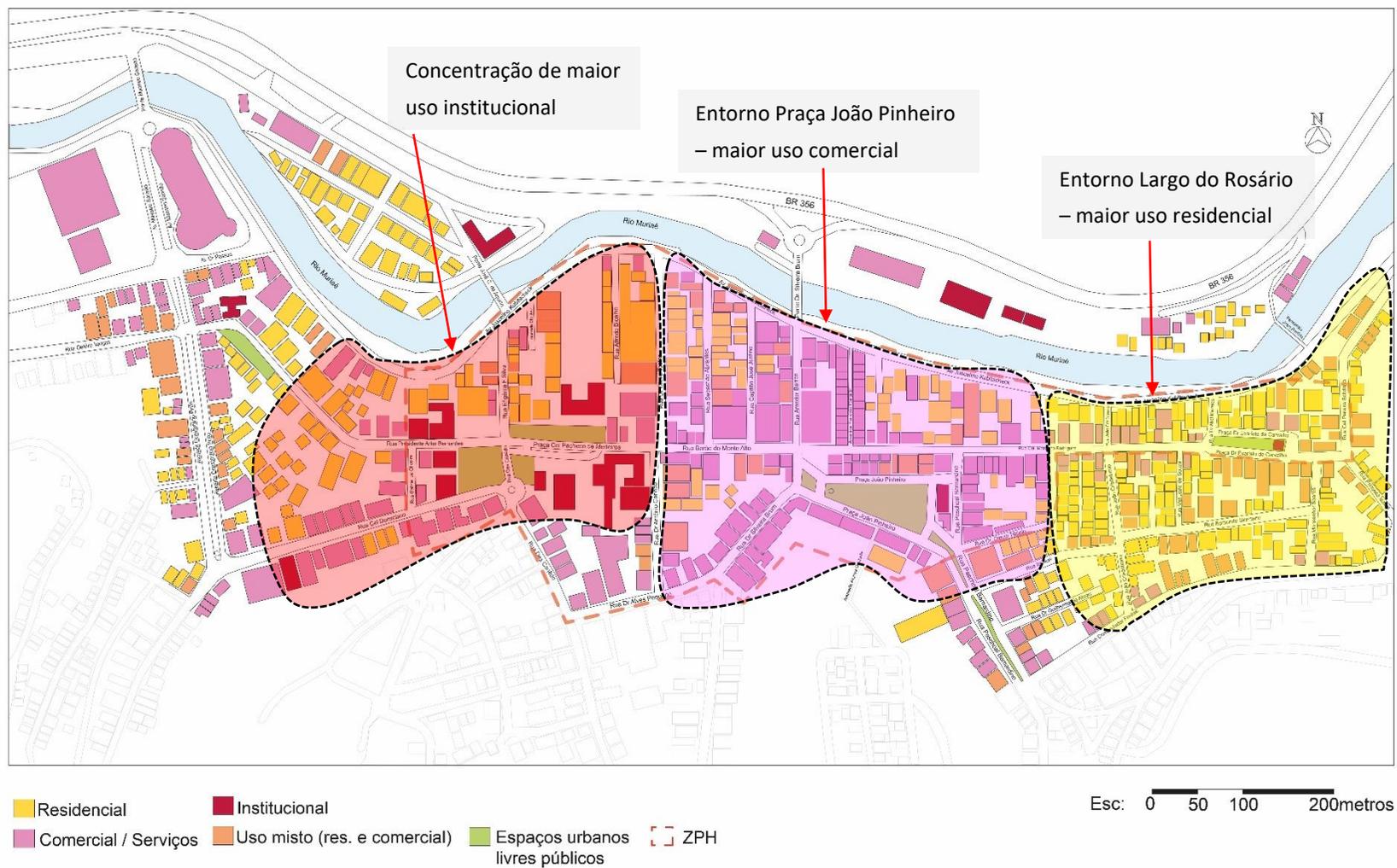
A análise do mapa permite identificar, assim, de modo genérico as zonas de predominância de cada uso: institucional, comercial e residencial (Figura 60).

Figura 59: Mapa Uso do Solo, Muriaé



Fonte: Autora com base de dados da Cartografia Municipal, 2022

Figura 60: Análise Mapa Uso do Solo, Muriaé



Fonte: Autora com base de dados da Cartografia Municipal, 2022

Em um segundo momento, fez-se necessário uma análise mais minuciosa de usos e funções para entender melhor a trama dos diferentes tecidos urbanos, causas e efeitos, quantidade e qualidade (Figuras 61 e 62).

Na porção leste da área de intervenção, há uma massificação do uso residencial unifamiliar, misto (residencial unifamiliar e comércio/serviço) com a presença do residencial multifamiliar. As edificações comerciais cumprem a função de “comércio de bairro” e há a presença pontual de serviços e instituições. Pode-se caracterizar esta zona como predominante residencial unifamiliar.

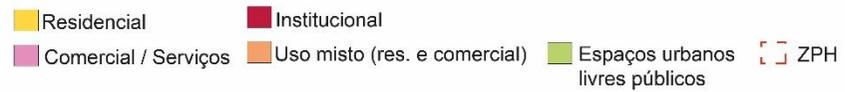
Na porção central da área de intervenção é possível identificar a existência de diversos tipos de edificações voltadas para as atividades comerciais, classificadas em comércio local, comércio de pequeno e médio porte e comércios de grande porte (como supermercados e empresas de atacados), encontra-se também conjuntos comerciais, como shoppings e edifícios corporativos. O uso residencial é minoria nessa zona, sendo identificado na classificação de uso mistos onde as edificações abrangem as funções comerciais e residenciais multifamiliares.

Verifica-se que o uso comercial que predomina na porção central da área de intervenção se estende até o Rio, sendo presente também

na Avenida Juscelino Kubitschek, marcando assim o uso misto, onde, em geral, predomina o uso residencial multifamiliar.

Na porção oeste da área de intervenção predomina o uso residencial, havendo um certo equilíbrio entre o residencial multifamiliar e unifamiliar. Nessa zona verifica-se, também, a forte presença de edificações com funções institucionais, bem como comércio de pequeno e médio porte, e destacam-se, também, os estabelecimentos de serviços.

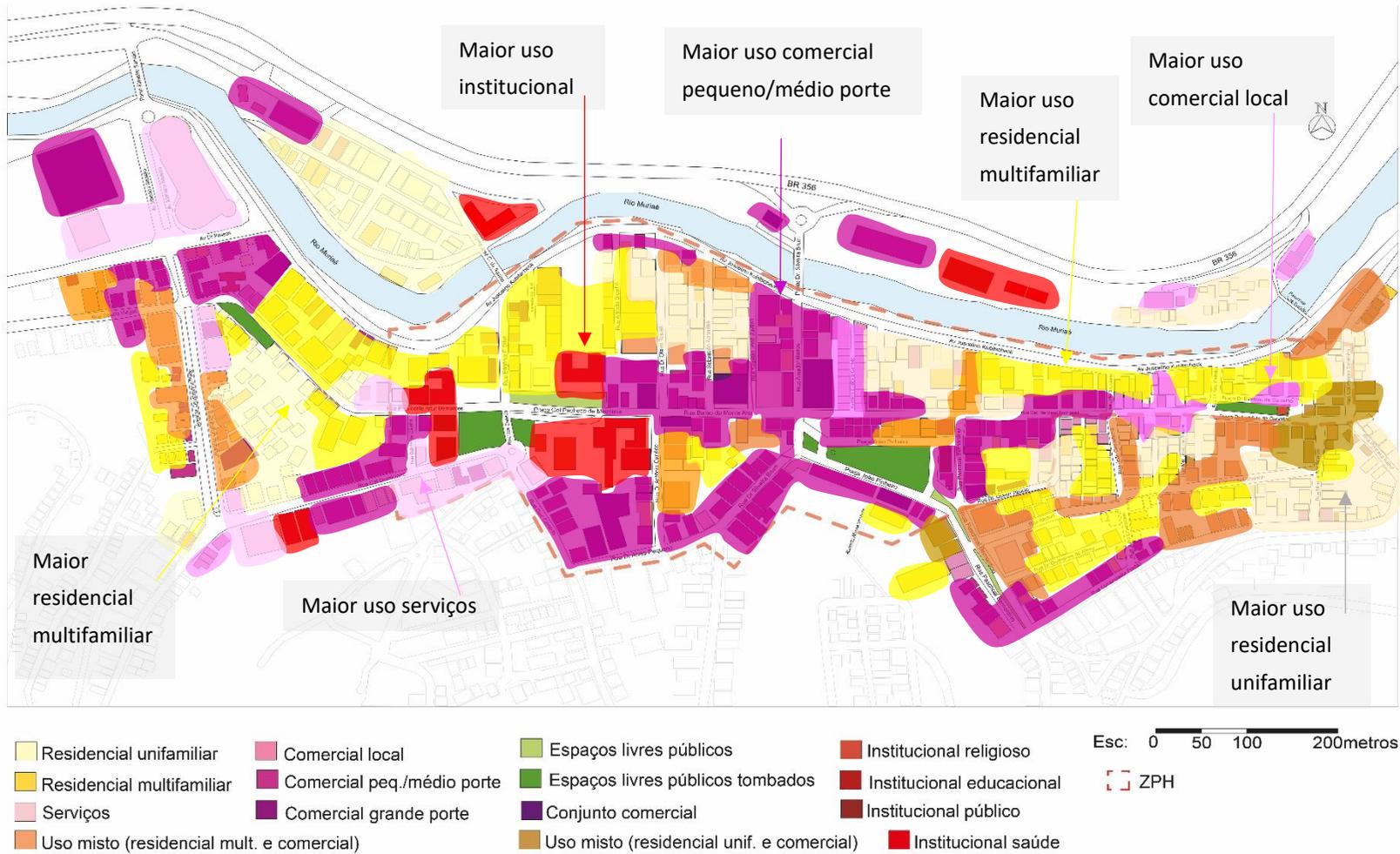
Figura 61: Mapa Tipologia Usos e Funções, Muriaé



Esc: 0 50 100 200 metros

Fonte: Autora com base de dados da Cartografia Municipal, 2022

Figura 62: Análise Mapa Tipologia Usos e Funções, Muriaé



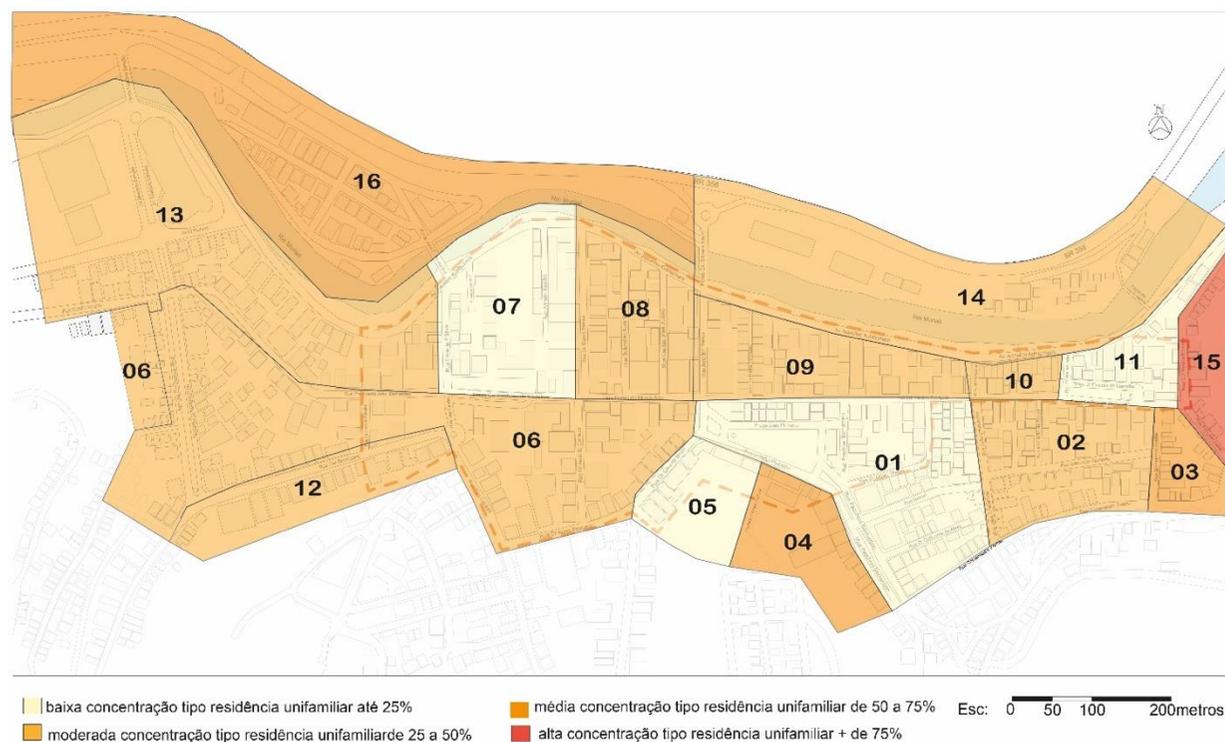
Fonte: Autora com base de dados da Cartografia Municipal, 2022

As áreas de maior densidade e maior concentração de domicílios de tipologia apartamento estão inseridas em trechos com maior potencial de mercado.

Em algumas áreas, setores inseridos na zona ripária do Rio Muriaé, observa-se faixas de ocupação muito próximas às margens, embora

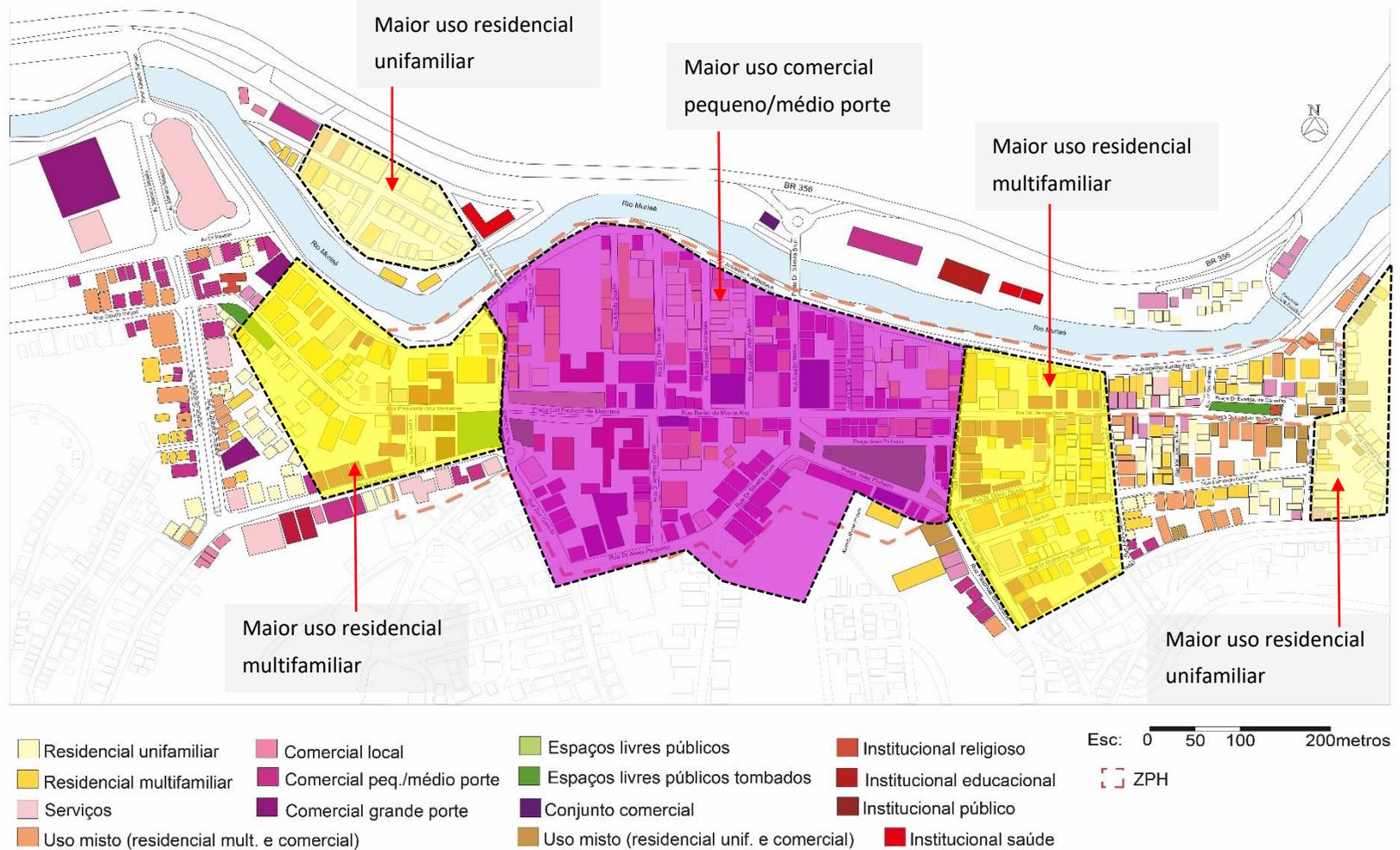
a porcentagem desse índice seja relativamente pequena, esses espaços passam a ser identificados como ocupações irregulares segundo as normas de urbanismo e ocupação e uso do solo, por estarem inseridos em áreas alagáveis e/ou encostas, e possuem baixo valor de mercado imobiliário devido essas características.

Figura 63: Mapa de Tipologia Residência Unifamiliar, Muriaé



Fonte: Autora com base de dados da Cartografia Municipal IBGE 2010, 2022

Figura 64: Análise Mapa Tipologia Usos e Funções, Muriaé



Fonte: Autora com base de dados da Cartografia Municipal e IBGE 2010, 2022

4.3.3 BENS ARQUITETÔNICOS TOMBADOS E PRESERVADOS

O patrimônio presente no contexto espacial delimitado mantém uma relação com os espaços livres adjacentes tal como com as edificações. Compreender através dos mapas que o posicionamento do patrimônio é mais que uma implantação geográfica, mas sim uma caracterização dos lugares nos permite explorar as possibilidades e entender com maior clareza as diferentes identidades urbanas que dele advém.

O processo de preservação do patrimônio está associado com a inscrição de tombamento municipal, que ocorreu inicialmente em 1997, onde passaram a ser salvaguardados pela Fundação da Cultura e Artes de Muriaé (FUNDARTE). Em 1998, com o Decreto Municipal nº 1.644/98 ocorre o tombamento a nível municipal de edificações e conjuntos paisagísticos com relevância cultural e histórica, assim também como de acervos, revistas e documentos.

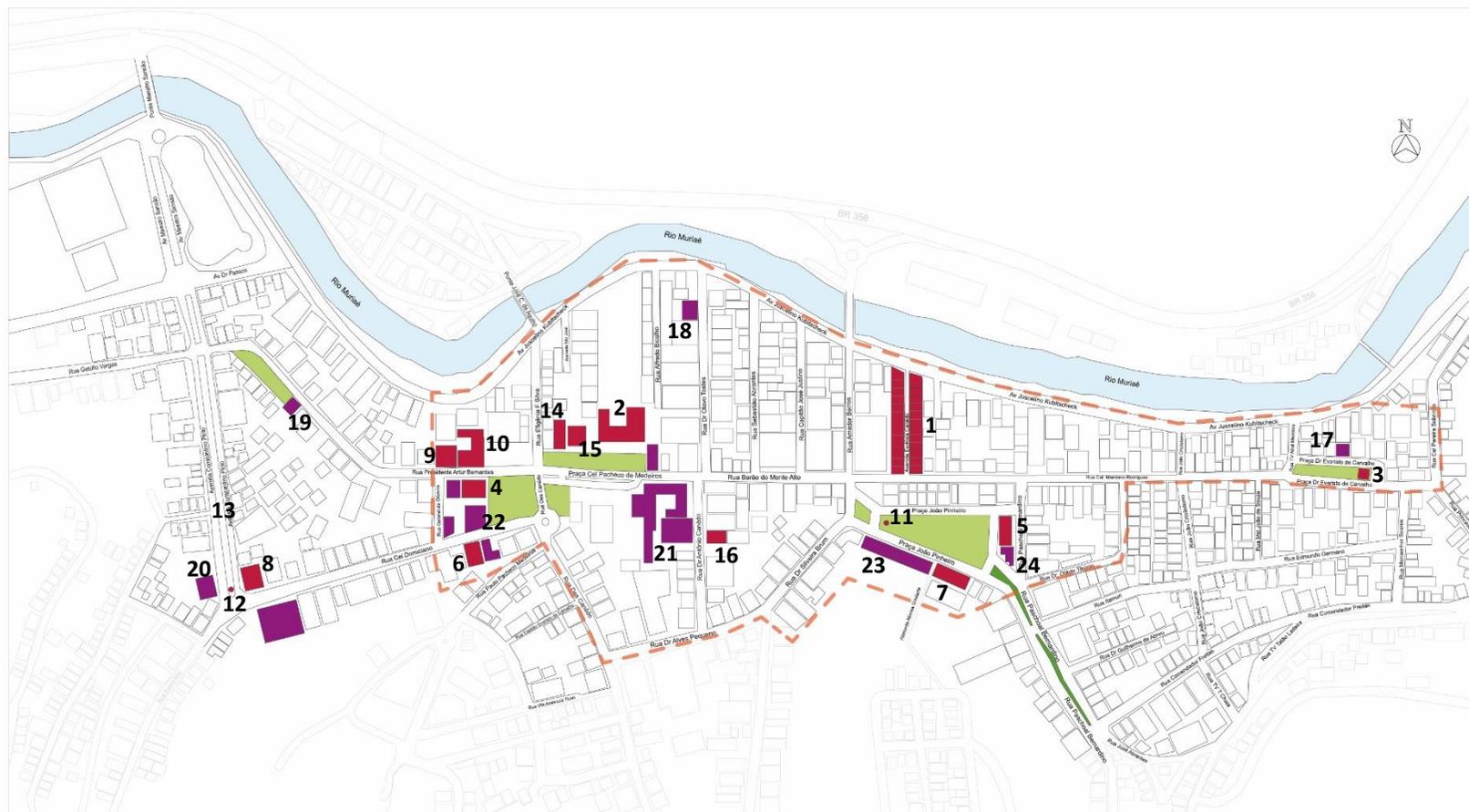
A FUNDARTE mantém atualizada o Inventário do Patrimônio Cultural da cidade, um trabalho de caráter permanente, a última atualização foi realizada em 2020 e a próxima está prevista para o ano de 2023, onde que mantém atualizados os espaços e edificações com

interesse de preservação, assim como os bens imateriais e acervos. O Inventário é um instrumento fundamental para o desenvolvimento da prática de preservação pelo Município, subsidiando o planejamento da cidade.

A relação dos bens inventariados (Tabela 01) na área urbana (sede Muriaé) município está subdividida em bens imóveis, estruturas arquitetônicas (122 bens) e bens integrados (26) e bens imateriais (15 bens) (FUNDARTE, 2022).

O contexto urbano da cidade tem seu início no Largo do Rosário, todavia a presença de patrimônio tombado/preservado nessa área é bem pontual e específica. Na região mais central, no entorno da Praça João Pinheiro a identificação de edificações de interesse de preservação é maior, se comparada com o Largo do Rosário, todavia, a maior concentração de bens tombados e preservados da cidade está localizada no entorno do conjunto paisagístico da Praça Cel. Pacheco de Medeiros, principalmente os bens que possuem usos e funções de caráter institucional.

Figura 65: Identificação Bens Tombados, Muriaé



- Edificação Tombada
- Outras Edificações
- ZPH
- Edificação Preservada
- Conjunto Paisagístico Tombado

Esc: 0 50 100 200metros

Fonte: Autora com base de dados da Cartografia Municipal, 2022

Tabela 01: Identificação Bens Tombados, Muriaé

BENS PATRIMONIAIS			
<p>1 - Vila Eudóxia Canedo Proteção: Tombado Construção: 1925 Tombamento: 2007</p>		<p>5- Antigo terminal rodoviário Proteção: Tombado Construção: Tombamento: 2000</p>	
<p>2 - Escola São Paulo Proteção: Tombado Construção: 1913 Tombamento: 1977</p>		<p>6 - Teatro Municipal Proteção: Tombado Construção: 1984 Tombamento: 2003</p>	
<p>3 - Igreja N. S. do Rosário Proteção: Tombado Construção: 1819 Tombamento: 1977</p>		<p>7 - Grande Hotel Proteção: Tombado Construção: 1904 Tombamento: 1997</p>	
<p>4 - Memorial Municipal Proteção: Tombado Construção: 1988 Proteção: 1997</p>		<p>8 - Antigo Fórum e Cadeia Proteção: Tombado Construção: 1939 Tombamento: 2003</p>	
		<p>11 - Relógio da Praça Proteção: Tombado Construção: 1939 Tombamento: 1997</p>	
		<p>12 - Busto Dr. Antônio Canedo Proteção: Tombado Construção: 1964 Tombamento: 1998</p>	
		<p>9- Biblioteca Municipal Proteção: Tombado Construção: 1984 Tombamento: 1997</p>	
		<p>10 - Escola Dr. Silveira Brum Proteção: Tombado Construção: 1912 Tombamento: 1997</p>	

Fonte: Acervo da autora, 2022

Tabela 01: Identificação Bens Tombados, Muriaé

<p>13 - Monumento ao Centenário da cidade Proteção: Tombado Construção: 1955 Tombamento: 1998</p>		<p>17- Casa Modernista 107 Proteção: Preservado Construção: --- Proteção: ---</p>		<p>21- Colégio Santa Marcelina Proteção: Preservado Construção: 1927 Proteção: 1997</p>	
<p>14 - Residência 118 Proteção: Tombado Construção: Tombamento: 2003</p>		<p>18 - Casa Modernista 173 Proteção: Preservado Construção: --- Proteção: ---</p>		<p>22 - Correios Proteção: Preservado Construção: Proteção:</p>	
<p>15 - Residência 126 Proteção: Tombado Construção: Tombamento: 2006</p>		<p>19 - Sobrado Modernista 01 Proteção: Preservado Construção: --- Proteção: ---</p>		<p>23 - Casarios dos Navarro Proteção: Preservado Construção: Proteção:</p>	
<p>16 - Residência Dr. Antônio Canedo Proteção: Tombado Construção: 1818 Tombamento: 1977</p>		<p>20 - Casa Modernista – Família Porcaro Proteção: Preservado Construção: --- Proteção: ---</p>		<p>24 - Edificação ao lado do antigo terminal rodoviário Proteção: Preservado Construção: Proteção: 2000</p>	

Fonte: Acervo da autora, 2022

4.3.4 EDIFICAÇÕES DE ÁREAS ANTIGAS

Algumas edificações que estão inseridas na ZPH que não são por legislação tombadas ou preservadas, mas que são consideradas “protegidas” pela ambiência da área (Figura 66), são alvos constantes de interesses da especulação imobiliária, como ações de: descaracterização de fachadas, utilização de grandes letreiros comerciais, descaso e até mesmo o abandono de algumas edificações, esses fortes indícios são perceptíveis nas áreas mais centrais da ZPH, principalmente onde os setores de usos de comércio e serviço possuem maiores proporções (...) O futuro deve ver uma legislação nacional e regional mais forte e abrangente para encorajar a conservação de cidades históricas menores e para protegê-las da ameaça da especulação imobiliária. Conservação de Cidades Históricas Menores (ICOMOS, 1975).

Algumas edificações por si não possuem significativa relevância arquitetônica, mas em conjunto valorizam a identidade do lugar, devendo ser salvaguardadas.

Em determinadas áreas da ZPH onde ainda não há uma crescente demanda de verticalização, como no entorno do Largo do Rosário, é possível identificar padrões de ocupação, assim como

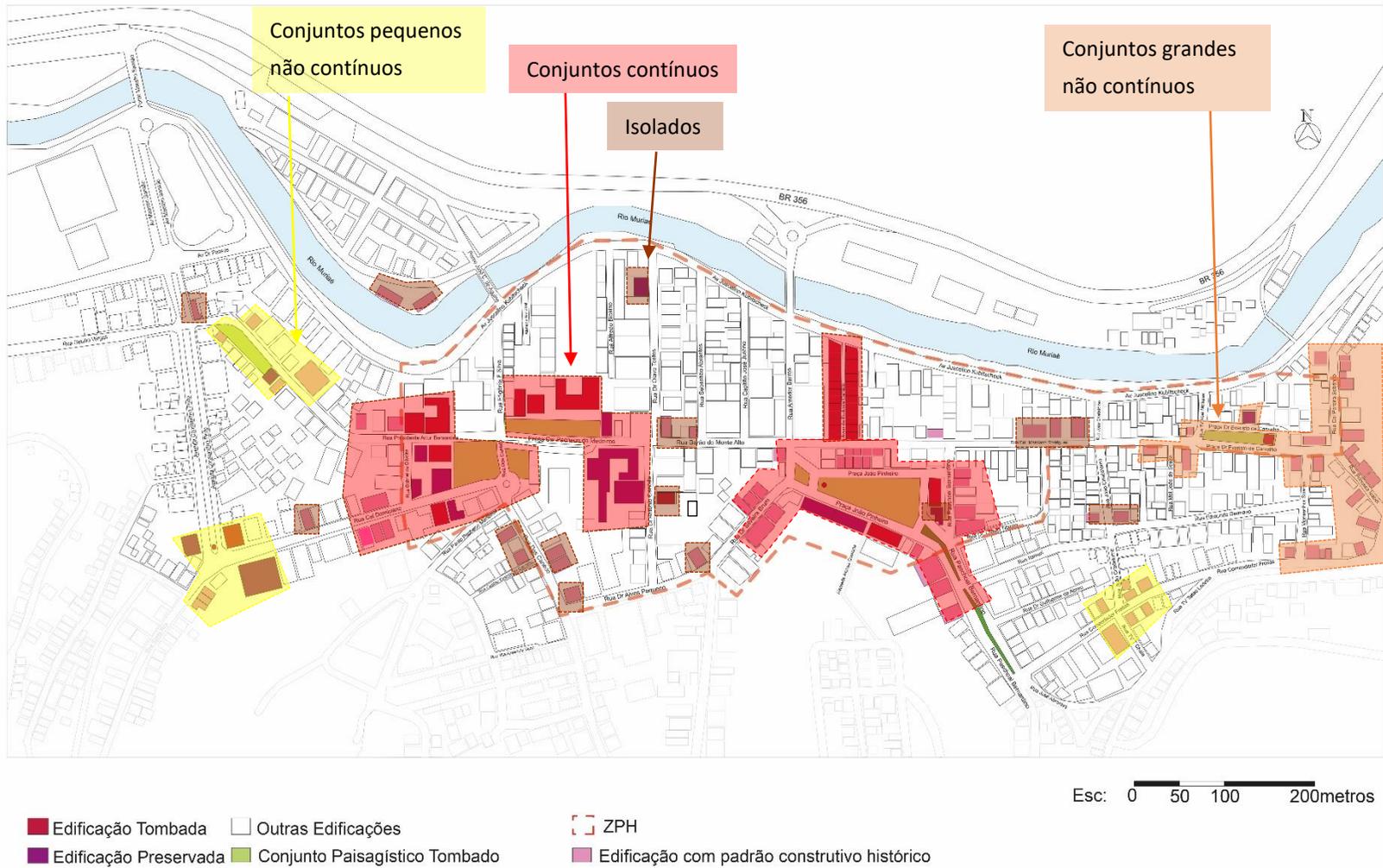
predominância de linhas horizontais e simetrias nas edificações. Há também uma repetição de formas e proporção, criando um ritmo construtivo, reforçando o interesse de preservação.

A análise apresentada (Figuras 66) trata-se é um levantamento de campo da autora, foram sinalizadas edificações antigas com padrões construtivos semelhantes, nesta análise podemos identificar que não há um padronização de concentração ou distribuição dessas edificações, todavia, há uma maior incidência nas proximidades dos espaços livres públicos e em suas vias próximas.

No mapa de análise de conjuntos de valor histórico (Figura 67) onde se identifica os conjuntos arquitetônicos existentes que contribuem para a identidade local.

As áreas sinalizadas com o maior número de edificações com padrões construtivos históricos são localizadas em proximidades dos conjuntos paisagísticos. Essas áreas remanescentes de conjuntos históricos possuem similaridades, representam a cidade antiga e sua identidade, embora suas concentrações estejam fisicamente afastadas são complementares e posicionadas, em sua maioria, na linha do eixo central.

Figura 67: Identificação de Conjuntos de Valor Histórico, Muriaé



Fonte: Autora com base de dados da Cartografia Municipal, 2022

Os conjuntos atribuídos ao lado leste do mapa são caracterizados por casario e sobrados, com fachadas simples e telhados originais, arruamentos mais internos. Os conjuntos predominantes são de edificações não contínuas, e algumas edificações isoladas.

A análise de um determinado trecho mostra que há indícios de um padrão construtivo, predominância de linhas horizontais e simetrias nas edificações. Há uma repetição também de formas e proporção criando um ritmo construtivo nessa área com interesse de preservação, pois essas edificações condizem com a história e memória local, observa-se ainda um edifício mais alto compondo o conjunto, esta edificação se destaca em relação ao ritmo construtivo e ao padrão local existente, ocorrendo uma quebra visual e afetando a harmonia e descaracterização do entorno e até mesmo afetando a identidade cultural da região.

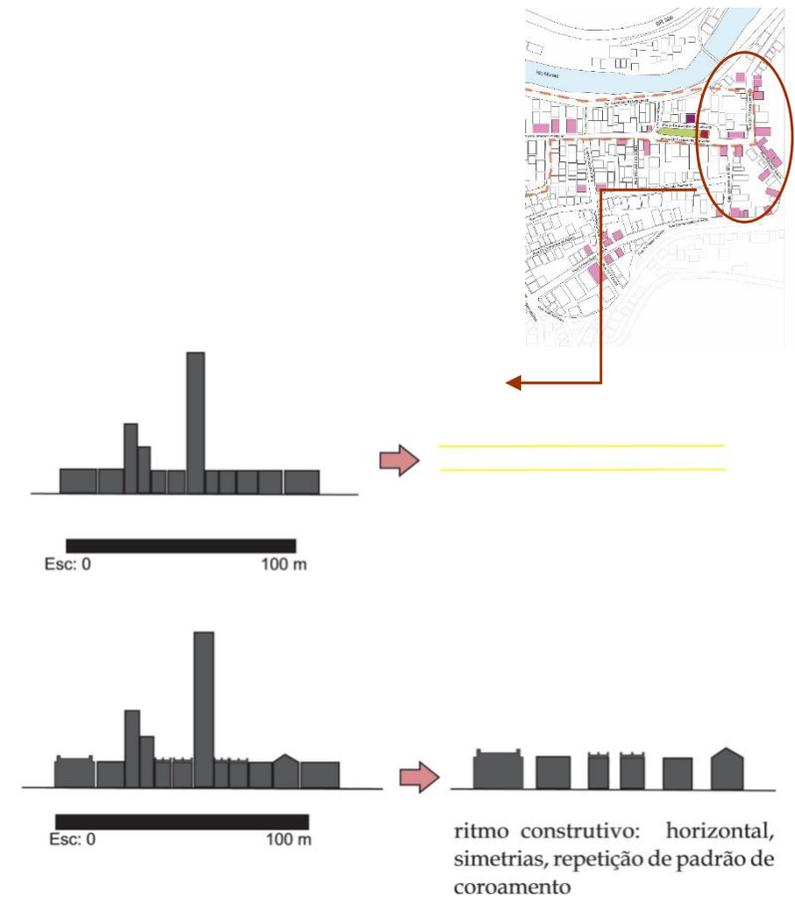


Figura 68: Análise padrão construtivo



Fonte: Acervo da autora, 2022

Na área central, além das edificações com reconhecido valor artístico, arquitetônico e urbanístico, o conjunto é composto por casario e sobrados com fachadas simples, destacando-se as edificações agrupadas continuamente, e algumas isoladas.

A análise de determinado trecho mostra que há indício de início de verticalização na região, mas ainda permanece um padrão horizontal de construções. Há existência de um ritmo construtivo relacionado com as formas retangulares, sendo o coroamento marcante, em quase a totalidade. Essa repetição de formas retangulares contribui para a coesão visual e a harmonia estética do local, transmitindo uma sensação de unidade e equilíbrio.

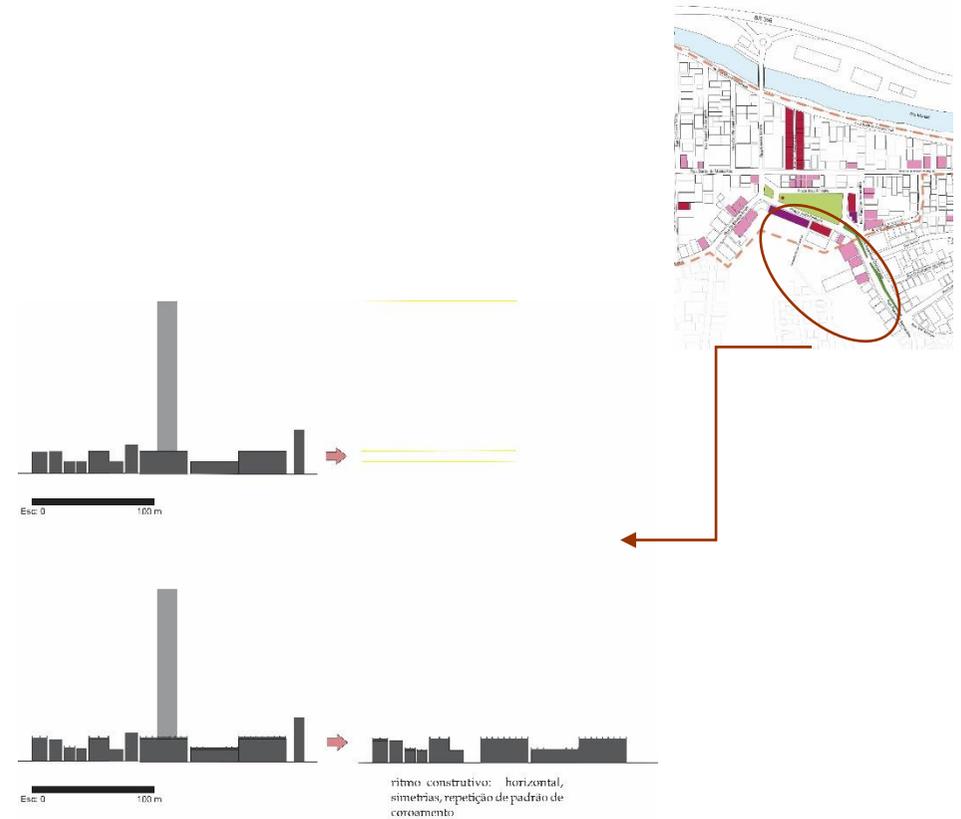


Figura 69: Análise padrão construtivo



Fonte: Acervo da autora, 2022

Os conjuntos localizados ao lado oeste do mapa são caracterizados por construções com maior reconhecimento arquitetônico e artístico, imóveis destinados a funções administrativas e institucionais, e habitações das classes mais abastadas historicamente, reforçando o forte interesse de preservação. Nessa área os conjuntos que mais se destacam são os contínuos, conjuntos pequenos não contínuos e muitas edificações isoladas.

A análise de determinado trecho mostra que há uma maior verticalização nessa área, o padrão construtivo horizontal das edificações históricas se mistura com as novas construções. Não há uma repetição clara de formas e proporção, quando não se segue uma clara repetição de formas e proporção em relação ao contexto urbano ao seu redor, isso pode resultar em uma falta de harmonia estética e coesão visual.

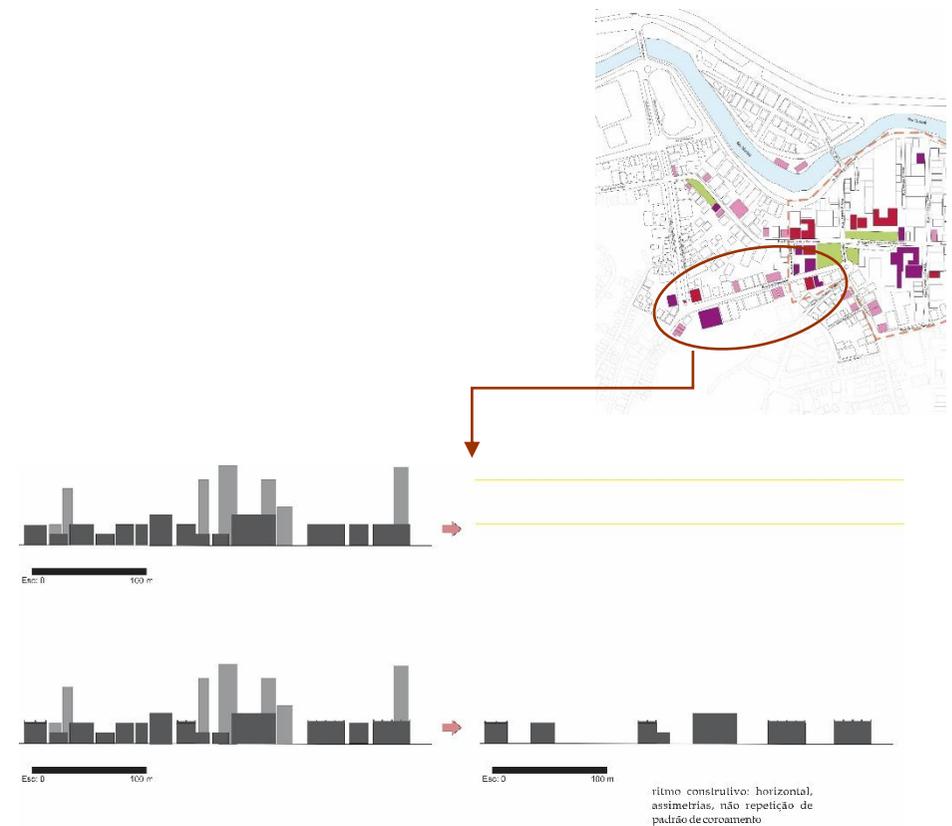


Figura 70: Análise padrão construtivo



Fonte: Acervo da autora, 2022

4.4 VALOR DO SOLO URBANO

A forma como a cidade se desenvolve e se constrói, as propriedades se valorizam ou não. Os investimentos podem ser concentrados em determinadas regiões da cidade, alterando o valor imobiliário. O valor do solo urbano é diretamente proporcional as características e vantagens que o local propicia, logo, essa valorização diferenciada gera uma situação desigual com os demais locais (Topalov, 1984:220).

A implantação da infraestrutura urbana é primordial para o funcionamento das cidades, tal como a dos serviços. Espaços bem infraestruturaados (água, saneamento, energia) e com boa oferta de serviços públicos (limpeza urbana, mobilidade) estão comumente associados com o maior valor do solo.

De acordo com os dados do IBGE, de 2010, a existência de domicílios urbanos em vias públicas com arborização era de 79%; 88.9% dos domicílios urbanos possuem instalação de esgotamento sanitário adequado e 53.9% dos domicílios existentes são em vias públicas com urbanização adequada (vias com infraestrutura de bueiros,

calçadas, pavimentação e meio-fio). A limpeza pública na Cidade é atuante, com a varredura das ruas e coleta do lixo urbano.

Na cidade, o mercado se destaca positivamente na confecção de artigos do vestuário e acessórios (223), nas atividades profissionais, científicas e técnicas (130) e em supermercados e lojas de variedades (117).

Segundo a última análise que consta nos registros IBGE de 2019, o salário médio mensal por cidadão muriaeense era de 1,9 salários-mínimos, sendo essa proporção de pessoas igual à 25.2% do total da população.

A utilização do planejamento urbano como instrumento para gestão do patrimônio amplia-se no objeto da preservação, incluindo o patrimônio como ambiental urbano, seus usos e apropriações, relações sociais e significados (Catriota, 2003).

A infraestrutura e os serviços urbanos desempenham um papel significativo na origem da renda e do valor do solo urbano, como a facilidade de deslocamento para diferentes partes da cidade afeta o valor do solo, áreas bem conectadas tendem a ser mais atraentes e procuradas, produzidas em preços mais altos. Áreas com

infraestrutura básica adequada costumam ser mais valorizadas, pois proporcionam conforto e qualidade de vida aos residentes e empresas. A presença de escolas, hospitais, parques, centros comerciais e outros equipamentos e serviços públicos aumentam a atratividade de uma área urbana, esses recursos adicionais podem aumentar a demanda por imóveis e, conseqüentemente, aumentar o valor do solo.

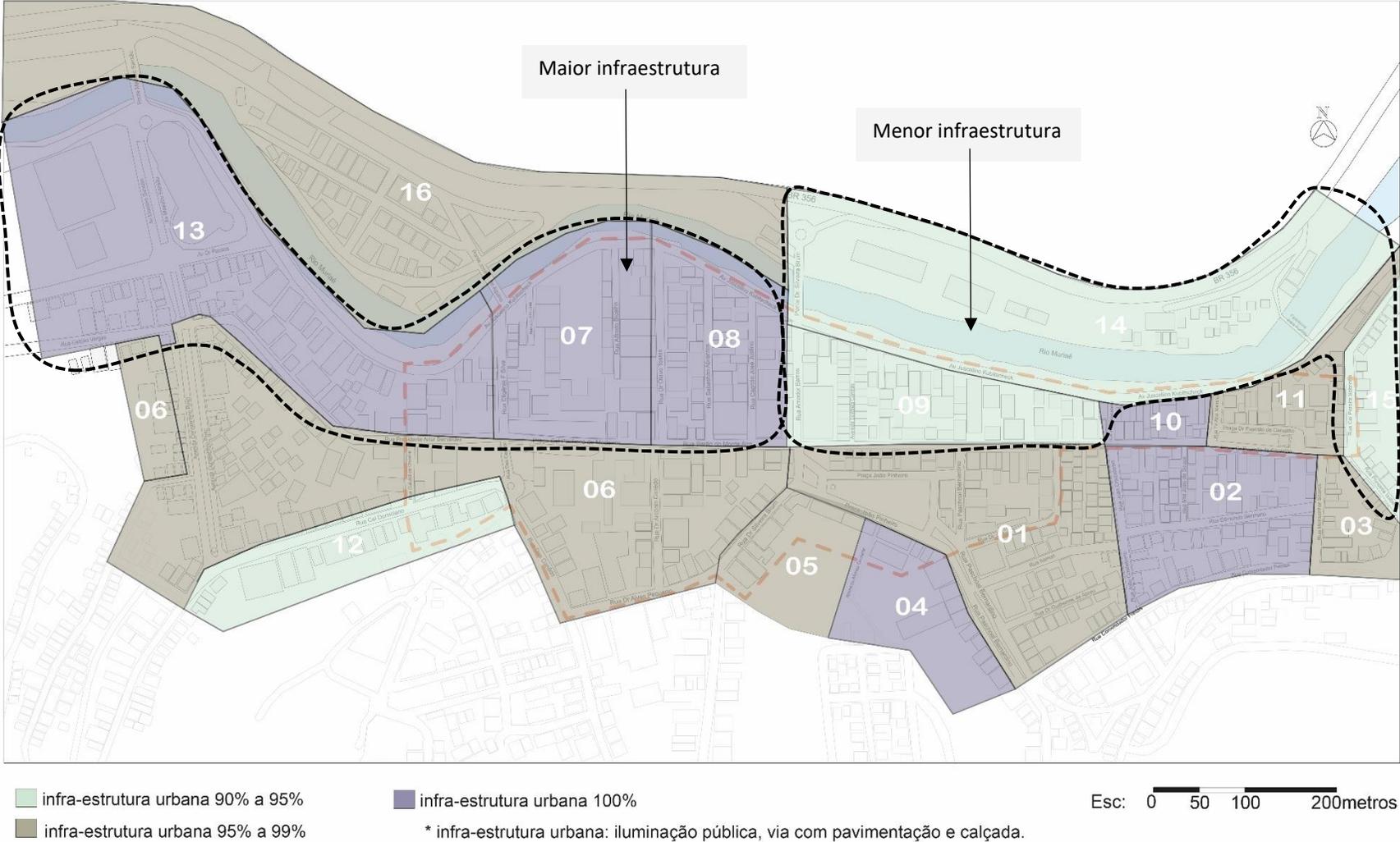
A renda e a alfabetização da população também possuem uma relação indireta com o valor do solo urbano. A renda é um fator importante que influencia a capacidade das pessoas de adquirir e alugar imóveis. Em geral, áreas com população de alta tendem a ter maior demanda por renda, o que pode atender os preços e o valor do solo. Por outro lado, em áreas com população de baixa renda, a demanda pode ser menor e os preços do solo podem ser mais baixos. A alfabetização e a educação têm um impacto indireto no valor do solo, as áreas com acesso a boas instituições educacionais, como escolas de qualidade e universidades, tendem a atrair famílias que valorizam a educação de seus filhos. Isso pode influenciar a procura por moradia nestas áreas, aumentando também o valor do solo. É

importante notar que a relação entre renda, alfabetização e valor do solo não é linear e pode variar de acordo com fatores locais.

Além disso, existem muitos outros fatores que também influenciam o valor do solo, como localização geográfica, oferta e demanda de imóveis, políticas governamentais, condições de incentivo e tendências do mercado imobiliário.

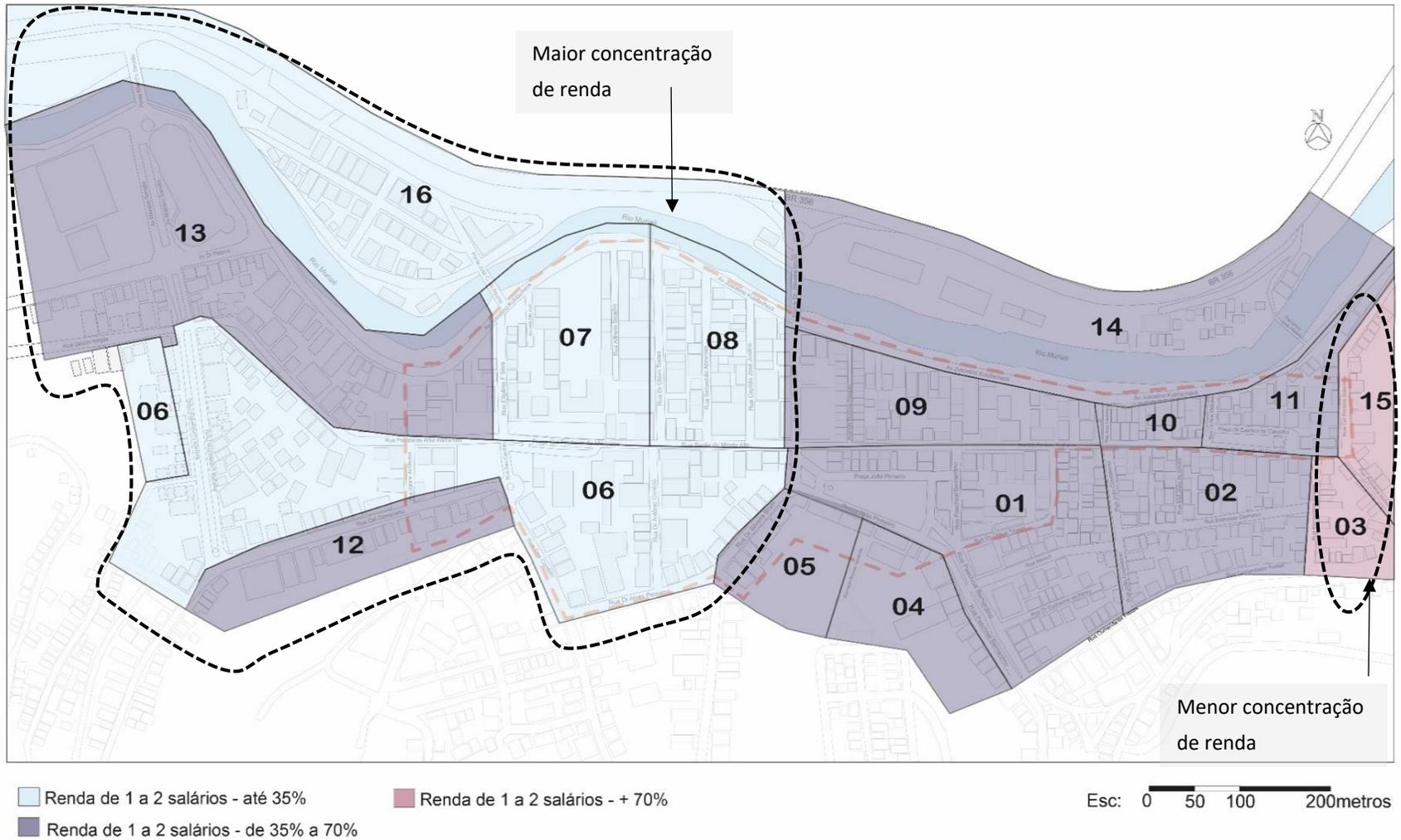
Os mapas de análises a seguir (Figura 70, 71 e 72) são baseados na Cartografia Municipal e dados cadastrais de levantamento do IBGE (2021), esses dados incluem informações sobre a infraestrutura existente, como transporte, saneamento básico, abastecimento de água, energia elétrica e outros serviços urbanos (ver apêndice 1 e 2). Ao combinar esses dados, é possível identificar padrões e correlações entre a qualidade da infraestrutura e o valor do solo em diferentes partes da cidade. Por exemplo, áreas com infraestrutura bem desenvolvidas e serviços de alta qualidade geralmente tendem a ter valores de solo mais alto, refletindo a demanda por essas áreas mais bem equipadas. Além disso, esses dados podem ser úteis para a compreensão das desigualdades socioespaciais e para a formulação de políticas que visem melhorar a qualidade de vida nas áreas menos favorecidas.

Figura 71: Mapa de infraestrutura, Muriaé



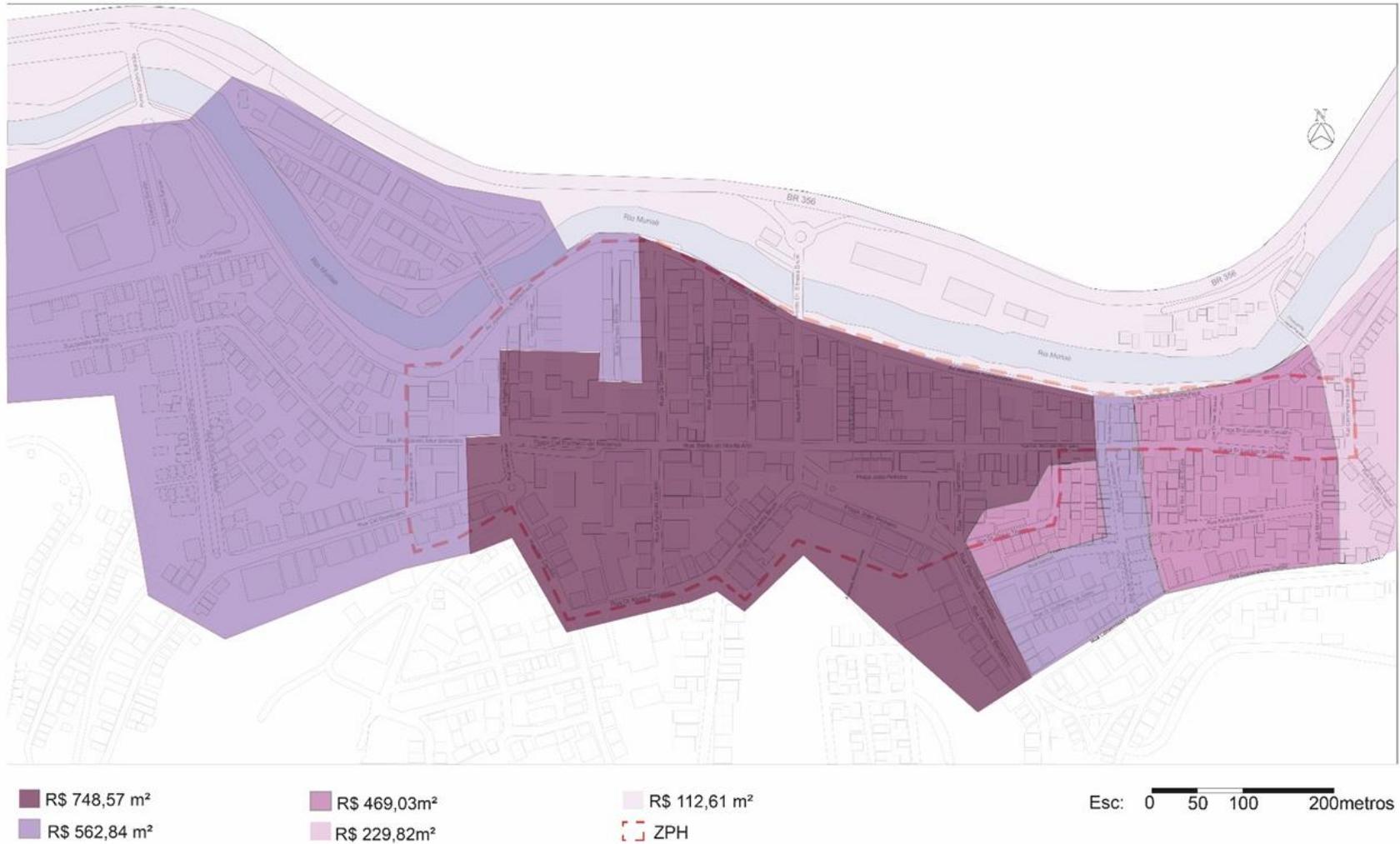
Fonte: Autora com base de dados da Cartografia Municipal, 2022

Figura 72: Mapa de renda, Muriaé



Fonte: Autora com base de dados da Cartografia Municipal, 2022

Figura 73: Mapa valor do solo urbano, Muriaé



Fonte: Autora com base de dados da Cartografia Municipal, 2022

As áreas antigas e conjuntos de valor arquitetônico, urbanístico e paisagístico que se tornam mais vulneráveis, sejam para demolição ou descaracterização, estão localizados em territórios com maior valor de solo urbano, locais com o valor de m² elevado e maior giro de capital (comercial), pois sofrem a maior pressão da indústria da construção civil.

Os monumentos [...] afiguram-se subitamente como obstáculos e entraves a serem eliminados ou destruídos para vagar lugar ao novo modo de urbanização, a seu sistema e suas escalas viárias e parcelares. Além disso, a manutenção dos edifícios antigos vai sendo cada vez mais negligenciada e sua restauração não obedece mais a técnicas normatizadas (CHOAY, 2006, p. 144).

Por meio das análises (Figura 74 e 75) pode-se observar que as áreas de maior valor do solo estão correlacionadas com áreas de maior concentração de renda e melhor infraestrutura. Isso ocorre devido a uma série de fatores interrelacionados, como: demanda por localização privilegiada, a presença de uma infraestrutura sólida e serviços de qualidade cria um ambiente atraente para empresas e empreendimentos comerciais, as áreas de maior valor do solo muitas

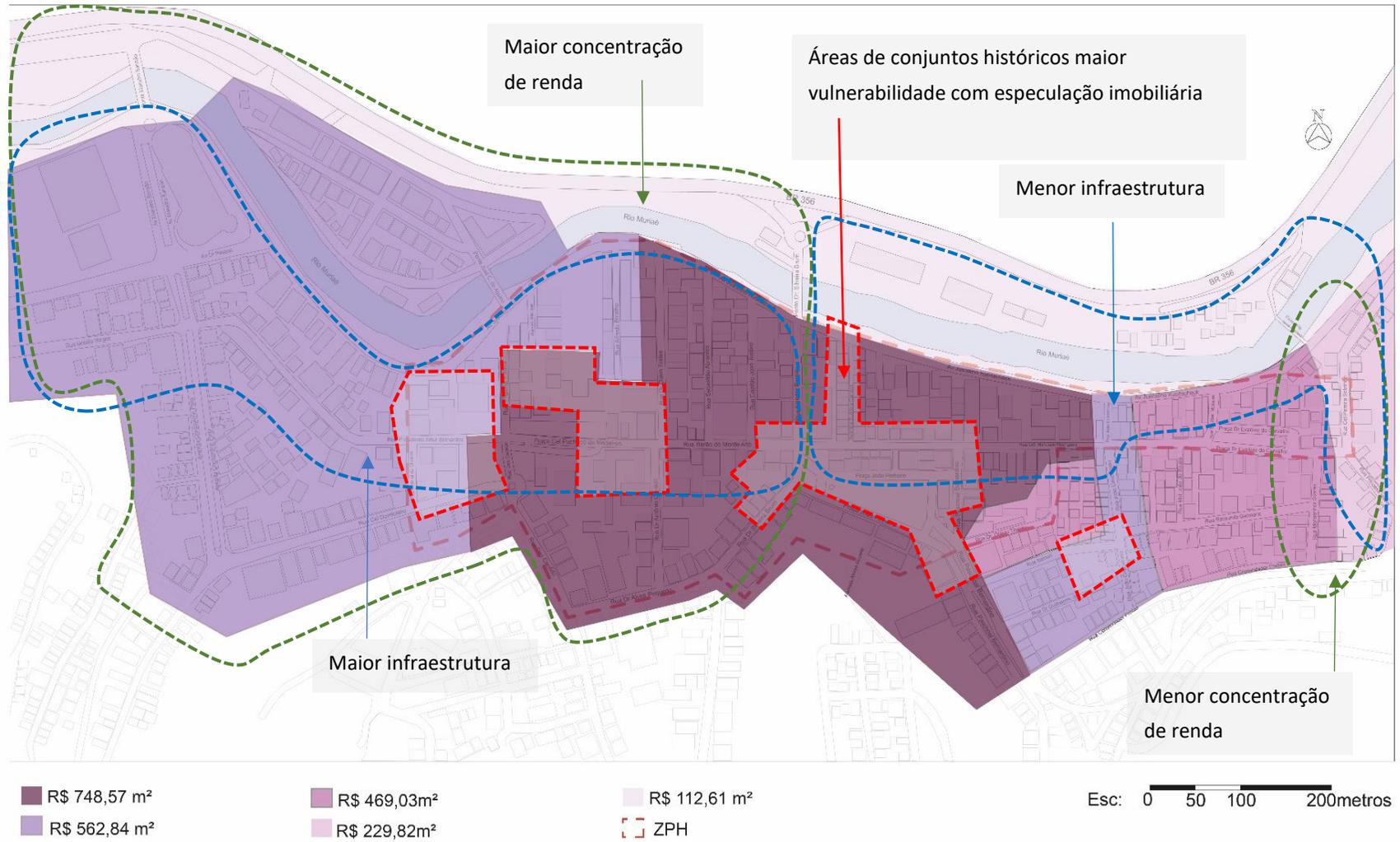
vezes recebem maiores investimentos em infraestrutura por parte do governo e do setor privado.

Logo, as áreas de maior valor do solo, com concentração de renda e infraestrutura desenvolvida, apresentam uma maior vulnerabilidade em relação à preservação do patrimônio. Áreas de alto valor do solo são frequentemente alvo de pressão imobiliária, a especulação imobiliária pode contribuir para a descaracterização e perda do patrimônio nessas áreas, além de acentuar as desigualdades socioespaciais.

Para mitigar essas vulnerabilidades, é fundamental adotar políticas de preservação do patrimônio e de desenvolvimento urbano equilibrado. Isso inclui a implementação de legislações de proteção ao patrimônio, incentivos fiscais para a manutenção de edificações históricas, planejamento urbano participativo e programas de inclusão social.

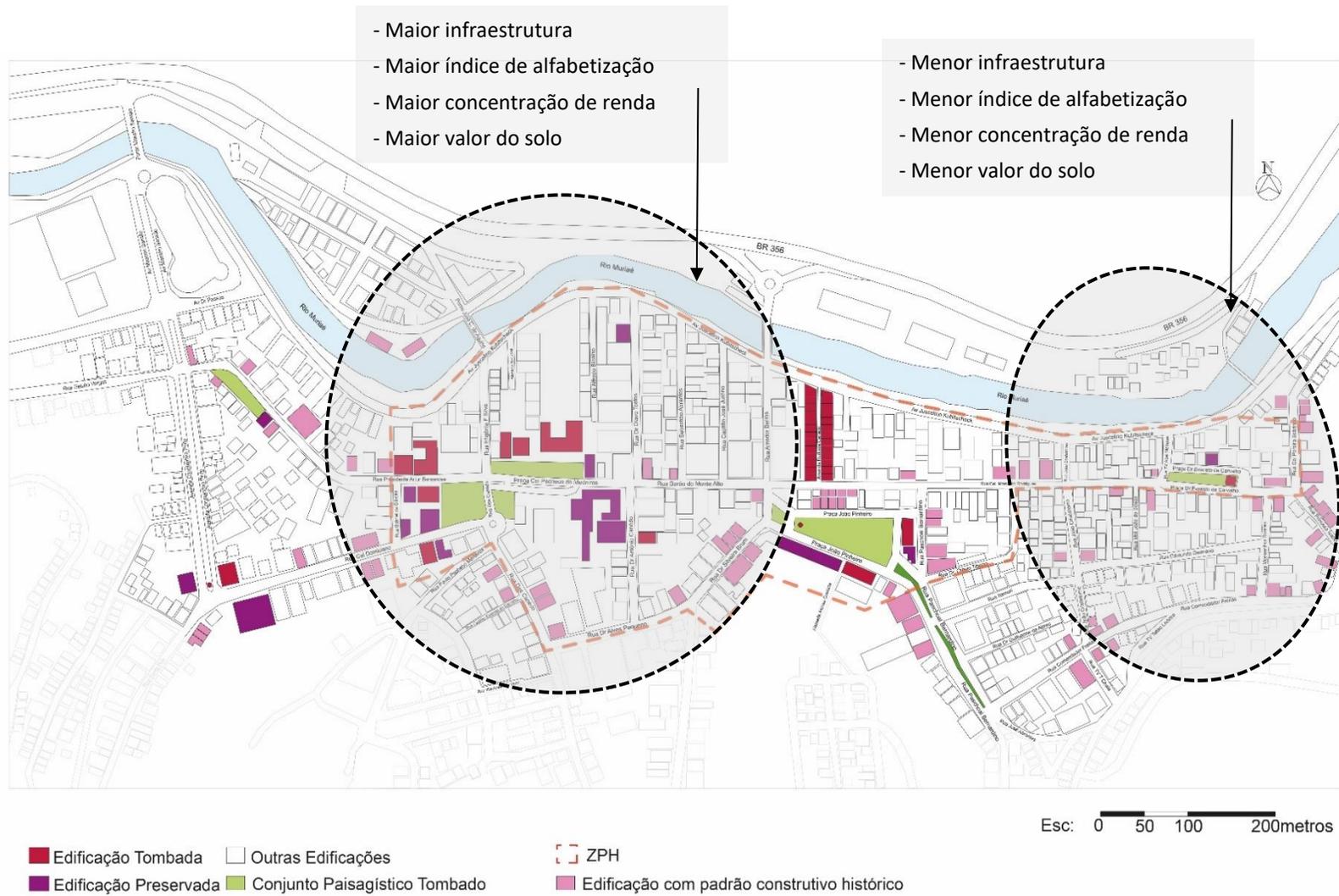
As políticas de preservação devem atuar no sentido simbólico, reforçando a identidade coletiva, bem como a educação e a formação de cidadãos (FONSECA, 2017).

Figura 74: Análise de vulnerabilidade com valor do solo urbano, Muriaé



Fonte: Autora com base de dados da Cartografia Municipal, 2022

Figura 75: Análise Solo Urbano, Muriaé



Fonte: Autora com base de dados da Cartografia Municipal, 2022

4.5 O PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE MURIAÉ

O Plano Diretor Participativo de Muriaé, Lei Complementar Nº 5.915 de 2019, se estrutura em três eixos estratégicos da política urbana:

(I) Cidade Sustentável e Funcional; (II) Cidade Inteligente e Empreendedora; e (III) Cidade Integradora e Humana.

Cada eixo é composto por um conjunto de diretrizes e objetivos visando a qualidade de vida dos moradores, justiça social e o desenvolvimento das atividades econômicas da cidade. O Eixo I tem como objetivo aderir um caráter de cidade planejada e compactada, com as centralidades de bairros fortalecidas, com serviços de saneamento, mobilidade urbana com malha viária mais permeável, redução de deslocamentos moradia-trabalho. O planejamento do Eixo I conta com ampliações das transposições com as Rodovias BR 116 e BR 356 em alguns bairros, assim como a implantação de travessias para pedestres nas rodovias federais, além de instituir áreas para expansão urbana considerando as futuras ocupações e limitações físicas e ambientais do local. A doção de “selo verde” também contempla o plano do Eixo I, para estabelecimentos que executem programas de conscientização e preservação do meio

ambiente, em paralelo com o aumento da fiscalização ambiental e redução de resíduos e cargas orgânicas lançadas nos corpos hídricos, principalmente os Rios Muriaé e Preto, estabelecendo uma alternativa para processo de revitalização deles.

As estratégias de política urbana do Eixo II consistem no fomento das atividades econômicas da cidade, através da adoção de sistemas inteligentes de gestão pública e identificação e implantação de novos negócios. As ações relacionadas as atividades econômicas têm como objetivo apoiar e expandir o Polo da Moda (indústria têxtil) existente na Cidade, a promoção do turismo, com destaque para o ecoturismo e turismo histórico-cultural, além da interação entre os setores de produção como o comércio, indústrias, moda, setores hospitalares, educacionais e de turismo. A articulação de diretrizes da Área de Especial Interesse Turístico Histórico – AITH, tem como objetivo explorar o patrimônio histórico de Muriaé, com o propósito de fortalecer a FUNDARTE, captando recursos para programas e projetos de restauração e manutenção do patrimônio, abrangendo os patrimônios da área urbana e os pertencentes as áreas rurais do município. Importante destacar no Eixo II a proposta de revisão das políticas de ordenamento e controle de ocupação territorial,

considerando a revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo – Lei Municipal nº 5.441 / 2017, incentivando as centralidades dos bairros, definindo os parâmetros urbanísticos em cada uma das zonas, assim como a revisão da Lei de Parcelamento do Solo – Lei Municipal nº 2.334 / 1999, tornando-a compatível com as diretrizes do Plano Diretor e com a Lei de Uso e Ocupação do Solo, atualizando dessa forma as bases cadastrais e territoriais, visando uma gestão e planejamento mais eficiente.

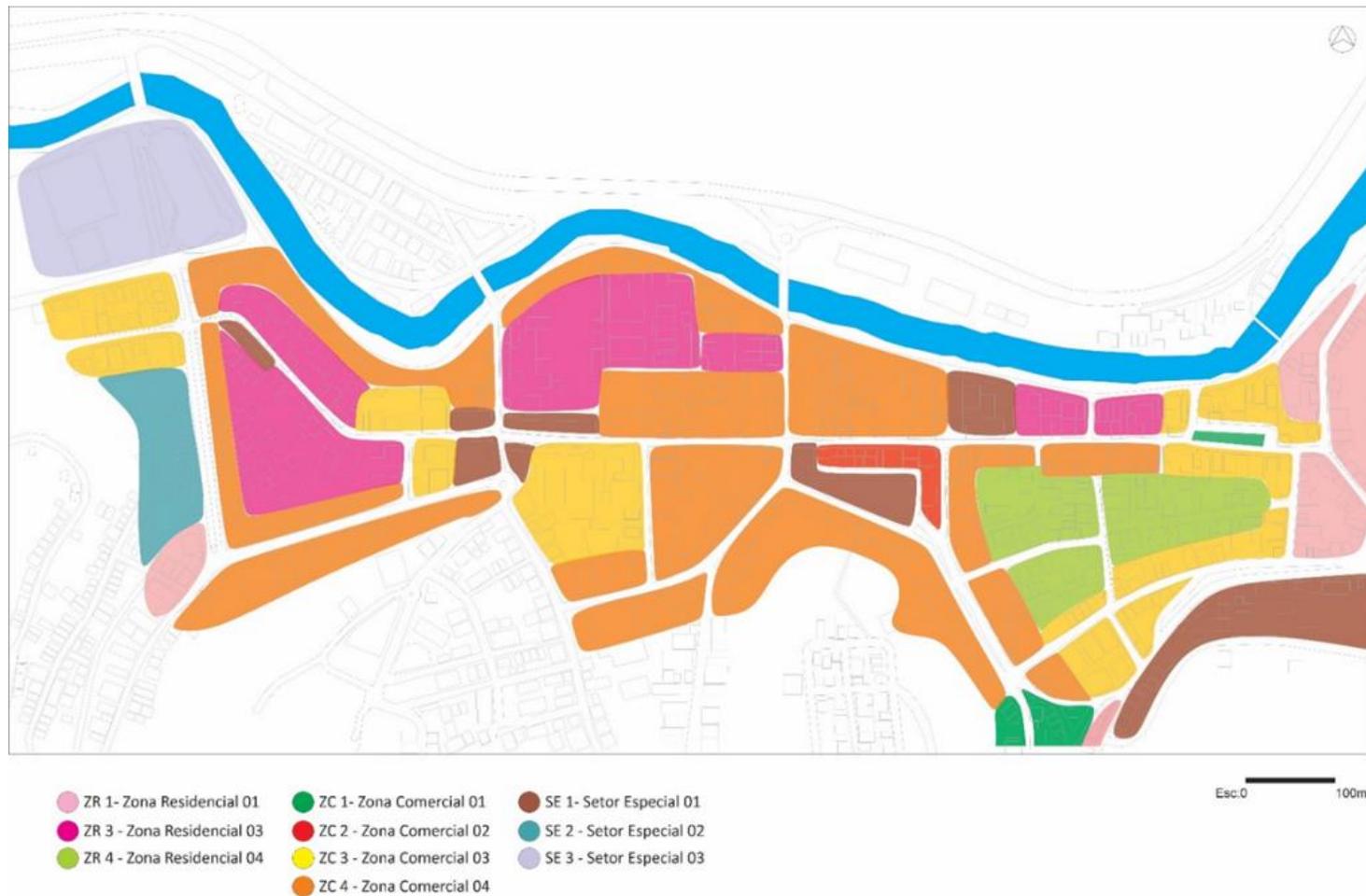
As ações relacionadas ao Eixo III visam a promoção e qualificação dos espaços públicos, considerando a criação e manutenção de áreas de lazer e ampliação das áreas verdes. As práticas relacionadas ao consumo consciente, reestruturação das políticas habitacionais, otimização das infraestruturas urbanas contemplam o plano de gestão do Eixo III. O planejamento destina-se a fomentar a conscientização e a sustentabilidade dos recursos naturais, recuperando a mata ciliar do Rio Muriaé e criando um sistema de áreas verdes. As diretrizes do Plano Diretor participativo contemplam diretrizes de preservação para o patrimônio artístico, cultural e paisagístico urbano.

A Lei de Uso e Ocupação do Solo urbano de Muriaé, Lei Complementar Nº 5.441 de 2017, estabelece as normas de uso e ocupação do solo, contemplando as áreas de zoneamento (figura 76) – divisões territoriais de usos predominantes, as categorias de usos e funções urbanos e tipologias de edificação, além das delimitações das áreas especiais reservadas para o sistema viário estrutural da cidade.

O zoneamento urbano do Município de Muriaé foi instituído no ano de 1999, onde tinha por objetivo garantir a aplicação das políticas públicas e contribuir com o crescimento da cidade. Com base nas análises e com o tempo já se passado desde a definição do zoneamento, vale ressaltar que as bases dos parâmetros urbanísticos encontram em conflito com a atual realidade da cidade.

Percebe-se que a centralidade foi zoneada em dez tipos distintos, definindo o uso e ocupação do solo, coeficiente de aproveitamento, tamanhos máximos dos lotes (ver apêndice 03).

Figura 76: Zoneamento Urbano Poligonal, Muriaé



Fonte: Autora com base de dados da Cartografia Municipal e Lei de Uso e Ocupação do Solo, 2022

Os setores de zoneamento atuais da área de estudo possuem classificações por sua numeração e caracterização da área, são subdivididos em Zona Residencial (ZR), setor referente a habitações permanentes, Zona Comercial (ZC), setor referente a atividades comerciais e atendimentos ao público, e Setores Especiais (SE), setor referente a áreas urbanas e espaços de proteção.

ZR1 – Zona Residencial 01: Residencial Unifamiliar - habitação permanente, compreendo uma unidade por lote ou conjunto de lotes, podendo abranger residencial unifamiliar, residencial multifamiliar horizontal, residencial multifamiliar vertical, usos múltiplos e mistos, comercial local, serviço local e institucional local.

As exigências legais de uso e tipologia das edificações compreendem em TE1, TE2, TE3, TE4, TE5, TE8, TE9, TE13 e TE14 (ver descrições no Apêndice 03), onde a taxa de ocupação máxima de uso residencial pode chegar em 70% e área de lote entre 200 e 600m²; edificações de uso misto com 1º e 2º pavimentos a taxa de ocupação máxima de 100% sendo altura máxima de 8,90m, demais alturas taxa máxima de ocupação 65% e área mínima de lote de até 450m²; as áreas mínimas dos lotes para uso institucional são entre 200 e 800m² e taxa de ocupação máxima em 70%.

ZR3 – Zona Residencial 03: Residencial Multifamiliar Vertical – habitações permanentes agrupadas verticalmente por lote ou conjunto de lotes, podendo abranger residencial unifamiliar, residencial multifamiliar horizontal, residencial multifamiliar vertical, usos múltiplos e mistos, comercial e serviço local, e institucional local.

As exigências legais de uso e tipologia das edificações compreendem em TE1, TE2, TE3, TE4, TE5, TE8, TE9 e TE13 (ver descrições no Apêndice 03), onde a taxa de ocupação máxima de uso residencial pode chegar em 70% e área de lote entre 200 e 600m²; edificações de uso misto com 1º e 2º pavimentos a taxa de ocupação máxima de 100% sendo altura máxima de 8,90m, demais alturas taxa máxima de ocupação 65% e área mínima de lote de até 450m²; as áreas mínimas dos lotes para uso institucional são entre 200 e 600m² e taxa de ocupação máxima em 70%.

ZR4 – Zona Residencial 04: Conjunto Residencial Horizontal – uso residencial em empreendimentos habitacionais integrados, compreendendo conjuntos de edificações unifamiliares destinadas a habitação permanente, podendo abranger residencial unifamiliar, residencial multifamiliar horizontal, residencial multifamiliar vertical,

usos múltiplos e mistos, comercial local, serviço local e institucional local.

As exigências legais de uso e tipologia das edificações compreendem em TE1, TE2, TE3, TE4, TE5, TE8, TE9 e TE13 (ver descrições no Apêndice 03), onde a taxa de ocupação máxima de uso residencial pode chegar em 70% e área de lote entre 200 e 600m²; edificações de uso misto com 1º e 2º pavimentos a taxa de ocupação máxima de 100% sendo altura máxima de 8,90m, demais alturas taxa máxima de ocupação 65% e área mínima de lote de até 450m²; as áreas mínimas dos lotes para uso institucional são entre 200 e 600m² e taxa de ocupação máxima em 70%.

ZC1 – Zona Comercial 01 – Comércio Local: atividades comerciais varejistas de atendimento ao nível de bairro e recorrência diária, em estabelecimentos de pequeno porte com até 100m² de área construída, podendo abranger residencial unifamiliar, residencial multifamiliar horizontal, residencial multifamiliar vertical, usos múltiplos e mistos, comercial atacadista de pequeno porte, serviço local e de bairro, micro indústria e pequena indústria, e institucional local.

As exigências legais de uso e tipologia das edificações compreendem em TE1, TE2, TE3, TE4, TE5, TE6, TE8, TE9, TE10, TE13, TE14 e TE15 (ver descrições no Apêndice 03), onde a taxa de ocupação máxima de uso residencial pode chegar em 70% e área de lote entre 200 e 700m²; edificações de uso misto com 1º, 2º e 3º pavimentos a taxa de ocupação máxima de 100% sendo altura máxima de 12,90m, demais alturas taxa máxima de ocupação 65% e área mínima de lote de até 600m²; as áreas mínimas dos lotes para uso institucional são entre 200 e 800m² e taxa de ocupação máxima em 70%.

ZC2 – Zona Comercial 02: Comércio de Bairro – atividades comerciais varejistas de atendimento ao nível de bairro e recorrência periódica regular em estabelecimentos de porte médio com até 300m² de área construída, à exceção de supermercados podendo atingir 10.000m² de área construída. Podendo abranger residencial unifamiliar, residencial multifamiliar horizontal, usos múltiplos e mistos, comercial local, comercial de bairro, comércio atacadista pequeno porte, comércio atacadista médio porte, comércio atacadista grande porte, serviço local e de bairro, serviço especial, micro indústria, pequena e média indústria, e institucional principal.

As exigências legais de uso e tipologia das edificações compreendem em TE1, TE2, TE8, TE9, TE10 e TE15 (ver descrições no Apêndice 03), onde a taxa de ocupação máxima de uso residencial pode chegar em 70% e área de lote 300m²; edificações de uso misto com 1º, 2º e 3º pavimentos a taxa de ocupação máxima de 100% sendo altura máxima de 12,90m, demais alturas taxa máxima de ocupação 65% e área mínima de lote de até 600m²; as áreas mínimas dos lotes para uso institucional são entre 200 e 800m² e taxa de ocupação máxima em 65%.

ZC3 – Zona Comercial 03: Comércio Principal: atividades comerciais varejistas com atendimento ao nível de cidade e região, de recorrência ocasional, em estabelecimentos de maior porte, sem limite de área construída, podendo abranger residencial unifamiliar, residencial multifamiliar horizontal, residencial multifamiliar vertical, usos múltiplos e mistos, comércio local, de bairro e principal, comércio atacadista pequeno e médio porte, serviços local, de bairro e principal, micro indústria, pequena e média indústria, e institucional local, de bairro e principal.

As exigências legais de uso e tipologia das edificações compreendem em TE1, TE2, TE3, TE4, TE5, TE6, TE7, TE8, TE9, TE10, TE11, TE12,

TE13, TE14 e TE15 (ver descrições no Apêndice 03), onde a taxa de ocupação máxima de uso residencial pode chegar em 70% e área de lote entre 200 e 1000m²; edificações de uso misto com 1º, 2º e 3º pavimentos a taxa de ocupação máxima de 100% sendo altura máxima de 12,90m, demais alturas taxa máxima de ocupação 65% e área mínima de lote de até 1000m²; as áreas mínimas dos lotes para uso institucional são entre 200 e 800m² e taxa de ocupação máxima em 65%.

ZC4 – Zona Comercial 04: Comércio Atacadista: atividades comerciais ou de armazenagem, podendo abranger residencial unifamiliar, residencial multifamiliar horizontal e vertical, usos múltiplos e mistos, comércio local, de bairro e principal, serviços local, de bairro e principal, micro indústria, pequena indústria, institucional local, de bairro e principal.

As exigências legais de uso e tipologia das edificações compreendem em TE1, TE2, TE3, TE4, TE5, TE6, TE7, TE8, TE9, TE10, TE11, TE12, TE13, TE14 e TE15 (ver descrições no Apêndice 03), onde a taxa de ocupação máxima de uso residencial pode chegar em 70% e área de lote entre 200 e 1000m²; edificações de uso misto com 1º, 2º e 3º pavimentos a taxa de ocupação máxima de 100% sendo altura

máxima de 12,90m, demais alturas taxa máxima de ocupação 65% e área mínima de lote de até 1000m²; as áreas mínimas dos lotes para uso institucional são entre 200 e 800m² e taxa de ocupação máxima em 65%.

SE1 – Setor Especial 01: Serviço Local – atividade de serviço ligadas ao atendimento ao nível local, em estabelecimentos de pequeno porte, com até 100m² de área construída (ver descrições no Apêndice 03).

SE2 – Setor Especial 02: Serviço de Bairro – atividade de serviço ligadas ao atendimento ao nível de bairro, em estabelecimentos de médio porte, com até 300m² de área construída, (ver descrições no Apêndice 03).

SE3 – Setor Especial 03: Serviço Principal – atividades de serviço ligadas ao atendimento ao nível de cidade, em estabelecimento de maior porte, sem limite de área construída, (ver descrições no Apêndice 03).

O modelo de zoneamento adotado pelo plano diretor atual não consegue abranger e considerar todas as especificidades de cada área urbana, cada zona possui características únicas, como aspectos

históricos, culturais, ambientais e socioeconômicos, que requererem abordagens diferenciadas de planejamento e gestão.

Uma crítica válida em relação à setorização do plano diretor, que muitas vezes utiliza os mesmos parâmetros e diretrizes para setores e territórios distintos. Essa abordagem não leva em consideração as características específicas de cada área e resulta em uma aplicação generalizada de políticas e regulamentações.

Uma abordagem mais efetiva seria incorporar uma visão mais flexível e adaptativa no processo de zoneamento, que considera as particularidades e demandas específicas de cada área. Ao adotar uma abordagem mais flexível e sensível ao contexto, é possível reconhecer a diferença entre os setores e estabelecer normas e diretrizes adequadas para cada um. Por exemplo, áreas de valor histórico ou cultural podem requerer medidas de proteção e preservação mais rigorosas, enquanto áreas com potencial de desenvolvimento econômico podem exigir estímulos à atividade empresarial. Isso poderia ser alcançado por meio de controle como zonas de proteção do patrimônio histórico, incentivos para a revitalização de áreas degradadas, flexibilização de regras para áreas com potencial criativo e cultural, entre outros.



Foto: Guia Muriaé

5. A INTERVENÇÃO URBANA: DIRETRIZES DE PLANEJAMENTO E O DESENHO URBANO DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS

A proposta principal visa a valorização do patrimônio cultural arquitetônico e paisagístico por meio de duas principais ações: (1) estabelecer diretrizes de planejamento reconhecendo as especificidades de diferentes setores da zona de proteção histórica expandida, conforme a proposta; (2) projetar a integração dos principais espaços livres públicos de valor patrimonial, os conjuntos paisagísticos das praças e o Rio Muriaé, reavendo assim a relação entre o centro histórico com a água.

As ações de preservação e valorização do patrimônio consideram a sua fruição a partir da qualificação dos ambientes urbanos com a priorização do pedestre, facilitação da mobilidade e circulação dos moradores e usuários locais, levando em consideração a diversidade do tecido urbano e suas diversas camadas temporais.

5.1. DIRETRIZES DE PLANEJAMENTO

5.1.1. SETORES DE PLANEJAMENTO

O Centro Histórico de Muriaé carrega em si uma identidade histórica, social e funcional que não é única nem tampouco homogênea. A análise dos dados coletados no Capítulo 4 permite o entendimento detalhado de cada uma das diferentes zonas desta centralidade e apontará os caminhos possíveis para o seu desenvolvimento sustentável.

Estas zonas, aqui denominados de setores de planejamento (Figura 77), apresentam distintas configurações e dinâmicas socioambientais que implicam em ações e diretrizes projetuais distintas. A definição desses setores permitirá desdobramentos propositivos quanto ao uso, formas de ocupação, preservação do patrimônio, salvaguarda de pré-existências e reforço das diferentes identidades locais.

O reconhecimento das transformações da centralidade de Muriaé pode ser representado em três grandes momentos distintos, porém interligados. O primeiro momento refere-se à existência de uma região embrionária, marcada pelo início do processo de urbanização, na qual foi nomeado SETOR 1-LARGO DO ROSÁRIO, o mesmo pode ser caracterizado pelo menor valor do solo se comparado os outros setores, em paralelo com a menor concentração de renda e menor

infraestrutura urbana. Trata-se de uma área com predominância de uso residencial, comércio de pequeno porte, e menor índice de alfabetização.

O segundo momento corresponde ao núcleo central, derivado de um crescimento e redistribuição de funções, marcado por mudanças e desenvolvimento econômico da cidade, nomeado por SETOR 2-PRAÇA JOÃO PINHEIRO E CEL PACHECO DE MEDEIROS, que apresenta características distintas do SETOR 1, embora sejam áreas adjacentes. Possui o maior valor de solo urbano se comparado aos outros setores, grande concentração de renda e boas condições de

infraestrutura, pode ser caracterizado também pelo predomínio de usos comerciais, de pequeno e grande porte, e um aumento dos gabaritos das edificações.

Por fim, o terceiro momento, referenciado pela expansão e espraiamento do núcleo urbano, adaptado as exigências funcionais locais, refere-se ao SETOR 3-PRAÇA JOSÉ HENRIQUE, que é reconhecido pelo alto valor de solo urbano, alta concentração de renda e infraestrutura urbana. Considera-se uma área de uso predominante misto e uma maior concentração de uso de serviços, além de ser a área com maior gabarito das edificações.

Figura 77: Representação dos Setores, Muriaé



Setores:

SETOR 1A	SETOR 2A	SETOR 3A	BENS HISTÓRICOS
SETOR 1B	SETOR 2B	SETOR 3B	
SETOR 1C	SETOR 2C	SETOR 3C	
	SETOR 2D		

Fonte: Autora com base de dados da Cartografia Municipal, 2023

A divisão dos grandes setores é considerada um instrumento importante para organização urbana, que tem por objetivo a ordenação do espaço visando garantir o uso do solo adequado, preservando a qualidade de vida dos habitantes e garantindo o equilíbrio do meio natural. Dentre de cada setor já apresentado encontram-se subsetores, onde os espaços apresentam diferentes características e particularidades individuais, mesmo estando localizados em uma mesma zona de categoria. Podem ser classificados como:

SETOR 1A

Localizado no entorno do Largo do Rosário, sendo considerado a área embrionária da cidade. A área norte do setor possui sua frente voltada para o Calçadão JK e Rio Muriaé. É uma área com pouca arborização, sendo concentrada no Largo da Praça e em alguns espaços livres privados, conta com maior concentração de baixo gabarito, com alturas médias entre 1 e 4 pavimentos. Apesar do baixo gabarito essa área dispõe de uma alta densidade construtiva, levando a identificar que os lotes das quadras possuem dimensões menores, pode-se apontar também neste setor um maior uso residencial unifamiliar, seguido do uso de comércio local de bairro de

pequeno porte. Conta com considerável número de edificações de interesse patrimonial, bens históricos não amparados pela legislação. Os conjuntos de valor histórico dessa área podem ser classificados como grandes conjuntos não contínuos, e por ser um local onde os lotes das quadras possuem baixo valor de solo por m² e uma menor concentração de renda local, esses conjuntos não se encontram em extrema vulnerabilidade em relação a especulação imobiliária.

SETOR 1B

Setor adjacente as quadras de entorno do Largo do Rosário (Setor 1A), a área norte desse setor possui frente voltada para o Calçadão JK e Rio Muriaé. É uma área com ausência de arborização, considerada com densidade ocupacional média possui maior concentração de uso residencial multifamiliar e uso comercial de pequeno e médio portes, e edificações com gabaritos médios, entre 3 e 9 pavimentos. Os lotes não possuem alto valor de solo por m², e algumas das quadras possuem ruas estreitas para acesso e circulação. Possui um pequeno número de edificações de interesse patrimonial, bens históricos não amparados pela legislação, esses conjuntos de valor histórico podem ser considerados conjuntos

pequenos não contínuos e edificações isoladas. A concentração de renda dessa área pode ser classificada como média, com valor de solo por m² também médio e alto índice e infraestrutura urbana.

SETOR 1C

Setor localizado na zona ripária do Rio Muriaé, entre a BR 356 e o rio. Toda sua extensão margeia o Rio Muriaé e possui uma massa de vegetação existente ao longo da rodovia. O acesso para essa área se dá através da Ponte Cel. Amador P. de Barros, pela BR e pela ponte de ferro, antiga linha férrea e atualmente possui função de passarela para pedestres. É uma área com forte presença de vegetação, principalmente arborização nas margens da BR 356 e do Rio Muriaé. Este setor conta com edificações de grande porte, predominante horizontal, voltada para o uso institucional e de serviços, uma outra parcela dessa área possui uso residencial unifamiliar, com gabarito médio entre 1 e 3 pavimentos. Nessa área apresenta-se uma baixa concentração de renda, baixa densidade construtiva, e uma porcentagem alta de ausência de infraestrutura urbana, contando com ruas não pavimentadas, calçadas irregulares e falta de iluminação, o fato deve-se ao baixo valor de m² nessa região. Ao seu lado leste apresenta um pequeno conjunto de edificações de uso

residencial, podendo ser consideradas ocupações irregulares. Não há neste local edificações de valor patrimonial, sendo apenas o Rio Muriaé o patrimônio ambiental.

SETOR 2A

Setor corresponde a área de entorno da Praça João Pinheiro se estendendo até a quadra localizada em paralelo ao Rio Muriaé. A quadra no norte do setor é voltada para o Rio Muriaé, possui uma vila tombada, atualmente voltada para uso comercial. Há uma forte presença de arborização nesse setor, tanto na Praça, como nos canteiros centrais do entorno e nos espaços livres privados. Pode ser considerada uma área com adensamento médio, possui maior uso e função comercial de médio e grande porte, e gabaritos de altura média até 9m, predominando ainda edificações de baixo gabarito, mas há notadamente novas edificações com gabarito mais elevado. Nessa área se encontra ainda a edificação de maior altura da cidade, edifício residencial com 20 pavimentos. Possui um grande número de edificações de valor patrimonial, bens tombados e preservados, e edificações de valor histórico não amparadas pela legislação. Os conjuntos históricos dessa área podem ser classificados como conjuntos grandes e contínuos, embora existam algumas edificações

pontuais e isoladas. É uma área com o maior valor de m² da região central e grande concentração de renda, logo os conjuntos históricos existentes e as edificações isoladas são as que se encontram em maior vulnerabilidade com relação a especulação imobiliária.

SETOR 2B

Setor localizado com todas as quadras voltadas para o Rio Muriaé e para a rua Barão do Monte Alto, inserida no eixo central do tecido urbano. As edificações com frente para o rio possuem maior uso residencial, unifamiliar e multifamiliar, já as edificações voltadas para a rua do eixo central são predominantes comerciais. Não há presença de arborização nesta área, e as edificações de valor patrimonial podem ser consideradas pontuais e isoladas. Nessa região a altura média do gabarito compreende entre 6 e 10 pavimentos, além de apresentar lotes estreitos e ruas estreitas, e ruas com único acesso de entrada e saída, podendo considerar um setor altamente adensado e com maior concentração de maior gabarito das edificações. É uma área com o maior valor de m² da região central e grande concentração de renda, assim como o Setor 2D.

SETOR 2C

Localizado nas áreas adjacentes aos setores 2B e 2D (setores do entorno das praças de valor histórico João Pinheiro e Cel. Pacheco de Medeiros). É uma área pouco arborizada, havendo maior presença de vegetação nos canteiros centrais da via e nos espaços livres privados. Apresenta gabaritos que entre 2 e 10 pavimentos, é uma área mediamente adensada e com maior uso comercial de médio e grande porte. As edificações de valor histórico existentes podem ser consideradas pontuais e isoladas. Assim como nos setores 2A e 2B, essa área apresenta o maior valor de m² da região central, e uma maior concentração de renda, logo as edificações de valor históricos encontram-se vulneráveis quanto a especulação imobiliária.

SETOR 2D

Este setor encontra-se localizado no entorno da Praça Cel. Pacheco de Medeiros, há uma forte presença de arborização nesse setor, tanto na Praça, como nos canteiros centrais de entorno. Considerada com densidade moderada possui maior concentração de uso residencial multifamiliar e uso institucional, as edificações apresentam gabaritos com alturas médias, entre 1 e 9 pavimentos, e observa-se gabaritos mais elevados nessa região. Há uma grande concentração de edificações de valor patrimonial, os conjuntos

históricos dessa região podem ser considerados conjuntos grandes e contínuos, sendo edificações tombadas e preservadas, incluindo a própria praça, que se enquadra como patrimônio paisagístico urbano tombado. Essa área possui via de acesso direto com a Ponte José C. de Aquino que faz conexão com a BR 356, e possui maior valor de m² da região central, assim como uma alta concentração de renda e maior infraestrutura urbana.

SETOR 3A

Este setor encontra-se localizado no entorno imediato da Praça Hastenreiter e possui uma arborização mínima, pontual no conjunto paisagístico tombado. Pode ser considerada uma região de média densidade, predominando gabaritos altos entre 9 e 18 pavimentos. Predomina o uso residencial multifamiliar, além de serviços. Há um pequeno número de edificações com valor patrimonial dessa região, podendo ser classificados como conjuntos pequenos não contínuos, e por possuir um alto valor de m² do solo e alta concentração de renda, essas edificações de valor histórico se encontram em caráter de vulnerabilidade em relação a especulação imobiliária.

SETOR 3B

Setor está localizado no entorno da Avenida Maestro Sansão, importante via e ponto nodal da cidade, essa área possui ligação direta com a BR 356 e com o Rio Muriaé. A presença de arborização é mínima e pontual em determinado trecho do canteiro central. Apresenta gabaritos consideravelmente altos, entre 3 e 13 pavimentos, e densidade moderada. O uso predominante dessa região é comercial de pequeno e médio porte e serviços. As edificações de valor patrimonial podem ser consideradas isoladas e pontuais, e um pequeno conjunto não contínuo, embora exista nessa área edificações e monumentos tombados. É uma área com alto valor de m² e possui uma alta concentração de renda, além de uma maior infraestrutura urbana.

SETOR 3C - setor localizado na zona ripária do Rio Muriaé, entre a BR 356 e o rio, o seu acesso se dá através da ponte Dr. Silveira Brum e pela BR 356. Área predominantemente residencial, unifamiliar e multifamiliar, havendo alguns poucos pontos de comércio local e uso institucional hospitalar. Apresenta baixa densidade, e gabaritos baixos, com média de até 3 pavimentos. Essa região é altamente arborizada, tanto pelas margens do rio, quanto pelas margens da BR e das ruas locais. Apresenta uma porcentagem alta de ausência de

infraestrutura urbana, contando com ruas não pavimentadas, calçadas irregulares e iluminação escassa, embora possua um alto valor de m² de solo urbano e uma alta concentração de renda.

5.2.2 DIRETRIZES DE PLANEJAMENTO POR SETOR

O zoneamento deve estar pautado em um estudo pormenorizado das características e dinâmicas atuais, prospectando tendências futuras, avaliando as especificidades de cada área da centralidade da Cidade.

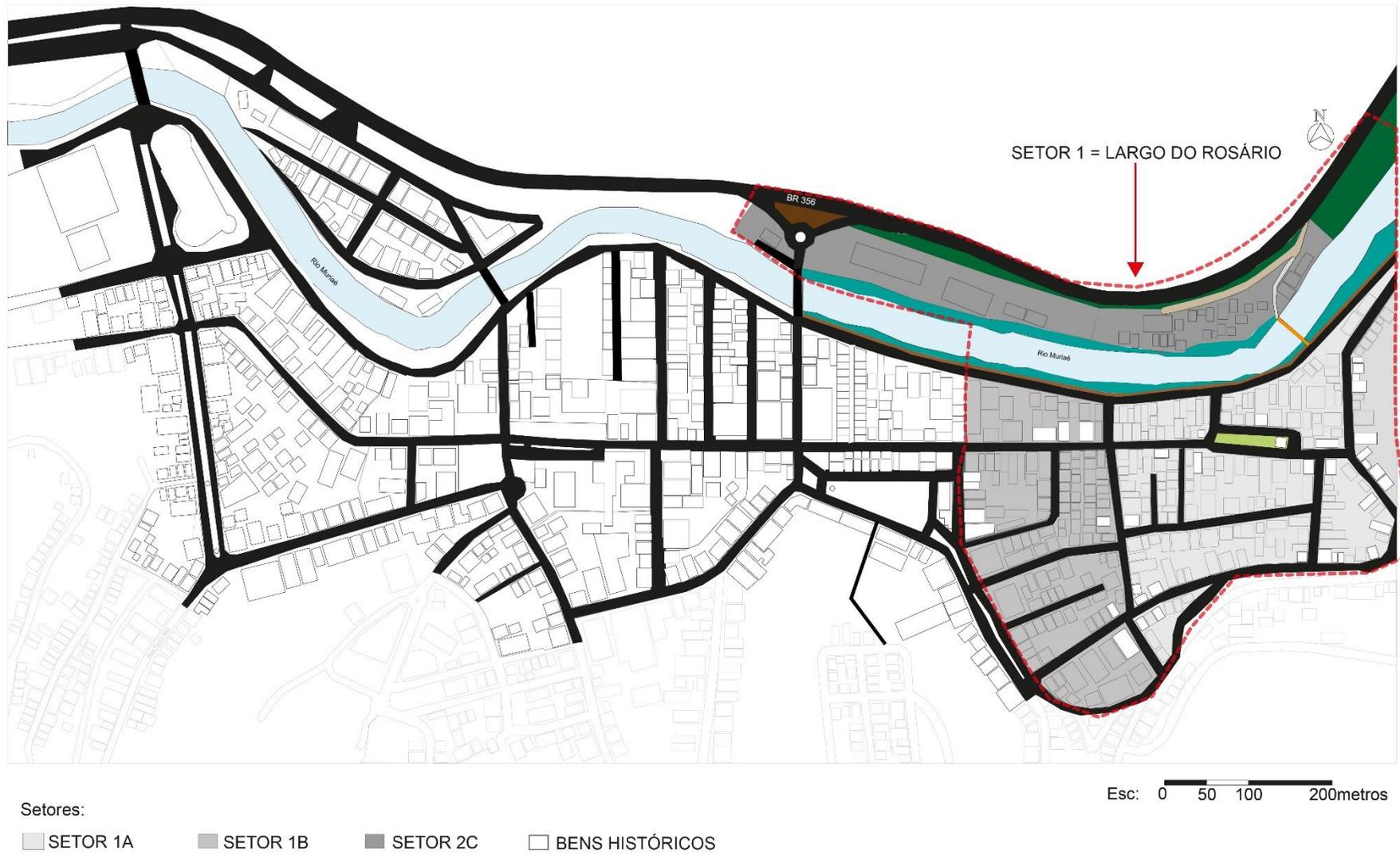
Hoje, a legislação, em resposta ao mercado imobiliário, se volta para o incremento ao uso comercial e serviços, e para a verticalização cada vez maior no uso residencial multifamiliar, e este fato vem provocando a degradação do patrimônio ambiental e cultural.

O planejamento, com base nos setores, apesar de reconhecer o atual zoneamento, não o adota como ponto de partida, onde o centro é dividido em zonas residenciais, comerciais e setores especiais. A proposta se baseia nas análises e conclusões sobre a paisagem atual, organizada nos diferentes setores, reconhecendo potencialidades específicas e valorizando o patrimônio arquitetônico, urbanístico e paisagístico.

As diretrizes para cada setor do centro histórico de Muriaé apresentam propostas levando em consideração a respectiva paisagem de cada setor, o quadro apresentado a seguir aborda três temas distintos para cada setor, objetivando a melhor qualidade ambiental e ações para preservação do patrimônio.

A primeira coluna condiz ao tema “parâmetros urbanísticos”, que traz orientações de ocupação e uso do solo, referem-se ao gabarito de altura máxima permitida para as edificações, aos afastamentos, à área construída, à taxa de ocupação, ao coeficiente de aproveitamento e à taxa de permeabilidade. A segunda coluna aborda os "usos permitidos", que se referem aos tipos de atividades ou usos que são considerados compatíveis e apropriados para cada setor ou área específica do planejamento urbano, como tipologias de comércios e serviços, tipologias de usos residenciais e institucionais. A terceira coluna do quadro aborda as "ações e incentivos", que são conjuntos de medidas e estímulos que têm como objetivo promover e potencializar o desenvolvimento de cada área específica, variando de acordo com as necessidades e potencialidades de cada área urbana.

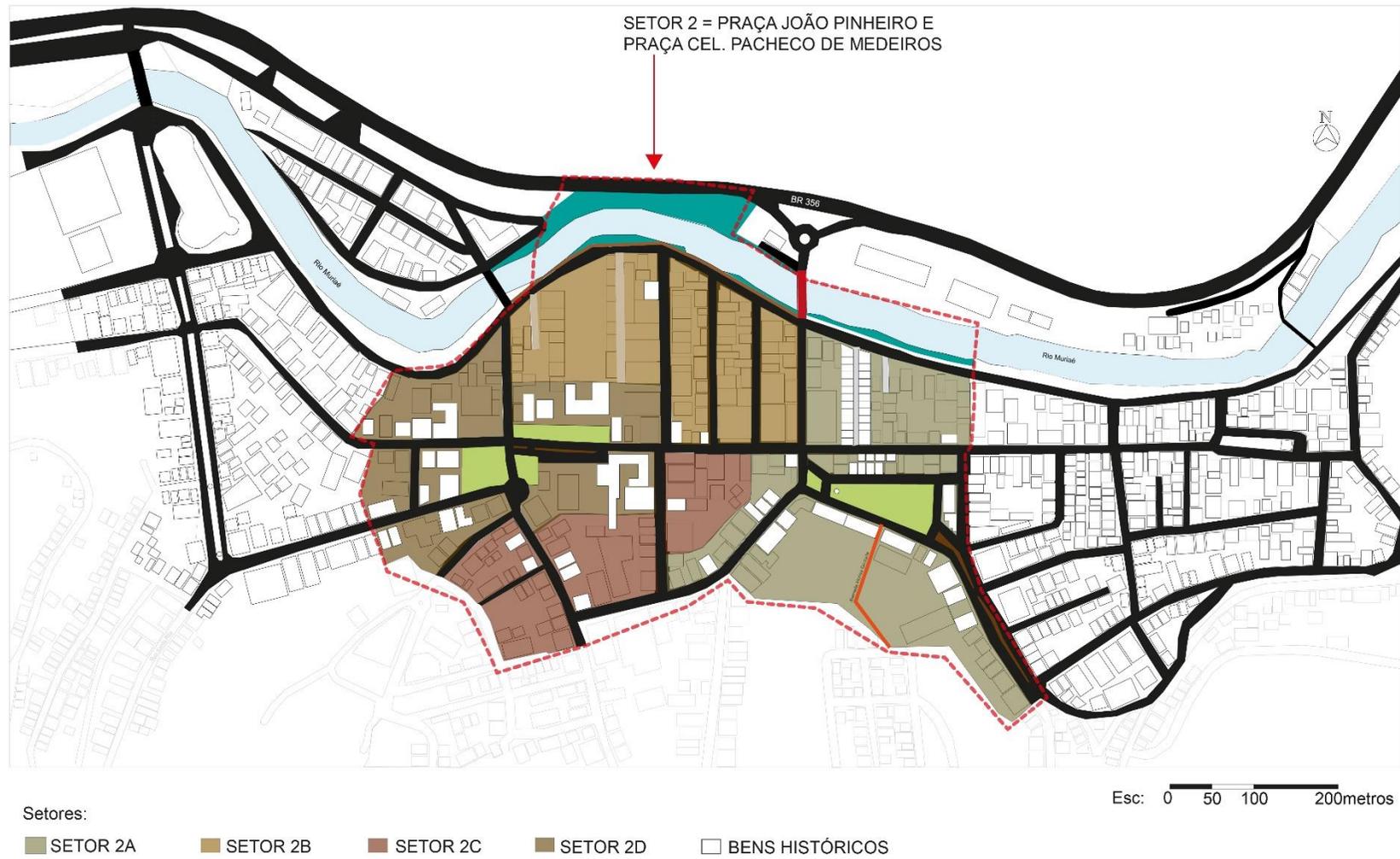
Figura 78: Representação do Setor 1 – Largo do Rosário, Muriaé



Fonte: Autora com base de dados da Cartografia Municipal, 2023

SETORES	PARÂMETROS URBANÍSTICOS	USOS	AÇÕES E INCENTIVOS
1A	Afastamento Frontal: 1,5m Afastamento Posterior: 1,5m Afastamento Laterais: 1,5m Altura máxima: 11m (3 pavimentos) Coeficiente de aproveitamento: 1,5 Taxa de permeabilidade mín.: 30% Taxa de ocupação máxima: 60% Índice de comércio e serviços: 30%	- Uso residencial unifamiliar em edificação exclusiva; - Uso comercial e serviços de pequeno porte em edificação exclusiva; - Uso misto: residencial unifamiliar com comércio e serviço.	- Fomentar a diversidade de atividades culturais temporárias no Largo do Rosário; - Definir empachamento afastado do plano da fachada, como medida de valorização do patrimônio urbano, a exemplo do Manual de Placas do Centro Antigo da Cidade de Manaus (anexo 2); - Incentivar o uso de coberturas cerâmicas como ação para minimizar a formação de ilha de calor, uma vez que não há espaço para arborização viária; - Incentivar a caminhabilidade, com a criação de Zona 30 e a retirada de vias exclusivas para veículos automotores.
1B	Afastamento Frontal: 2,0m Afastamento Posterior: 1,5m Afastamento Laterais: 2,0m Altura máxima: 14m (4 pavimentos) Coeficiente de aproveitamento: 1,5 Taxa de permeabilidade mín.: 30% Taxa de ocupação máxima: 60% Índice de comércio e serviços: 40%	- Uso residencial unifamiliar e multifamiliar em edificação exclusiva; - Uso misto: residencial multifamiliar com comércio e serviço de pequeno porte; - Coibir o uso comercial e de serviços em edificação exclusiva.	- Incentivar a caminhabilidade, com a criação de Zona 30 e a retirada de vias exclusivas para veículos automotores; - Definir empachamento afastado do plano da fachada, como medida de valorização do patrimônio urbano, a exemplo do Manual de Placas do Centro Antigo da Cidade de Manaus (anexo 2).
1C	Afastamento Frontal: 1,5m Afastamento Posterior: 1,5m Afastamento Laterais: 1,5m Altura máxima: 8m (2 pavimentos) Coeficiente de aproveitamento: 1,5 Taxa de permeabilidade mín.: 40% Taxa de ocupação máxima: 60% Índice de comércio e serviços: 0%	- Uso residencial unifamiliar em edificação exclusiva; - Uso institucional em edificação exclusiva.	- Desincentivar as atividades comerciais em função de acessos restritos; - Incentivar as atividades de ecoturismo no parque linear a ser implantado ao longo do Rio Muriaé; - Incentivar o uso de coberturas cerâmicas como ação para minimizar a formação de ilha de calor, uma vez que não há espaço para arborização viária; - Incentivar atividades temporárias de aspectos culturais e relacionadas a agricultura familiar no parque linear a ser implantado ao longo do Rio Muriaé.

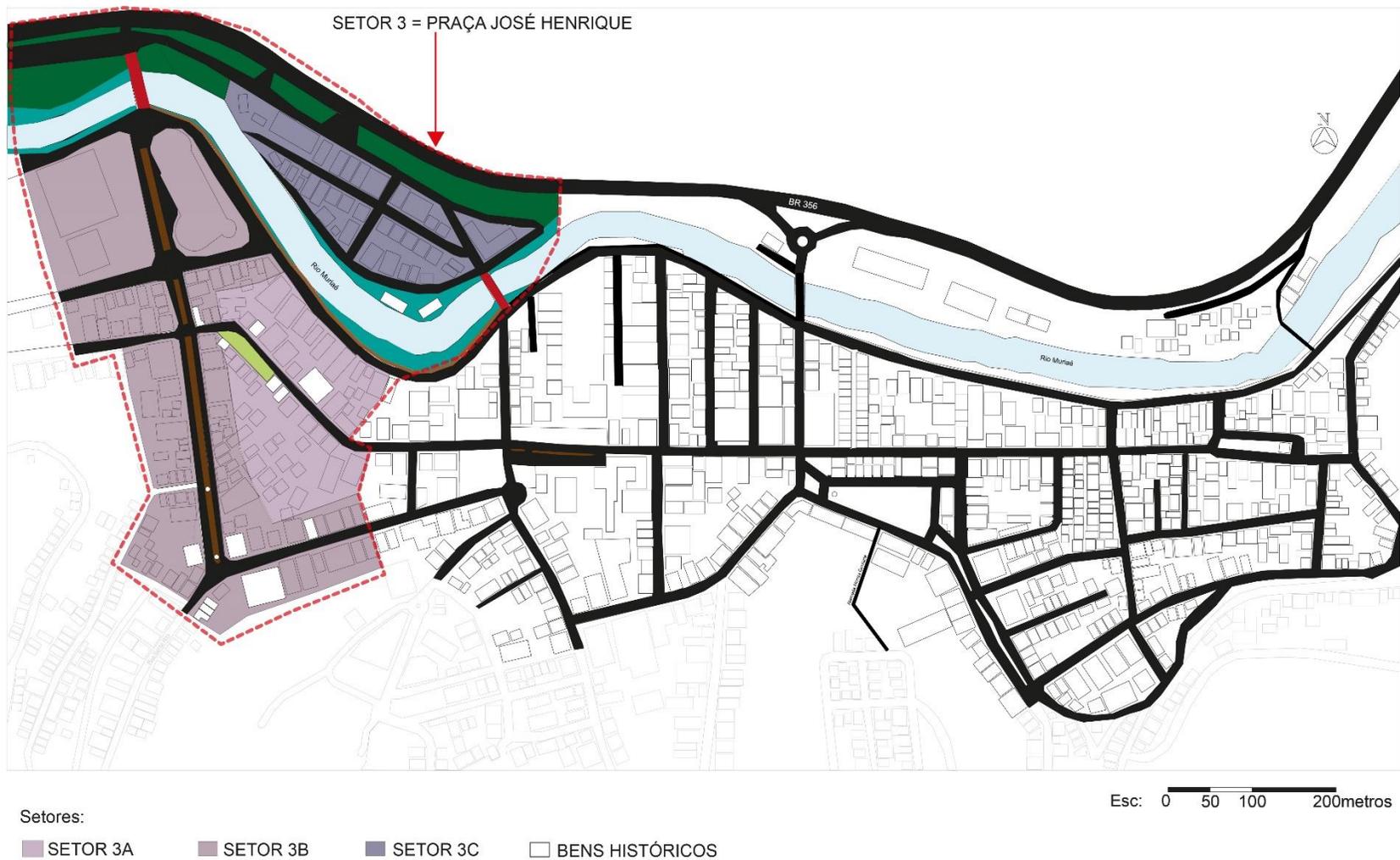
Figura 79: Representação do Setor 2 – Praça João Pinheiro e Praça Cel. Pacheco de Medeiros, Muriaé



Fonte: Autora com base de dados da Cartografia Municipal, 2023

SETORES	PARÂMETROS URBANÍSTICOS	USOS	AÇÕES E INCENTIVOS
2A	Afastamento Frontal: 2,0m Afastamento Posterior: 1,5m Afastamento Laterais: 2,0m Altura máxima: 14m (4 pavimentos) Coeficiente de aproveitamento: 1,5 Taxa de permeabilidade mín.: 20% Taxa de ocupação máxima: 70% Índice de comércio e serviços: 60%	- Uso residencial unifamiliar e multifamiliar em edificação exclusiva; - Uso misto: residencial multifamiliar com comércio e serviço de pequeno e médio porte.	- Valorizar as fachadas e o patrimônio edificado com a retirada dos letreiros, recomendando empachamentos afastados e perpendiculares à estas, a exemplo do Guia Incentivo ao uso misto nos edifícios; - Incentivar atividades culturais e educacionais na Praça João Pinheiro; - Definir empachamento afastado do plano da fachada posicionado perpendicularmente à esta, como medida de valorização do patrimônio urbano, a exemplo do Manual de Placas do Centro Antigo da Cidade de Manaus (anexo 2).
2B	Afastamento Frontal: 3,5m Afastamento Posterior: 2,0m Afastamento Laterais: 2,0m Altura máxima: 26m (8 pavimentos) Coeficiente de aproveitamento: 2,5 Taxa de permeabilidade mín.: 10% Taxa de ocupação máxima: 80% Índice de comércio e serviços: 40%	- Uso residencial unifamiliar e multifamiliar em edificação exclusiva; - Uso misto: residencial multifamiliar com comércio e serviço de pequeno porte; - Uso misto: comércio e serviço em condomínio vertical.	- Incentivar atividades de comércio alimentício nos térreos da Avenida JK voltadas para a permanência ao longo do Rio Muriaé, tal como: cafés, restaurantes, sorveterias; - Definir empachamento afastado do plano da fachada, como medida de valorização do patrimônio urbano, a exemplo do Manual de Placas do Centro Antigo da Cidade de Manaus(anexo 2); - Incentivar a caminhabilidade, com a criação de Zona 30 e a retirada de vias exclusivas para veículos automotores.
2C	Afastamento Frontal: 3,5m Afastamento Posterior: 2,0m Afastamento Laterais: 2,0m Altura máxima: 17m (5 pavimentos) Coeficiente de aproveitamento: 2,5 Taxa de permeabilidade mín.: 10% Taxa de ocupação máxima: 80% Índice de comércio e serviços: 60%	- Uso residencial multifamiliar em edificação exclusiva; - Uso misto: residencial multifamiliar com comércio e serviço; - Uso misto: comércio e serviço em condomínio vertical; - Uso comercial e de serviço de grande porte em edificação exclusiva.	- Definir empachamento afastado do plano da fachada, como medida de valorização do patrimônio urbano, a exemplo do Manual de Placas do Centro Antigo da Cidade de Manaus (anexo 2).
2D	Afastamento Frontal: 1,5m Afastamento Posterior: 1,5m Afastamento Laterais: 1,5m Altura máxima: 11m (3 pavimentos) Coeficiente de aproveitamento: 1,5 Taxa de permeabilidade mín.: 30% Taxa de ocupação máxima: 60% Índice de comércio e serviços: 60%	- Uso residencial unifamiliar e multifamiliar em edificação exclusiva; - Uso misto: residencial multifamiliar com comércio e serviço de pequeno porte; - Uso institucional em edificação exclusiva.	- Incentivar atividades culturais temporárias na Praça Cel. Pacheco de Medeiros e na via de pedestre; - Definir empachamento afastado do plano da fachada posicionado perpendicularmente à esta, como medida de valorização do patrimônio urbano, a exemplo do Manual de Placas do Centro Antigo da Cidade de Manaus (anexo 2); - Incentivar o uso de coberturas cerâmicas como ação para minimizar a formação de ilha de calor, uma vez que não há espaço para arborização viária; - Incentivar atividades de educação patrimonial em edificações de uso exclusivo.

Figura 80: Representação do Setor 3 – Praça José Henrique, Muriaé



Fonte: Autora com base de dados da Cartografia Municipal, 2023

SETORES	PARÂMETROS URBANÍSTICOS	USOS	AÇÕES E INCENTIVOS
3A	Afastamento Frontal: 4,0m Afastamento Posterior: 2,0m Afastamento Laterais: 2,5m Altura máxima: 32m (10 pavimentos) Coeficiente de aproveitamento: 3,5 Taxa de permeabilidade mín.: 20% Taxa de ocupação máxima: 70% Índice de comércio e serviços: 40%	- Uso residencial unifamiliar e multifamiliar em edificação exclusiva; - Uso misto: residencial multifamiliar com comércio e serviço de pequeno porte.	- Incentivar atividades de comércio alimentício nos térreos da Avenida JK voltadas para a permanência ao longo do Rio Muriaé, tal como: cafés, restaurantes, sorveterias.
3B	Afastamento Frontal: 4,0m Afastamento Posterior: 2,0m Afastamento Laterais: 2,5m Altura máxima: 38m (12 pavimentos) Coeficiente de aproveitamento: 3,5 Taxa de permeabilidade mín.: 20% Taxa de ocupação máxima: 70% Índice de comércio e serviços: 60%	- Uso residencial multifamiliar em edificação exclusiva; - Uso misto: residencial multifamiliar com comércio e serviço; - Uso institucional em edificação exclusiva.	- Incentivar atividades que identificam uma nova centralidade com usos diurnos e noturnos.
3C	Afastamento Frontal: 1,5m Afastamento Posterior: 1,5m Afastamento Laterais: 1,5m Altura máxima: 11m (3 pavimentos) Coeficiente de aproveitamento: 1,5 Taxa de permeabilidade mín.: 30% Taxa de ocupação máxima: 60% Índice de comércio e serviços: 20%	- Uso residencial unifamiliar em edificação exclusiva; - Uso institucional em edificação exclusiva.	- Incentivar o uso de coberturas cerâmicas como ação para minimizar a formação de ilha de calor, uma vez que não há espaço para arborização viária; - Incentivar a caminhabilidade, com a criação de Zona 30 e a retirada de vias exclusivas para veículos automotores; - Incentivar atividades de ecoturismo no parque linear a ser implantado ao longo do Rio Muriaé.

5.2. DESENHO URBANO DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS

5.2.1. A INTEGRAÇÃO DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS

A primeira estratégia adotada consiste em integrar o sistema de espaços livres (Figura 81) considerando a linha de força leste-oeste como partido projetual, isto é, a própria configuração original da Cidade que enfatiza o Rio Muriaé e o primeiro caminho traçado em paralelo a este, com as conexões norte-sul dos espaços paisagísticos presentes ao longo do eixo central com o Rio.

Reforçar a conexão entre os espaços livres de diferentes tipos, como os espaços ambientais, de circulação e de permanência, é uma estratégia fundamental para proteger o patrimônio cultural, arquitetônico e paisagístico do lugar.

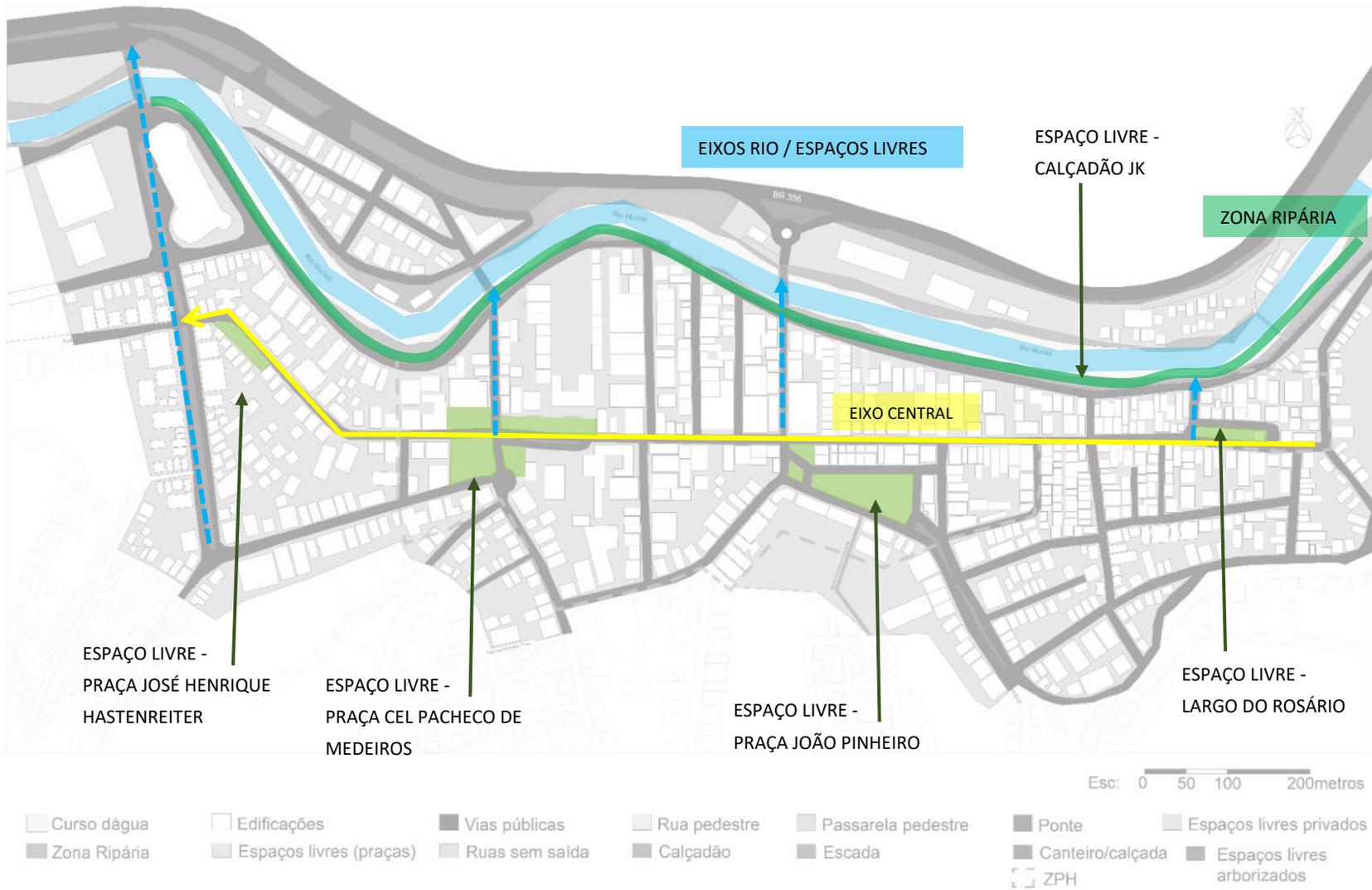
Ao criar uma rede integrada de espaços livres, é possível promover a continuidade e a fluidez entre diferentes áreas, permitindo que as pessoas transitem e se relacionem de maneira harmoniosa com o ambiente. Isso contribui para a preservação do patrimônio, pois possibilita uma experiência mais completa e contextualizada dos

elementos arquitetônicos, culturais e paisagísticos presentes no lugar.

As praças são pontos nodais e estratégicos da Cidade e se configuram em espaços de convivência, posicionadas estrategicamente, e historicamente, definindo espaços de relevante valor histórico e cultural. O traçado urbano original indica caminhos que as conectam com o Rio, hoje invisibilizados pela força do comércio e dos serviços presentes ao longo do eixo central.

O objetivo é proporcionar percursos peatonais que possibilitem explorar o centro histórico e salvar a relação com o Rio, o que é muito relevante para a preservação dessa área urbana. Ao criar espaços e rotas dedicadas aos pedestres, é possível promover uma experiência mais segura, acessível e agradável para os visitantes e moradores, incentivando o uso do espaço público e o fortalecimento da identidade cultural local. A criação de percursos peatonais bem planejados e atrativos pode contribuir para diversas finalidades, tais como: preservação do patrimônio histórico, interação com o ambiente natural, estímulo ao comércio local, promoção da saúde e do bem-estar da população local.

Figura 81: Mapa síntese do Sistema de Espaços Livres, Muriaé



Fonte: Autora com base de dados da Cartografia Municipal, 2022

A ligação entre esses pontos é proposta pela implantação de vias que valorizam os pedestres e conectam as praças ao Rio Muriaé. A Travessa Abel Meireles que faz ligação entre a Praça do Rosário com a Avenida JK e o Rio Muriaé será tratada com rua de pedestres e do mesmo modo, a Rua Efigênia F. Silva, que liga a Praça Cel. Pacheco de Medeiros com a avenida JK. No caso da Rua Coronel Amador Pinheiro de Barros, que conecta a Praça João Pinheiro com a Avenida JK e a principal ponte de acesso à Rodovia BR 356, é previsto o alargamento das calçadas. Na Avenida Maestro Sansão, que conecta a Rodovia BR 356 com o Calçadão JK, Praça José Henrique Hastenreiter e com a Rua Coronel Domiciano que dá acesso à Praça Cel. Pacheco de Medeiros, é previsto canteiro central arborizado. Essas conexões enfatizam a relação do centro histórico com o Rio Muriaé, proporcionando novos acessos, novas perspectivas e visadas.

O tratamento das vias priorizando o pedestre, de modo a incentivar os trajetos a pé pela região central, implica na redistribuição dos fluxos e na criação de novos eixos binários tanto na direção norte-sul quando leste-oeste.

A apropriação dos espaços públicos de permanência busca a valorização local e de seu entorno, a proposta consiste na configuração de ambientes mais humanizados, distribuição de mobiliário urbano nos espaços de convivência, plano de iluminação, tratamento de pavimentação, sinalizações gráficas, que proporcione uma melhor permeabilidade visual nos espaços, e mais segurança para seus usuários. A recuperação da mata ciliar a margem do rio, coaduna com o Plano Diretor e parte do princípio de valorização do patrimônio paisagístico constituído pelo Rio Muriaé, reforçando a identidade do lugar. A recuperação proposta deverá observar as diferentes características das zonas adjacentes, trabalhando com intervenções que garantam a unidade da paisagem do curso d'água, mas ao mesmo tempo reconheçam as especificidades de cada zona.

O projeto visa, também coadunado com o Plano Diretor, uma proposta de arborização urbana que reforça essas conexões, proporciona maior conforto para o pedestre e contribui para a identificação dos diferentes percursos, associando a arborização aos elementos do mobiliário urbano, em especial, o posteamento da iluminação pública.

A abordagem adotada no plano viário é uma estratégia de planejamento urbano integrado, onde o sistema viário é considerado como parte de um sistema maior de espaços livres. Essa integração é feita ao considerar diversos elementos do ambiente urbano, como o centro histórico da cidade, o Rio Muriaé, as praças e as áreas verdes.

As vias principais são caracterizadas por conectar diferentes áreas da cidade e facilitar o fluxo de trânsito. Essas vias concentram uma variedade de usos e atividades ao longo de seu trajeto. A tipologia de via adotada pelo eixo central é considerada via principal, pensada para acomodar diversas atividades urbanas, como lazer, comércio, cultura, serviços e uso misto. As vias que circundam os espaços livres públicos também são consideradas como vias principais, por estarem próximas de áreas verdes e espaços de lazer, tendem a atrair fluxo de pedestres e podem ser projetadas com foco na mobilidade dos transeuntes. O binário formado pela Avenida JK, paralelamente ao Rio Muriaé e o calçadão, caracterizada como via principal priorizando o transporte e o tráfego de pedestres. A Avenida Maestro Sansão, qualificada como via principal, possui a arborização como configuração do espaço, além de fornecer benefícios ambientais,

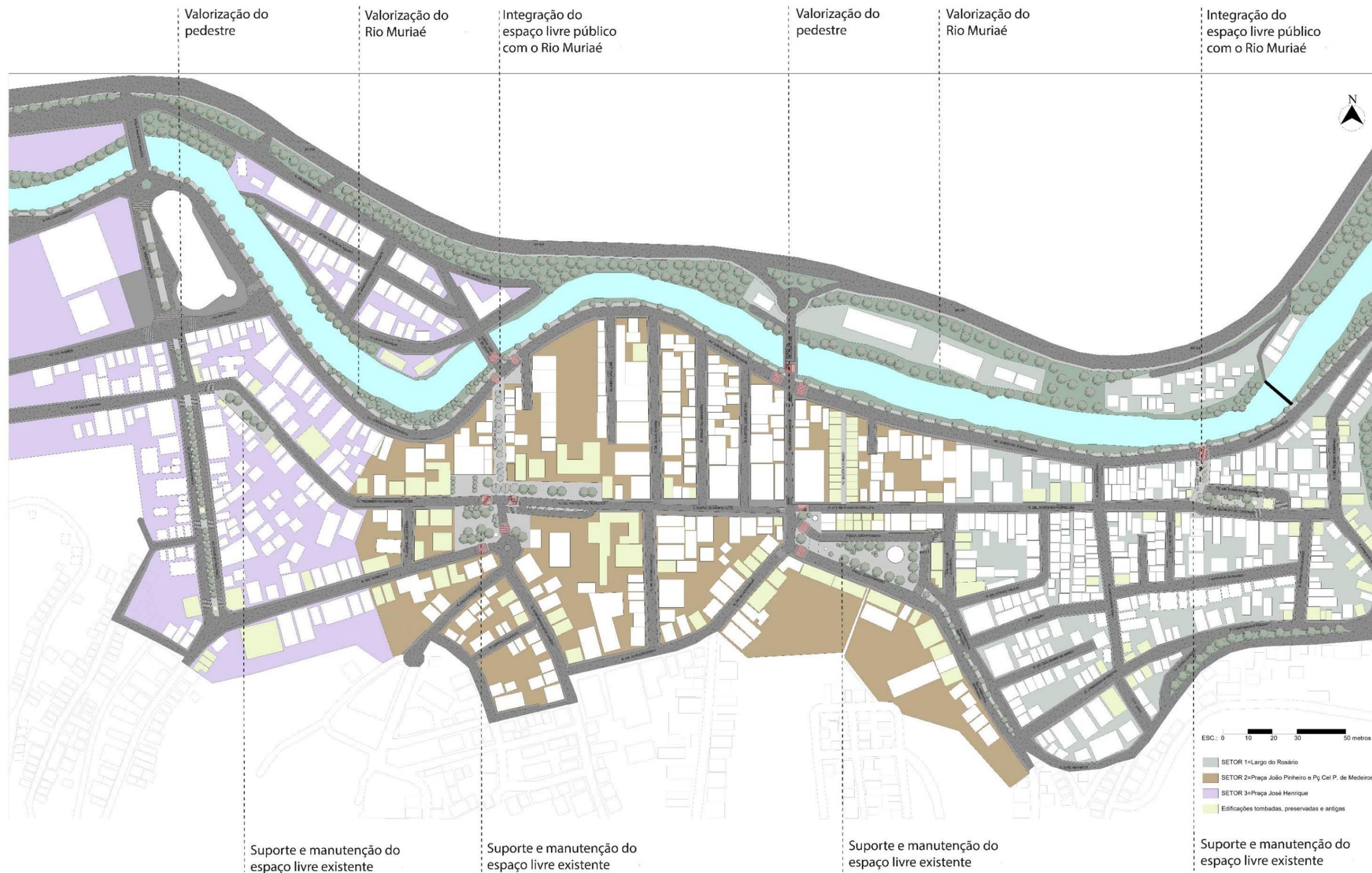
como aliviar o calor, os ruídos e gases, a arborização na via contribui para tornar o ambiente urbano mais agradável visualmente e convidativo para os pedestres.

As vias secundárias são destinadas a distribuir o fluxo de tráfego e fornecer acessibilidade dentro da vizinhança. Comporta vias de menor porte, conectando os diversos pontos do espaço urbano e permitindo que as pessoas se locomovam facilmente dentro da área.

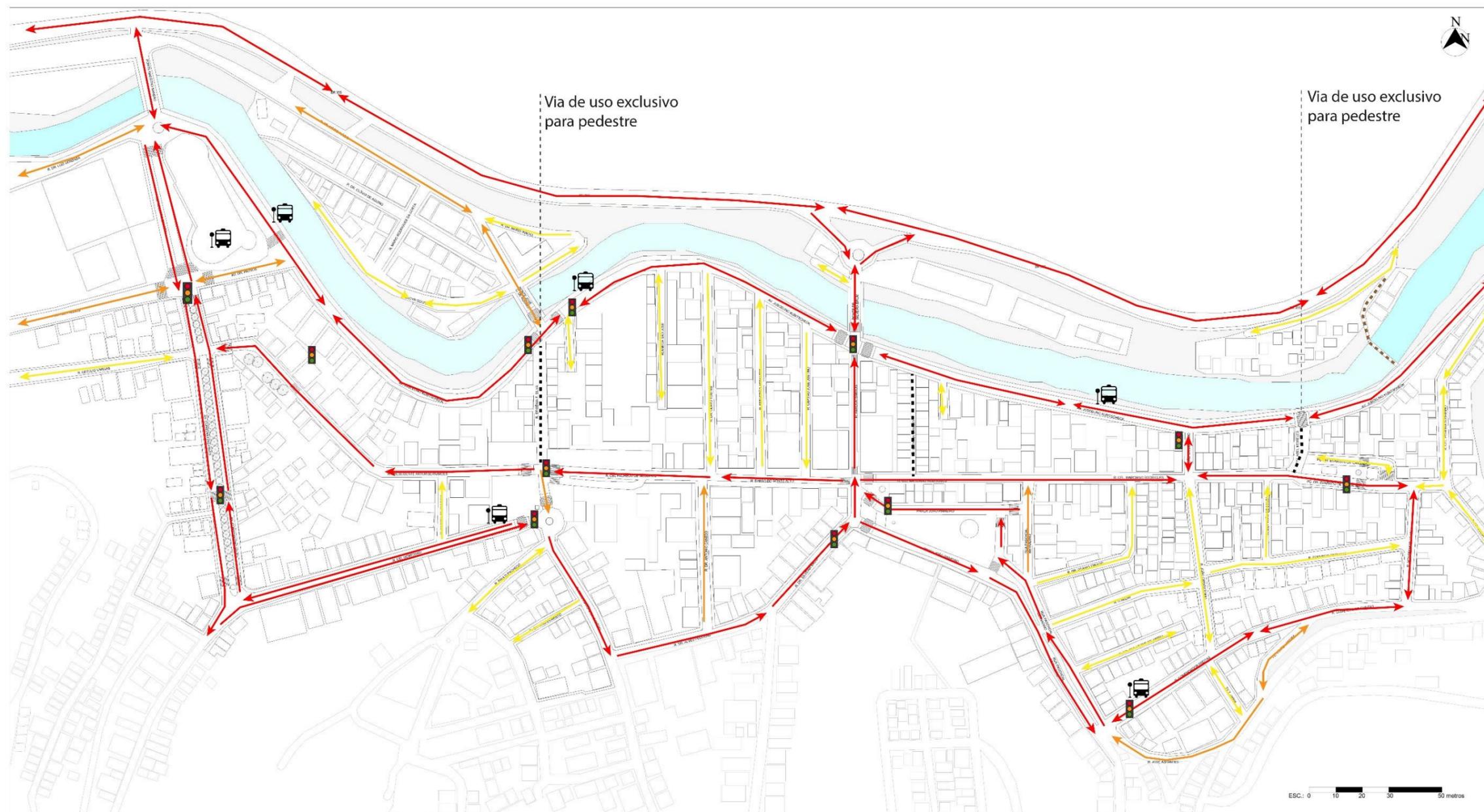
As vias locais correspondem ao sistema viário complementar que dá acesso aos lotes na esfera da vizinhança, comporta vias de menor porte voltadas à circulação interna de usos predominantemente residenciais ou usos comerciais/serviços de pequeno porte. Nas vias locais o tráfego motorizado deve ser desencorajado e a interação social estimulada, adotando medidas como traffic calming e Zona 30.

As vias peatonais, via de pedestres, integra o plano viário conectando os espaços livres públicos do Largo do Rosário e Praça Cel. Pacheco de Medeiros com o Rio Muriaé, sendo um elemento voltado ao conforto e bem-estar do pedestre. Essas vias contêm elementos incentivadores e de atração, como arborização, mobiliários urbanos, espaços de lazer e contemplação.

PROPOSTA GERAL: DESENHO URBANO



PROPOSTA GERAL: PLANO VIÁRIO



- | | | |
|--|---|---|
|  Indicação semáforo |  Via principal - mão dupla |  Via principal - mão única |
|  Ponto de ônibus |  Via secundária- mão dupla |  Via secundária- mão única |
| |  Via local- mão dupla |  Via local- mão única |
| |  Via peatonal - pedestre |  Passarela pedestre |

PROPOSTA GERAL: ARBORIZAÇÃO URBANA

Pisos permeáveis e jardins de chuva e plantio de árvores de médio e grande porte, criação de um corredor verde.

Plantio árvores de médio e grande porte, criação de um corredor verde.

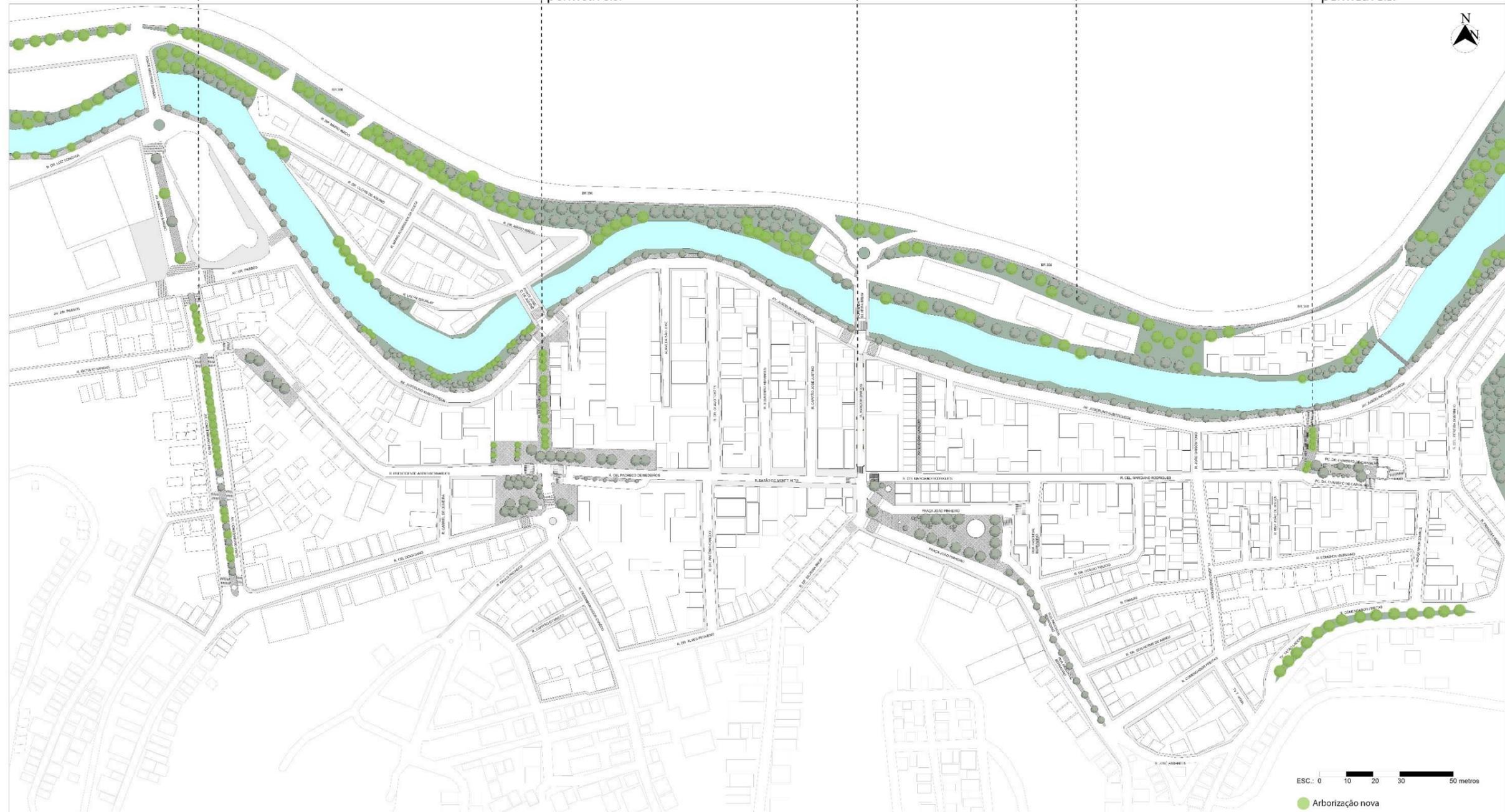
Canais de drenagem e materiais de pavimentação permeáveis.

Pisos permeáveis e jardins de chuva.

Recuperação da mata ciliar a margem do rio.

Plantio árvores de médio e grande porte, criação de um corredor verde.

Canais de drenagem e materiais de pavimentação permeáveis.



A realização do diagnóstico de arborização foi fundamental para a proposta de arborização urbana, permitindo uma visão clara das condições atuais da cobertura.

Foi levantado os principais problemas existentes atualmente no centro histórico de Muriaé, como: a presença de grande massa arbórea somente nos espaços livres públicos (praças), a ausência de arborização nas vias e passeios, a deficiência de vegetação na mata ciliar do Rio Muriaé e nas áreas de seu entorno

Vê-se a necessidade de investir na arborização dessa centralidade, como um meio de reforçar a conexão do ambiente construído com o patrimônio natural, o Rio Muriaé, além de proporcionar benefícios estéticos e funcionais, desde o conforto térmico e bem-estar psicológico para os moradores. É fundamental não apenas identificar e preservar as áreas existentes de vegetação, mas também planejar novos plantios de forma estratégica. Isso deve considerar fatores como a escolha de espécies de adaptação para o clima e solo local, e infraestrutura urbana ao redor.

Algumas estratégias adotadas: aumento e melhoria da cobertura e qualidade da arborização urbana na mata ciliar do Rio Muriaé e em suas áreas de entorno, criando um parque linear priorizando o uso de espécies nativas naturalmente adaptadas às condições climáticas, tipo de solo e regime de chuvas local; a criação de corredor verde

com árvores de médio e grande porte nas vias Travessa Abel Meireles – Largo do Rosário e Rua Efigênia F. Silva – Praça Cel Pacheco de Medeiros, reforçando a conexão do Rio Muriaé com os espaços livres públicos, através da utilização de espécies nativas preservando a identidade local, destacando a identidade paisagística e ecológica da região; a arborização no canteiro central da Avenida Maestro Sansão, reforçando a caminhabilidade e criando espaços urbanos mais agradáveis para os pedestres, além de configurar os espaços da avenida, viabilizando a sensação de proporcionalidade da caixa da via com o pedestre (por ser tratar uma via extensa).

As árvores operam como moderadores climáticos naturais, proporcionam sombra, diminuindo o efeito de ilha de calor nas áreas urbanas, controlando a temperatura e umidade do ar. A arborização urbana é uma ferramenta que age ainda como barreira contra os ventos, ruídos e alta luminosidade, eleva a permeabilidade do solo e melhora a drenagem urbana.

5.2.2 TRAVESSA ABEL MEIRELES - LARGO DO ROSÁRIO

A reestruturação do Largo do Rosário é proposta pela implantação de uma via peatonal – Travessa Abel Meireles - que conecta a Praça com o Rio Muriaé. O projeto abrange um trecho de aproximadamente 100m, considerando o importante trecho da Avenida JK, considerada a principal avenida estrutural do centro da cidade que margeia o Rio Muriaé.

Figura 82: Travessa Abel Meireles Muriaé



Fonte: Acervo da autora, 2022

Situação atual:

A Travessa Abel Meireles conecta o Largo do Rosário com o Calçadão JK e o Rio Muriaé. É uma via em declive, com baixo fluxo de veículos e pessoas, com duas pistas de rolagem e de mão única. Possui edificações com baixo gabarito e uso residencial, ausência de vegetação, baixo nível de ruído, calçadas estreitas e irregulares.

Diretrizes projetuais:

A proposta considera as características da área, com uso predominante residencial e atividade comercial local. Possui como objetivo adotar percursos peatonais de forma segura conectando a Praça do Rosário ao Calçadão JK - Rio Muriaé.

A via de pedestre valoriza a escala humana e demanda para segurança e conforto a implantação de posteamento de iluminação, arborização e mobiliário urbano.

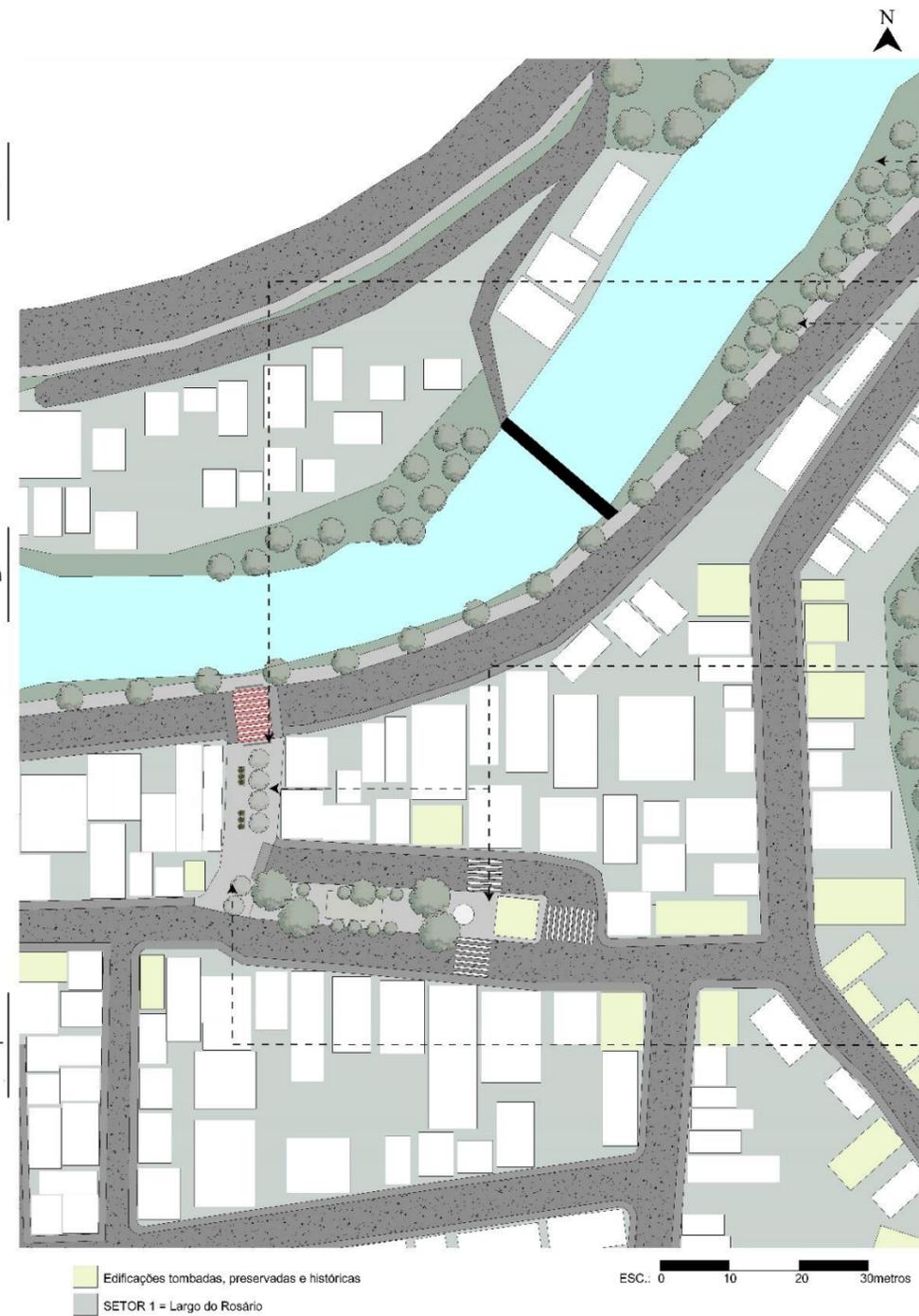
PROPOSTA: TRAVESSA ABEL MEIRELES - LARGO DO ROSÁRIO

ESTRATÉGIAS:

Valorizar a paisagem do Rio Muriaé

Implantar mobiliário urbano, áreas de descanso e atividades de cultura e lazer

Adotar estratégias de moderação de tráfego nas vias de trânsito, priorizando a segurança dos usuários.



DESENHO URBANO:

Criação de parque linear com recuperação da mata ciliar do Rio Muriaé

Ampliação do calçadão JK proporcionando maior conforto para os usuários e ampliando a faixa de proteção do Rio Muriaé.

Plantio árvores de médio e grande porte e a inclusão de outras estruturas que garantam sombreamento e criem um corredor verde.

Técnicas compensatórias de drenagem: materiais de pavimentação permeáveis, vala de infiltração, jardins de chuva.

Reestruturação da ponte de ferro de acesso para pedestres

Distribuição de mobiliário urbano, definição de pontos de descanso e contemplação com bicicletários, bebedouros e lixeiras.

Garantir as identidades urbanas com incentivo de atividades e eventos temporários (especialmente desejados ao longo dos eixos) nos espaços livres públicos.

Postes e luminárias adaptados à escala do pedestre, assim como luzes de fachadas, para garantir a segurança e a iluminação uniforme da rua.

Travessias de pedestres elevadas e ilhas de refúgio devem ser consideradas para minimizar as distâncias de travessia e indicar a priorização dos pedestres.

Via de uso exclusivo para pedestre, auxiliando o acesso ao comércio local.

Quando a inclinação superar 8,33%, rampas com patamares podem ser incorporadas para melhoria da circulação de pedestres, seguindo as normas de acessibilidade em vigor.

Uso de materiais duráveis e de fácil manutenção, adequados a vias de grande inclinação, deve ser incentivados considerando as temporadas de altas temperaturas e chuvas intensas.



PROPOSTA PROJETO

ESC: 0 5 10 metros

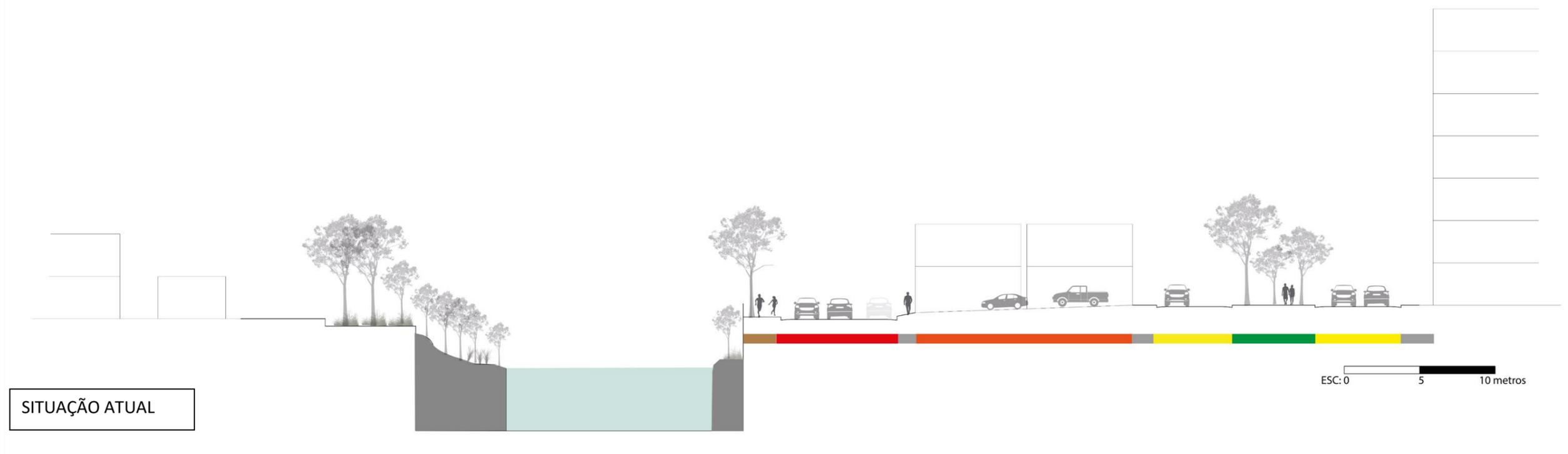
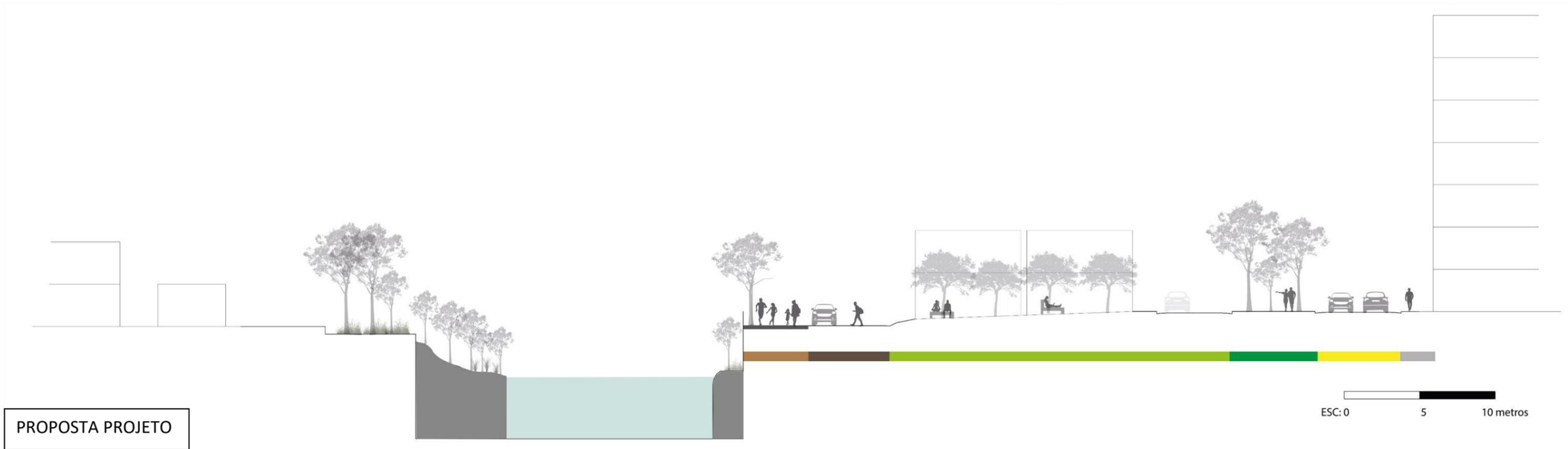


SITUAÇÃO ATUAL

ESC: 0 5 10 metros

O projeto se estrutura em: 1- adotar a via de uso exclusivo para pedestre, se estendendo até a Avenida JK, recebendo pavimentação única (rua e calçadas laterais) para promover a caminhabilidade total na via; 2 – utilizar *traffic calm* para travessia segura de pedestres na Avenida JK, conectando a Travessa com o calçadão e o Rio Muriaé; 3 – criar um corredor verde, com arborização, para dar conforto ao caminhar e enfatizar a relação do pedestre com o Rio Muriaé; 4 – projetar melhor a iluminação pública para proporcionar maior segurança aos usuários e transformar a rede de infraestrutura em subterrânea para valorizar a paisagem; 5 – valorizar a via com implantação de mobiliário urbano, sinalização, pisos permeáveis e canteiro vegetado para a melhoria da drenagem urbana; 6 – ampliar o calçadão JK proporcionando maior conforto aos usuários; 7 - ampliar a faixa de proteção do Rio Muriaé, recuperando a mata ciliar do Rio; 8 – Reestruturação da ponte de ferro para acesso dos pedestres.

VIA ARTERIAL	VIA COLETORA	VIA LOCAL	CALÇADA	VIA PEATONAL	ESPAÇO LIVRE	CALÇADÃO	FAIXA DE SEGURANÇA
avenida com intenso fluxo de veículos	via com fluxo de veículos moderado	via destinada ao tráfego local, baixo fluxo de veículos	destinada exclusivamente à circulação de pedestres	via destinada exclusivamente à circulação e permanência de pedestres	área de permanência, conta com apoio de infraestruturas e mobiliário urbano	faixa de proteção do Rio, área de circulação exclusiva de pedestres	traffic calming – travessia de segurança para pedestre



5.2.3 RUA CEL. AMADOR PINHEIRO DE BARROS - PRAÇA JOÃO PINHEIRO

A reestruturação da via conectada à Praça João Pinheiro é proposta pela implementação de alargamento de calçadas para pedestre – Rua Cel. Amador Pinheiro de Barros - que conecta o espaço livre com o Rio Muriaé. O projeto abrange um trecho de aproximadamente 0.25km, considerada uma das principais vias de acesso do centro da cidade para a BR 356, conectada pela ponte Dr. Silveira Brum.

Figura 83: Rua Cel. Amador Pinheiro de Barros, Muriaé



Fonte: Acervo da autora, 2022

Situação atual:

A Rua Cel. Amador Pinheiro de Barros conecta os espaços livres do Praça João Pinheiro com o Calçadão JK, Rio Muriaé e BR 356. É uma via coletora, com um pequeno trecho da via em declive, com médio fluxo de veículos e alto fluxo de pessoas, com uma pista de rolagem e de mão única, dá acesso a ponte de conexão entre o centro da cidade e a BR 356. Possui edificações com médio gabarito predominante horizontal, e uso comercial e serviços, ausência de vegetação, alto nível de ruído, calçadas estreitas e irregulares, com vagas para estacionamento em sua lateral e ponto de ônibus circular interno.

Diretrizes projetuais:

A proposta considera as características da área, como o uso predominante comercial e a Praça como um local de permanência. Possui como objetivo adotar percursos humanos de forma segura entre a conexão entre os diferentes pontos, Praça João Pinheiro e Calçadão JK / Rio Muriaé. A via valoriza a escala humana e demanda para segurança e conforto a implantação de posteamento de iluminação, jardineiras de vegetação, mobiliário urbano e alargamento das calçadas.

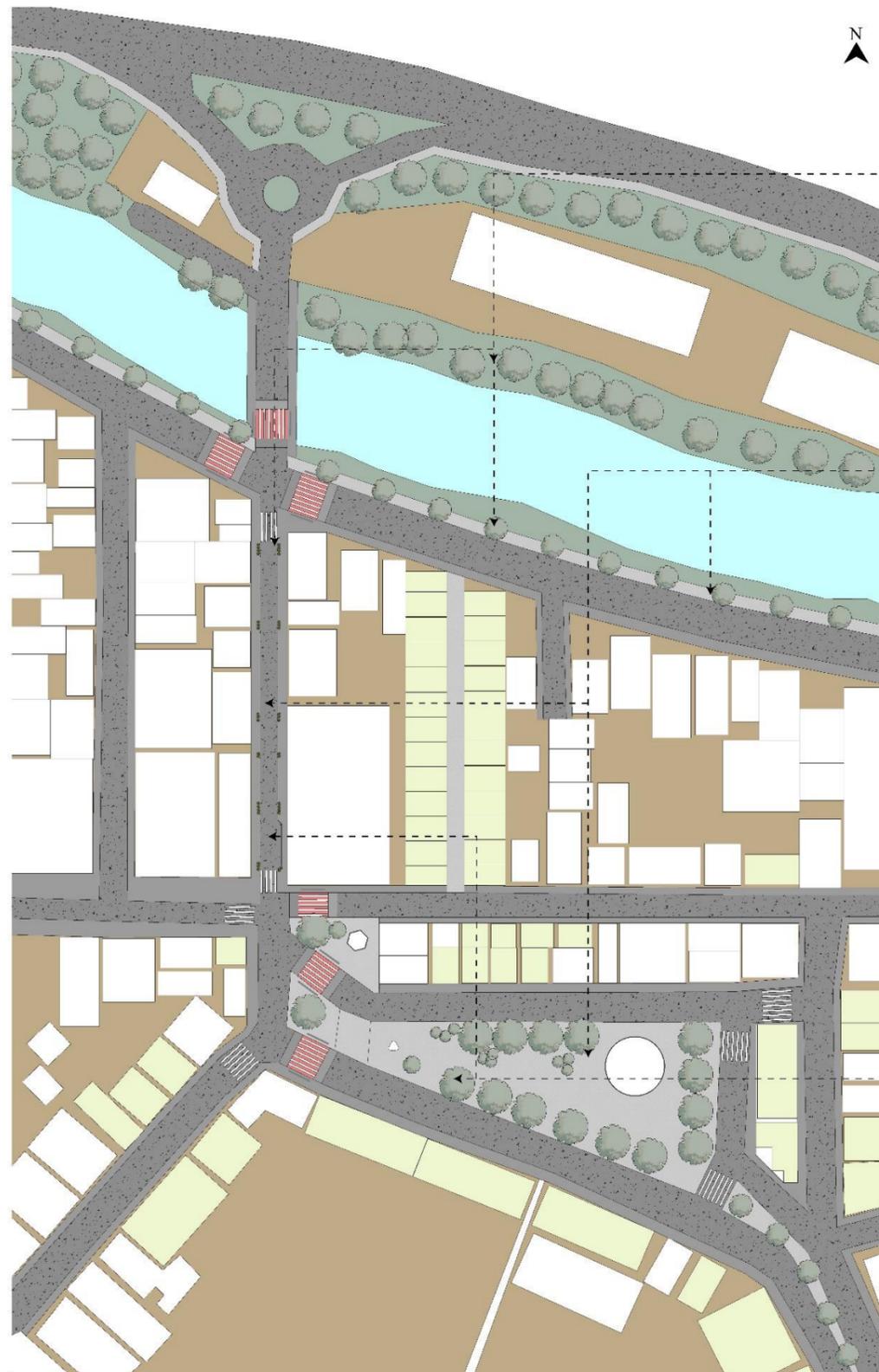
PROPOSTA: RUA CEL. AMADOR PINHEIRO DE BARROS - PRAÇA JOÃO PINHEIRO

ESTRATÉGIAS:

Valorizar a paisagem do Rio Muriaé

Implantar mobiliário urbano, áreas de descanso e atividades de cultura e lazer

Adotar estratégias de moderação de tráfego nas vias de trânsito, priorizando a segurança dos usuários.

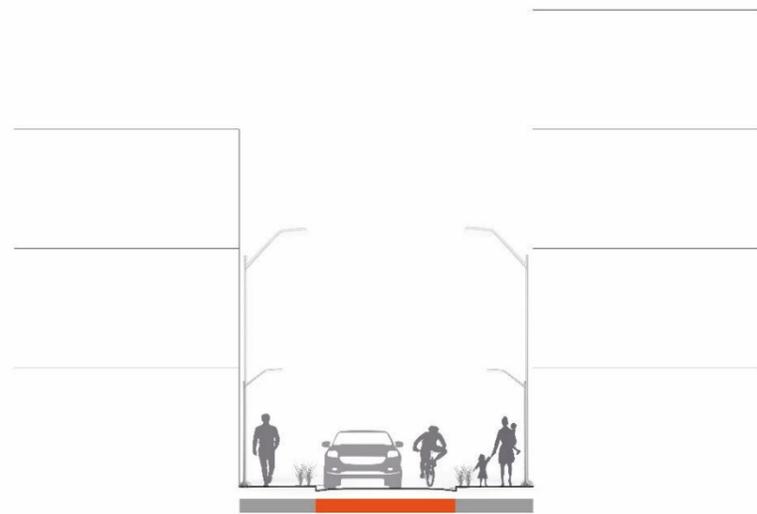


Edificações lombadas, preservadas e históricas
 SETOR 2 = Praça João Pinheiro e Praça Cel Pacheco de Medeiros

ESC.: 0 10 20 30 metros

DESENHO URBANO:

- Criação de parque linear com recuperação da mata ciliar do Rio Muriaé
- Ampliação do calçadão JK proporcionando maior conforto para os usuários e ampliando a faixa de proteção do Rio Muriaé.
- Técnicas compensatórias de drenagem: materiais de pavimentação permeáveis, vala de infiltração, jardins de chuva.
- Recuperação da área verde existente, adotando-a como parque, valorizando a paisagem onde se insere o Rio.
- Distribuição de mobiliário urbano, definição de pontos de descanso e contemplação com bicicletários, bebedouros e lixeiras.
- Garantir as identidades urbanas com incentivo de atividades e eventos temporários (especialmente desejados ao longo dos eixos) nos espaços livres públicos.
- Postes e luminárias adaptados à escala do pedestre, assim como luzes de fachadas, para garantir a segurança e a iluminação uniforme da rua.
- Travessias de pedestres elevadas e ilhas de refúgio devem ser consideradas para minimizar as distâncias de travessia e indicar a priorização dos pedestres.
- As calçadas devem ser alargadas para proporcionar acessibilidade universal e garantir a faixa livre para circulação de pedestres.
- A praça deve ser conectada com os demais trechos do sistema livre público, afim garantir a faixa livre para circulação de pedestres
- Quando a inclinação superar 8,33%, rampas com patamares podem ser incorporadas para melhoria da circulação de pedestres, seguindo as normas de acessibilidade em vigor.
- Uso de materiais duráveis e de fácil manutenção, adequados a vias de grande inclinação, deve ser incentivado considerando as temporadas de altas temperaturas e chuvas intensas.
- Baias para carga e descarga devem ser previstas, porém sempre com o uso restrito a períodos fora de horários de pico.



PROPOSTA PROJETO



SITUAÇÃO ATUAL



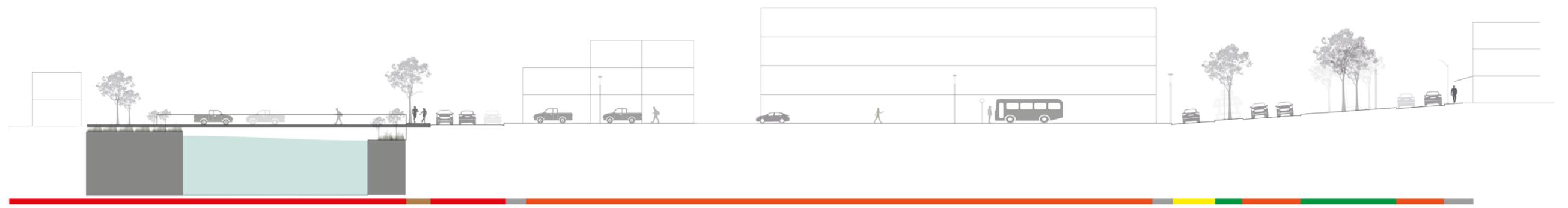
O projeto se estrutura em: 1- alargar as calçadas para os pedestres, até a Avenida JK, recebendo pavimentação única, promovendo acessibilidade total na circulação com a criação de uma Zona 30; 2- dotar de mobiliário para ponto de ônibus promovendo maior conforto e segurança para os usuários; 3 – utilizar *traffic calm* nas travessias da Avenida JK (facilitar a conexão com o calçadão e o Rio Muriaé), na Rua Cel. Marciano Rodrigues e nas ruas da Praça João Pinheiro (facilitar a conexão com a Praça); 4 – criar jardins que valorizem o caminhar e valorizam o Rio Muriaé; 5 – projetar a iluminação pública para proporcionar maior segurança para os usuários e adotar redes de infraestrutura subterrâneas para valorizar a paisagem; 6 – valorizar a via com implantação de mobiliário urbano, sinalização e canteiro vegetado para melhorar a drenagem urbana; 7 – ampliar o calçadão JK proporcionando maior conforto para os usuários; 8 - ampliar a faixa de proteção do Rio Muriaé, recuperando a mata ciliar; 9 – Recuperação da área verde existente, adotando-a como parque.

VIA ARTERIAL	VIA COLETORA	VIA LOCAL	CALÇADA	VIA PEATONAL	ESPAÇO LIVRE	CALÇADÃO	FAIXA DE SEGURANÇA
avenida com intenso fluxo de veículos	via com fluxo de veículos moderado	via destinada ao tráfego local, baixo fluxo de veículos	destinada exclusivamente à circulação de pedestres	via destinada exclusivamente à circulação e permanência de pedestres	área de permanência, conta com apoio de infraestruturas e mobiliário urbano	faixa de proteção do Rio, área de circulação exclusiva de pedestres	traffic calming – travessia de segurança para pedestre



PROPOSTA PROJETO

ESC: 0 5 10 metros



SITUAÇÃO ATUAL

ESC: 0 5 10 metros

5.2.4 RUA EFIGÊNIA F. SILVA - PRAÇA CEL PACHECO DE MEDEIROS

A reestruturação da Praça Cel. Pacheco de Medeiros é proposta pela implantação de uma via peatonal – Rua Efigência F. Silva - que conecta o espaço livre com o Rio Muriaé. O projeto abrange um trecho de aproximadamente 0.120km, considerada uma via de médio fluxo, possui acesso para a ponte José C. de Aquino, que interliga com outro lado do tecido urbano às margens do rio.

Figura 84: Rua Efigênia F. Silva, Muriaé



Fonte: Acervo da autora, 2022

Situação atual:

A Rua Efigência F. Silva conecta os espaços livres da Praça Cel. Pacheco de Medeiros com o Calçadão JK, Rio Muriaé e ponte José C. de Aquino. É uma via coletora, em declive, com uma pista de rolagem e mão dupla, com médio fluxo de veículos e de pessoas. Possui edificações com médio gabarito, predominante vertical, e uso institucional e serviços, ausência de vegetação, médio nível de ruído, calçadas estreitas e irregulares, não possui vagas para estacionamento em sua lateral e ponto de ônibus.

Diretrizes projetuais:

A proposta considera as características da área, como os usos institucionais, uso predominante residencial multifamiliar e a Praça como um local de permanência. Possui como objetivo adotar percursos humanos de forma segura entre a conexão entre os diferentes pontos, Praça Cel Pacheco de Medeiros e Calçadão JK / Rio Muriaé. A via de pedestre valoriza a escala humana e demanda para segurança e conforto a implantação de posteamento de iluminação, arborização e mobiliário urbano.

PROPOSTA: RUA EFIGÊNIA F. SILVA - PRAÇA CEL PACHECO DE MEDEIROS

ESTRATÉGIAS:

Valorizar a paisagem do Rio Muriaé

Implantar mobiliário urbano, áreas de descanso e atividades de cultura e lazer

Adotar estratégias de moderação de tráfego nas vias de trânsito, priorizando a segurança dos usuários.



DESENHO URBANO:

Criação de parque linear com recuperação da mata ciliar do Rio Muriaé

Ampliação do calçadão JK proporcionando maior conforto para os usuários e ampliando a faixa de proteção do Rio Muriaé.

Plantio árvores de médio e grande porte e a inclusão de outras estruturas que garantam sombreamento e criem um corredor verde.

Técnicas compensatórias de drenagem: materiais de pavimentação permeáveis, vala de infiltração, jardins de chuva.

Recuperação da área verde existente adotando-a como parque, integrando as áreas verdes com às margens do Rio.

Distribuição de mobiliário urbano, definição de pontos de descanso e contemplação com bicicletários, bebedouros e lixeiras.

Garantir as identidades urbanas com incentivo de atividades e eventos temporários (especialmente desejados ao longo dos eixos) nos espaços livres públicos.

Postes e luminárias adaptados à escala do pedestre, assim como luzes de fachadas, para garantir a segurança e a iluminação uniforme da rua.

Travessias de pedestres elevadas e ilhas de refúgio devem ser consideradas para minimizar as distâncias de travessia e indicar a priorização dos pedestres.

Via de uso exclusivo para pedestre, auxiliando o acesso ao comércio local.

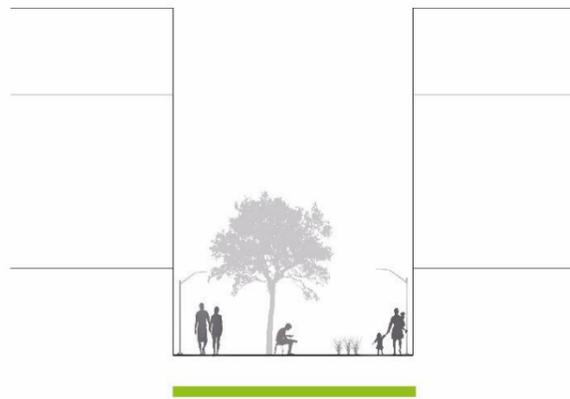
Quando a inclinação superar 8,33%, rampas com patamares podem ser incorporadas para melhoria da circulação de pedestres, seguindo as normas de acessibilidade em vigor.

Faixa livre de 3,5m de largura garante o acesso local e veículos de emergência. Quando não for possível, prever rotas alternativas em ruas adjacentes.

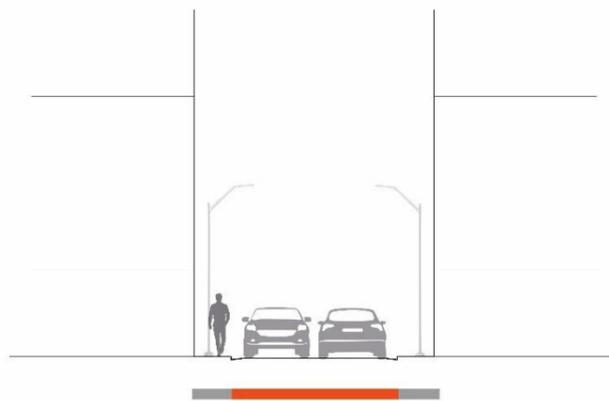
Uso de materiais duráveis e de fácil manutenção, adequados a vias de grande inclinação, deve ser incentivado considerando as temporadas de altas temperaturas e chuvas intensas.

Edificações tombadas, preservadas e históricas SETOR 3 = Praça José Henrique
SETOR 2 = Praça João Pinheiro e Praça Cel Pacheco de Medeiros

ESC: 0 10 20 30 metros



PROPOSTA PROJETO



SITUAÇÃO ATUAL



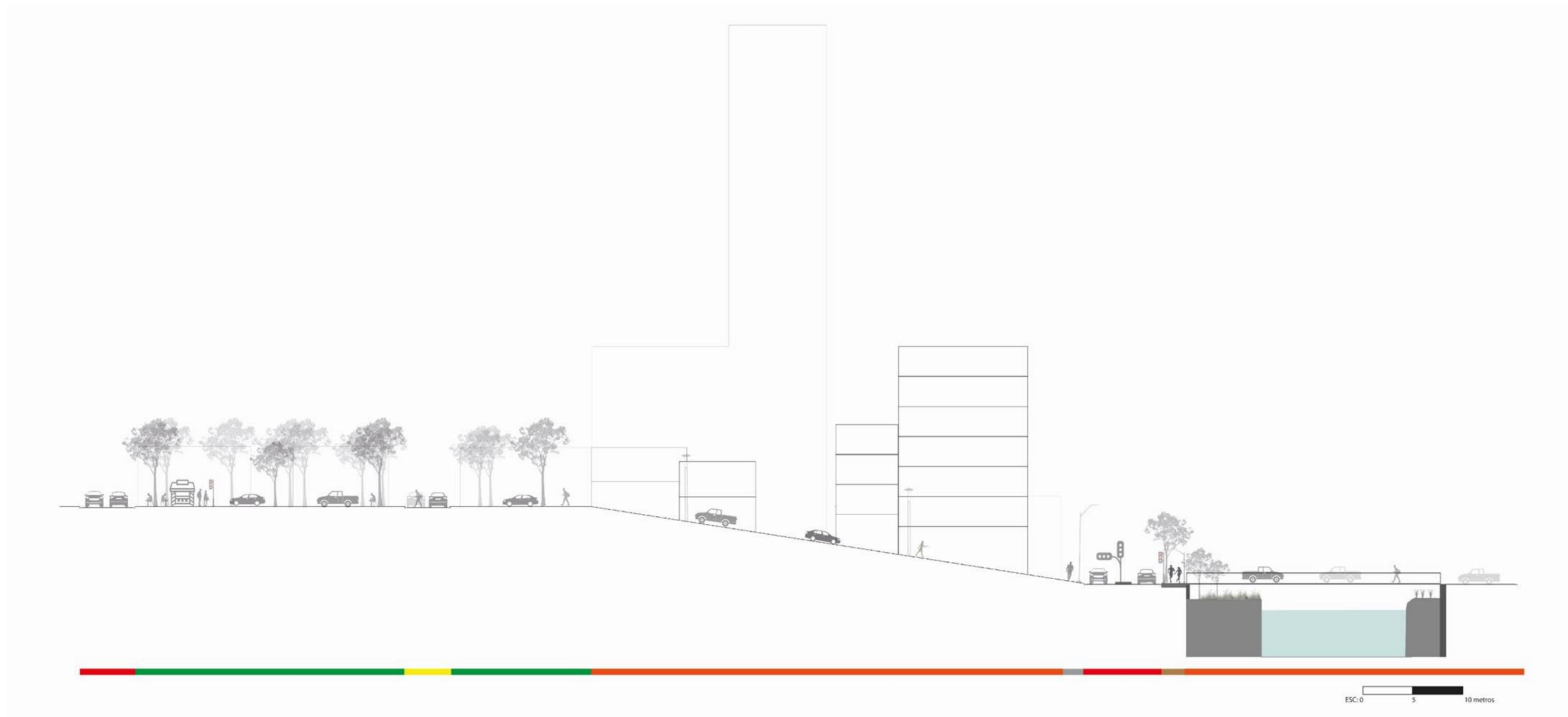
O projeto se estrutura em: 1- adotar a via de uso exclusivo para pedestre, até a Avenida JK, recebendo pavimentação única (rua e calçadas laterais), promovendo a caminhabilidade total na via; 2 – utilizar *traffic calm* nas travessias, facilitando a conexão entre a Avenida JK – Rio Muriaé com a Praça Cel. Pacheco de Medeiros, por meio da Travessa; 3 – criar corredor verde arborizado, dotando o caminhar de melhor conforto térmico; 4 – projetar iluminação pública para proporcionar maior segurança aos usuários e adotar infraestrutura subterrânea para valorizar a paisagem; 5 – valorizar a via com implantação de mobiliário urbano, sinalização e canteiro vetado para a melhoria da drenagem urbana; 6 – ampliar o calçadão JK proporcionando maior conforto para os usuários; 7 - ampliar a faixa de proteção do Rio Muriaé com a recuperação da mata ciliar; 8 - Recuperação da área verde existente, adotando-a como parque, integrando as áreas verdes com o Rio Muriaé.

VIA ARTERIAL	VIA COLETORA	VIA LOCAL	CALÇADA	VIA PEATONAL	ESPAÇO LIVRE	CALÇADÃO	FAIXA DE SEGURANÇA
avenida com intenso fluxo de veículos	via com fluxo de veículos moderado	via destinada ao tráfego local, baixo fluxo de veículos	destinada exclusivamente à circulação de pedestres	via destinada exclusivamente à circulação e permanência de pedestres	área de permanência, conta com apoio de infraestruturas e mobiliário urbano	faixa de proteção do Rio, área de circulação exclusiva de pedestres	traffic calming – travessia de segurança para pedestre



PROPOSTA PROJETO

ESC:0 5 10 metros



SITUAÇÃO ATUAL

5.2.5 AVENIDA MAESTRO SANSÃO

A reestruturação da Avenida conectada à Praça João Pinheiro é proposta pela implementação de alargamento de calçadas para pedestre – Avenida Maestro Sansão - que conecta os espaços livres da Praça Cel. Pacheco de Medeiros e Praça José Henrique Hastenreiter com o Rio Muriaé. O projeto abrange um trecho de aproximadamente 0.485km, considerada uma das principais vias de acesso para a BR 356, conectada pela ponte Maestro Sansão, e conexão com o Terminal Rodoviário da cidade.

Figura 85: Avenida Maestro Sansão, Muriaé



Fonte: Acervo da autora, 2023

Situação atual:

A Avenida Maestro Sansão conecta os espaços livres da Praça Cel. Pacheco de Medeiros e Praça José Henrique Hastenreiter com o Calçadão JK, Rio Muriaé e ponte Maestro Sansão. É uma via arterial, com duas pistas de rolagem, de mão dupla com grande fluxo de veículos e grande fluxo de pessoas. Possui edificações com médio gabarito predominante vertical, usos misto, institucional e de serviços, presença de vegetação pontual nas calçadas e canteiro central com faixa para camelódromo, alto nível de ruído, calçadas irregulares, possui vagas para estacionamento em sua centralidade e não possui ponto de ônibus.

Diretrizes projetuais:

A proposta considera as características da área, como os usos comercial e residencial multifamiliar, e o canteiro central como local de passagem e infraestrutura apropriada para faixa de comércio de rua. Possui como objetivo adotar percursos humanos de forma segura entre a conexão entre os diferentes pontos, Praça Cel Pacheco de Medeiros / Praça José Henrique Hastenreiter e Calçadão JK / Rio Muriaé. A via valoriza a escala humana e demanda para segurança e conforto a implantação de posteamento de iluminação, arborização, mobiliário urbano e alargamento das calçadas.

PROPOSTA: AVENIDA MAESTRO SANSÃO - PRAÇA JOSÉ HENRIQUE

ESTRATÉGIAS:

Valorizar a paisagem do Rio Muriaé

Implantar mobiliário urbano, áreas de descanso e atividades de cultura e lazer

Adotar estratégias de moderação de tráfego nas vias de trânsito, priorizando a segurança dos usuários.



DESENHO URBANO:

Criação de parque linear com recuperação da mata ciliar do Rio Muriaé

Ampliação do calçamento JK proporcionando maior conforto para os usuários e ampliando a faixa de proteção do Rio Muriaé.

Técnicas compensatórias de drenagem: materiais de pavimentação permeáveis, vala de infiltração, jardins de chuva e arborização.

Recuperação da área verde como extensão do parque linear, integrando os espaços livres existentes.

Distribuição de mobiliário urbano, definição de pontos de descanso e contemplação com bicicletários, bebedouros e lixeiras.

Garantir as identidades urbanas com incentivo de atividades e eventos temporários (especialmente desejados ao longo dos eixos) nos espaços livres públicos.

Postes e luminárias adaptados à escala do pedestre, assim como luzes de fachadas, para garantir a segurança e a iluminação uniforme da rua.

A inclusão de mobiliário urbano e paisagismo, bem como a extensão dos bares e restaurantes, pode ser obtida com alargamento das calçadas a partir da redução de vagas de estacionamento.

Uma faixa flexível com áreas dedicadas a serviço, paisagismo, arborização, mobiliário urbano, vendedores de rua e parklets alternadamente no canteiro central, atualmente em determinado trecho, utilizado como camelódromo.

Travessias de pedestres elevadas e ilhas de refúgio devem ser consideradas para minimizar as distâncias de travessia e indicar a priorização dos pedestres.

As calçadas devem ser alargadas para proporcionar acessibilidade universal e garantir a faixa livre para circulação de pedestres.

Uso de materiais duráveis e de fácil manutenção, adequados a vias de grande inclinação, deve ser incentivado considerando as temporadas de altas temperaturas e chuvas intensas.

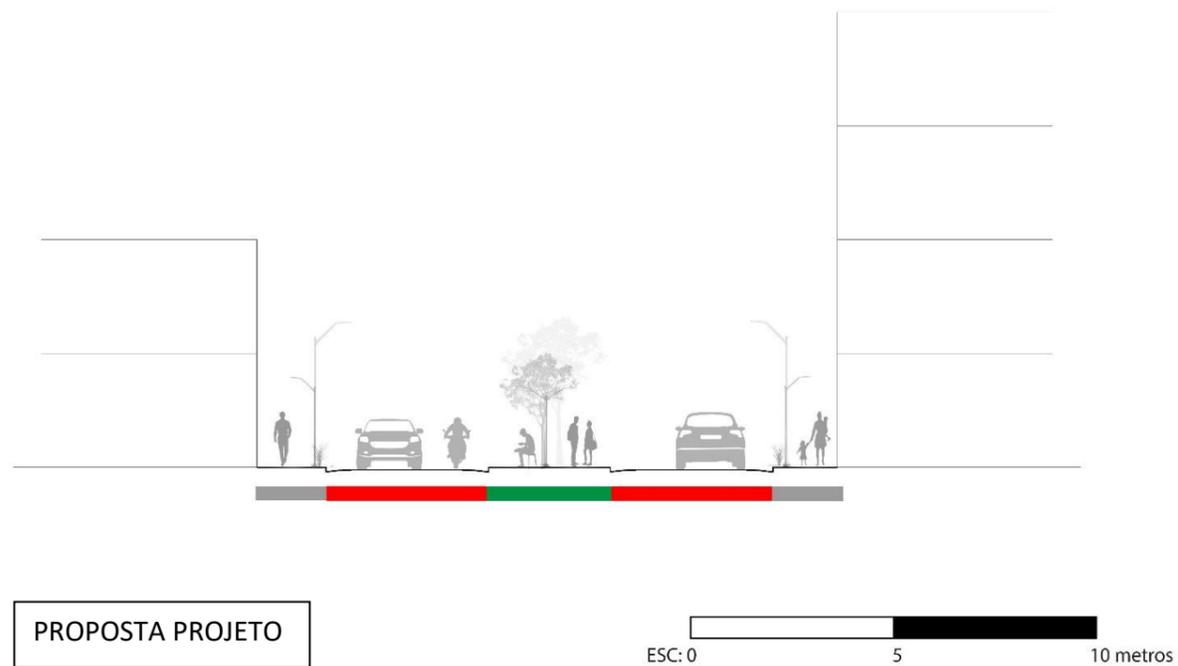
Baias para carga e descarga devem ser previstas, porém sempre com o uso restrito a períodos fora de horários de pico.

Quando se tratar de quadras com extensão superior a 100 m, travessias de pedestres no meio da quadra devem ser implantadas, entre os destinos mais importantes, favorecendo a caminhabilidade.

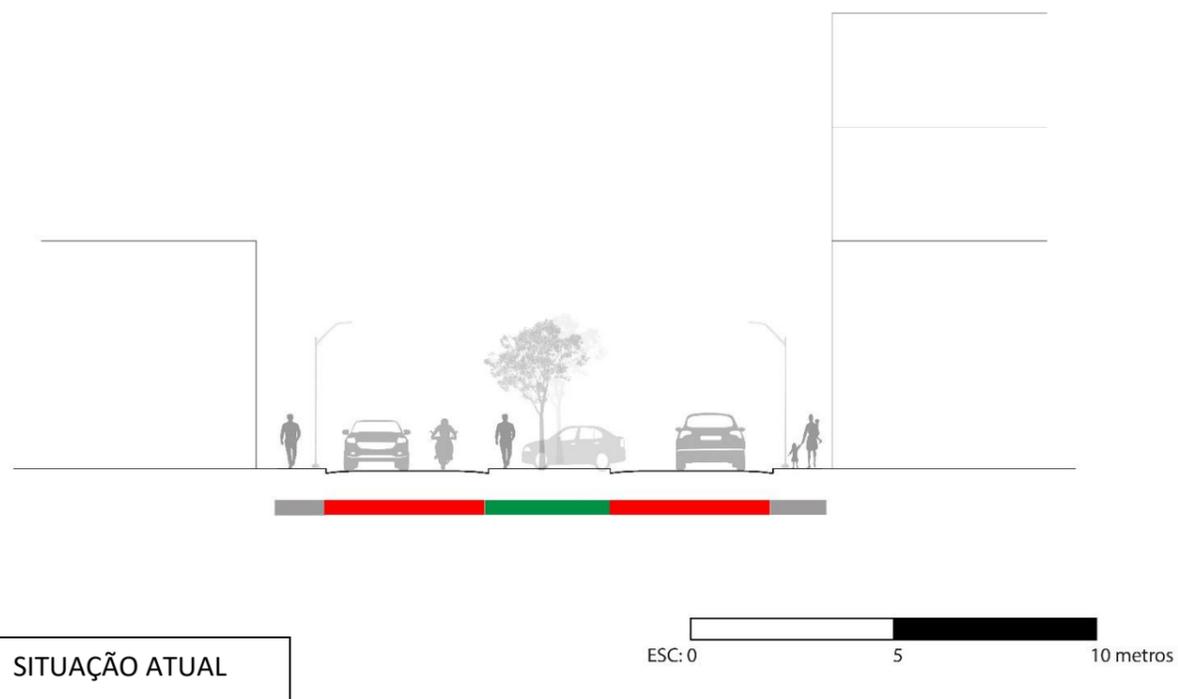
Para manter a faixa livre de circulação no canteiro central devem ser incluídas faixas flexíveis, que alternam vagas de estacionamento e áreas dedicadas a serviço, paisagismo e mobiliário urbano.

Edificações tombadas, preservadas e históricas
SETOR 3 - Praça José Henrique

ESC.: 0 10 20 30 metros



O projeto se estrutura em: 1- definir o canteiro central para uso exclusivo do pedestre, reconhecendo o comércio ambulante, criando paisagismo e mobiliário urbano adequados, eliminando vagas de estacionamento e promovendo a plena caminhabilidade; 2 – projetar travessias seguras, conectando o canteiro central com as demais calçadas; 3 – criar corredor verde arborizado, valorizando o caminhar e a paisagem do Rio Muriaé; 4 – projetar iluminação pública proporcionando maior segurança aos usuários e projetar redes de infraestrutura subterrâneas; 5 – valorizar a via com implantação de mobiliário urbano, sinalização, canteiro vegetado para a melhoria da drenagem urbana; 6 – ampliar o calçadão JK proporcionando maior conforto aos usuários; 7 - ampliar a faixa de proteção do Rio Muriaé, recuperando sua mata ciliar; 8 - Recuperação da área verde existente como extensão do parque linear.



VIA ARTERIAL	VIA COLETORA	VIA LOCAL	CALÇADA	VIA PEATONAL	ESPAÇO LIVRE	CALÇADÃO	FAIXA DE SEGURANÇA
avenida com intenso fluxo de veículos	via com fluxo de veículos moderado	via destinada ao tráfego local, baixo fluxo de veículos	destinada exclusivamente à circulação de pedestres	via destinada exclusivamente à circulação e permanência de pedestres	área de permanência, conta com apoio de infraestruturas e mobiliário urbano	faixa de proteção do Rio, área de circulação exclusiva de pedestres	traffic calming – travessia de segurança para pedestre



PROPOSTA PROJETO



SITUAÇÃO ATUAL

Foto: Guia Muriaé



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muriaé é uma cidade média com uma significativa influência regional, especialmente nos setores de atendimento à saúde e educação. Essa influência atrai moradores de áreas vizinhas para utilizar os serviços disponíveis na cidade, o que contribui para a sua consolidação como polo regional. No entanto, o processo que levou Muriaé a se tornar um polo regional não foi planejado, o que significa que o crescimento e desenvolvimento da cidade ocorreu de forma espontânea, sem um planejamento adequado e coordenado, impactando diretamente na preservação do patrimônio cultural e na qualidade de vida dos moradores.

Nesta dissertação foi possível pontuar como a cidade se organiza morfologicamente, através de estudos de mapas cartográficos utilizados como métodos de análises. O reconhecimento e preservação de áreas antigas e históricas da cidade de Muriaé são essenciais para conservar sua identidade cultural, memória coletiva e patrimônio histórico. Por meio dessas análises e estudos aprofundados, foi possível determinar quais áreas têm valor histórico e significado cultural, permitindo o desenvolvimento de

diretrizes de intervenção e projeto urbano, visando sua importância e necessidade de proteção.

O projeto de intervenção urbano reconhece e valoriza o centro histórico da cidade e sua conexão com o patrimônio ambiental representado pelo Rio Muriaé e com os espaços livres públicos. Ao considerar essas áreas distintas em termos de processos históricos e conformação do patrimônio cultural, mas ainda assim buscar elementos de conexão, o projeto demonstra uma abordagem holística e integrada do planejamento urbano. As intervenções se deram pautadas em elementos de conexão semelhantes, reconhecendo a paisagem e características de cada área, as ações compreendidas neste projeto consideram aspectos espaciais, visuais, sociais e culturais para a preservação do centro histórico, ao trabalhar esses diversos elementos, as ações empreendidas revelaram o objetivo final, a preservação do centro histórico da cidade de Muriaé.

O projeto traz ainda a reflexão sobre a expansão da Zona de Preservação Histórica, uma consideração muito relevante no planejamento urbano, especialmente quando se trata de áreas históricas antigas adjacentes ao centro histórico. Essa extensão pode

ser uma estratégia importante proteger áreas urbanas que possuíam características culturais e arquitetônicas e espaços livres públicos, mas que não necessariamente estavam localizadas dentro dos limites estritos da Zona de Preservação Histórica atual.

Mediante as análises e considerações sobre o Plano Diretor atual da cidade, é possível identificar as falhas e brechas que permitem o adensamento intenso na Zona de Preservação Histórica, concluindo que a falta de revisão de leis de ordenamento territorial e das leis de proteção patrimonial para Muriaé, e a não aplicação dessas vêm contribuindo de forma danosa para a conformação do centro histórico. As ponderações sobre o Plano Diretor contribuem para uma área de conhecimento em maior escala, onde o planejamento não aplicado e a falta de revisão das leis de ordenamento territorial, são reconhecidas como um ponto de fragilidade nas cidades médias no âmbito nacional.

A proposta de uma nova setorização, mesmo que em estudo inicial e não concluído, demonstra uma preocupação em considerar as características atuais de cada área e suas potencialidades no planejamento urbano. Essa abordagem é essencial para garantir um desenvolvimento equilibrado e funcional da cidade. Ao enfatizar a

necessidade de adotar um planejamento urbano adequado, incluindo a revisão plano diretor atual, é possível reconhecer a importância de direcionar o crescimento da cidade de forma coordenada e intuitiva, com diretrizes e normas que orientam o uso do solo, a distribuição da infraestrutura e a preservação de áreas verdes e patrimônio cultural.

O trabalho também traz a importância da implantação de um sistema de drenagem urbana eficiente e bem planejado, sendo vital para áreas propensas a inundações durante as estações chuvosas, como a cidade de Muriaé. As enchentes urbanas podem causar danos, não só em termos de infraestrutura, mas também em relação à segurança, saúde e bem-estar dos cidadãos. O sistema de drenagem contribuirá no gerenciamento das águas da chuva, garantindo um meio para que sejam escoadas, além de reduzir os custos de manutenção das vias públicas. Destaca-se a importância de uma proposta e estudos mais aprofundados sobre o saneamento do Rio Muriaé; intimamente interligados em suas funções, a drenagem urbana e o saneamento geram impactos sobre a qualidade de vida e o meio ambiente. O saneamento de esgotamento sanitário torna-se crucial para a proteção do Rio e dos recursos hídricos em geral, desempenha um papel fundamental na manutenção da saúde

pública, preservação do meio ambiente e do patrimônio natural, e na vida econômica e social da cidade.

A pesquisa pode ser o ponto de partida para um projeto profissional a ser apresentado à prefeitura municipal de Muriaé. Ao fornecer uma análise detalhada sobre a importância das áreas antigas e sua relação com o planejamento urbano atual, o projeto pode gerar uma nova perspectiva sobre o desenvolvimento da cidade e a revisão das legislações que regem o ordenamento territorial.

O presente trabalho desdobra-se ainda em uma boa base para futuros estudos acadêmicos, abordando sobre a importância do Rio Muriaé e sua inserção no centro da cidade. Dada a vulto do tema, existem várias áreas de pesquisa e investigação que podem se intensificar a partir dessa abordagem inicial, como importância do Rio Muriaé na drenagem urbana da cidade, uma questão crucial, se tratando de uma região propensa a inundações e enchentes, além do estudo Rio Muriaé como elemento fundamental na preservação do patrimônio cultural e ambiental da cidade.

O aprofundamento do estudo de preservação e manutenção das áreas antigas não aprofundadas no presente trabalho, é um tema de grande vulto podendo se desdobrar em pesquisas mais específicas e

aprofundadas. Esse tipo de pesquisa pode abrir novas perspectivas sobre o papel das Áreas Centrais Históricas na contemporaneidade e sua influência na paisagem e no planejamento urbano, podendo ser considerados os seguintes aspectos: impacto da expansão urbana nas áreas de valor histórico e cultural, e a valorização e potencialização dessas áreas antigas para o turismo cultural e a preservação do patrimônio histórico da cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADMINISTRAÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE MURIAÉ. Muriaé 150 anos de História. **Revista comemorativa do sesquicentenário de Muriaé 1855 – 2005**. Muriaé 2005 –2008.
- ARCHELA, Rosely Sampaio; PISSINATI, Maria Cleonice. Cartografia para o ensino de geografia a alfabetização cartográfica: simples e prática. **Múltiplas geografias: ensino, pesquisa, reflexão**. v. IV, Londrina, Humanidades, 2007.
- BRASIL. **PLANO DIRETOR DE MURIAÉ**, LEI Nº 3.377/ 2006. MURIAÉ, MG, 2006.
- BRASIL. **PLANO DIRETOR DE MURIAÉ**, LEI Nº 5.915/ 2019. MURIAÉ, MG, 2019.
- BRASIL. **DECRETO Nº 2436 DE 19 DE JULHO DE 2013**. Aprova o Manual de placas para a padronização do mobiliário urbano inserido nas UES Centro e UES Centro Antigo, conforme estabelece o Plano Diretor Urbano e Ambiental da Cidade de Manaus. MANAUS, AM, 2013. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=256727> Acesso em: 18 de maio de 2023.
- BRASIL. **DECRETO Nº 3.782 DE 27 DE OUTUBRO DE 2009**. Cria a Zona Especial do Caminho Cultural de Muriaé, de proteção paisagística e ambiental do Centro da Cidade, e dá outras providências. MURIAÉ, MG, 2009.
- BRASIL. **PORTARIA IPHAN Nº 127 de 30/04/2009**. Estabelece a chancela da Portaria da Paisagem Cultural Brasileira. BRASIL, 2009.
- BRASIL. **USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO**, LEI Nº 5.441/ 2017. MURIAÉ, MG, 2019.
- BOGEA. Katia. **“O Programa de Reabilitação do Centro Histórico de São Luís e os desafios de gestão urbana”**. 06 de Out 2011. Link: <https://pt.slideshare.net/AiCEi/o-programa-de-reabilitacao-do-centro-historico-de-sao-luis-e-os-desafios-de-gestao-urbana> Acessado em: Abril de 2022
- _____. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Volume XXVI. IBGE, 1959.
- _____. Estudo Regional da Zona da Mata Mineira. **Revista Brasileira de Geografia**. Ano XX, nº1, jan-mar, 1958.
- BESSE, J.-M. Entre a geografia e a ética: a paisagem e a questão do bem-estar. **GEOUSP Espaço e Tempo** (Online), [S. l.], v. 18, n. 2, p. 241-252, 2014. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2014.84455. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/84455>. Acesso em: 05 de maio de 2022.

CALVINO, Ítalo. **Cidades invisíveis**. Trad. Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Câmara Municipal de Muriaé. **História**. 2014. Disponível em: <https://camaramuriae.mg.gov.br/portal/a-cidade/historia/> Acesso em: 10 de outubro de 2022.

Carta de Washington, 1987. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Washington%201987.pdf Acesso em: 20 de abril de 2022.

CASARIL, Carlos Cassemiro. **Meio século de Verticalização urbana em Londrina – PR e sua Distribuição Espacial: 1950 – 2000**. 2008. Dissertação (Mestre em Geografia). Universidade de Londrina.

COSGROVE, Denis Edmund. **Social Formation and Symbolic Landscape**. São Paulo: Global, 2006 [1933]

COY, Martin. A interação rio-cidade e a revitalização urbana: experiências europeias e perspectivas para a América Latina. **Revista Franco-Brasileira de Geografia**. São Paulo, N. 18, 2013.

DALCUMUNE, Maria Aparecida Batista. **Aspectos da ocupação urbana e Verticalização do bairro de Jardim Camburi – Vitória – ES**. 2006. 33 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

DINIZ, Alexandre M. A; NETTO, Marcos M. A estagnação sócio-econômica da Zona da Mata de Minas Gerais: uma abordagem geohistórica. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. São Paulo, Vol. X, pp. 9342 – 9367, 2005.

FIGUEIREDO, Noêmia. REGO, Andrea. **A Floresta na Cidade: o planejamento de corredores verdes e a requalificação de espaços livres para a melhoria da paisagem urbana de Tijuca e Vila Isabel – RJ**. 10º ENEPEA. Porto Alegre. 2010.

FRANÇA, Iara S. O processo de verticalização urbana em cidades médias e a produção do espaço em Montes Claros/MG. **Boletim Gaúcho de Geografia**. Rio Grande do Sul, V. 42, N.2, pp. 584-610, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo demográfico 2010**. Infográficos do município de Muriaé, IBGE, 2014. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/muriae/pesquisa/23/25124> Acesso em: 20 de novembro de 2021.

- IPHAN. **Patrimônio Material.** Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/superintendencias/minas-gerais/patrimonio-material> Acesso em: 10 de março de 2023.
- HARLEY, Brian. **Mapas, saber e poder.** Confins (Online), nº 5 | 2009. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/5724> Acesso em: 24 abril 2023.
- HASTENREITER, J. Henrique. Muriaé. **Revista de Historiografia muriaeense.** Ano 2, maio/1979.
- HASTENREITER, J. Henrique. **Revista de historiografia muriaeense.** Muriaé: Muriaé: 2006.
- JACOBS, Jane. **Morte e vida nas grandes cidades.** Tradução: Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- JÚNIOR, Vicente P. D. **Recadastramento imobiliário de Juiz de Fora e a estruturação do cadastro técnico multifinalitário.** Trabalho de Conclusão de Curso– UFJF. Juiz de Fora, 2012.
- MACEDO, Silvio et al. **Reflexões sobre espaços livres na forma urbana.** São Paulo: FAUUSP, 2018
- MAGNOLI, Miranda. **Espaços livres e urbanização:** uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana. Tese (Livre-docência em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 1982.
- MAGNOLI, Miranda. Em busca de outros espaços livres de edificação. **Paisagem Ambiente: ensaios** - n. 21 - São Paulo - p. 141 - 174 – 2006.
- MANOEL, Joel Peixoto. **Tópicos da História de Muriaé.** Muriaé: Tipográfica, 2013
- MARGE Adellunar. Muriaé: 150 anos de História. **Revista Comemorativa do Sesquicentenário de Muriaé.** 2005/2008.
- MATTOS, Marine L. O. **Bens patrimoniais e morfologia urbana na zona de preservação histórica de Muriaé, MG.** Dissertação para obtenção do título Magister Scientiae. Universidade Federal de Viçosa-UFV. Viçosa. 2018.
- QUEIROGA, Eugenio F. Da relevância pública dos espaços livres um estudo sobre metrópoles e capitais brasileiras. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros.** São Paulo, N. 58, 2014.
- QUEIROGA, Eugênio F. **Dimensões públicas do espaço contemporâneo:** resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros. Tese (Livre-docência em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 2ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

Recomendação de Nairóbi, novembro de 1976. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Nairobi%201976.pdf> Acesso em: 20 de abril de 2022.

Romullo Baratto. "**Primeiro Lugar no concurso para a Requalificação Urbana do Centro Histórico de São José - SC**" 10 Abr 2014. ArchDaily Brasil. Link: <https://www.archdaily.com.br/br/01-188243/primeiro-lugar-no-concurso-para-a-requalificacao-urbana-do-centro-historico-de-sao-jose-sc>. Acessado em: Março de 2022

TÂNGARI; Vera Regina. "Espaços livres públicos como Espaços museográficos". **Museografia e Arquitetura de museus**. Rio de Janeiro, 2005.

TARDIN, Raquel. **Espaços Livres: Sistema e projeto territorial**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.

TEIXEIRA, M. C. **A forma da cidade de origem portuguesa**. Editora Unesp. São Paulo, 2012

TARDIN, R. Ordenação Sistêmica da Paisagem. In: Reis, Almir Francisco. (Org.). **Arquitetura, Urbanidade e Meio Ambiente**. Florianópolis: Editora UFSC, 2011, pp. 151-172.

Princípios de La Valleta para a salvaguarda e gestão de cidades e conjuntos urbanos históricos, 2011. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/Valletta_Principles_Portugese.pdf Acesso em: 20 de abril de 2022.

PORTAS, Nuno. Os tempos das formas: a cidade feita e refeita. **Velhos centros vida nova**. Artigo publicado em Cadernos Municipais, nº 6. Braga: Universidade do Minho, 1981.

VARGAS, Heliana. C; CASTILHO, Ana. H. **Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados**. 3ª edição. Manole: São Paulo. Edição digital, 2016.

OMHOLT, Tore. **Strategic rationality as a basic for town centre revitalization and management**. Trabalho apresentado no 5th Recent Advances in Retailing and Services Science conference. Baveno,199.

APÊNDICE 1: Mapa com áreas do IBGE, área de intervenção



APÊNDICE 2: Dados demográficos do IBGE, área de intervenção

Quadro Síntese IBGE											
Município: Muriaé – Minas Gerais Código: 3143906											
CD mapa	CD Setor	Situação	Área	Qtd. Pessoas	Densidade	Domicílios particulares e coletivos	Domicílios tipo casa	Domicílios tipo vila ou condomínio	Domicílios tipo apartamento	Domicílios com arborização	Domicílios não existe arborização
01	314390605000001	Área urbana de alta densidade	52.052m ²	528	0,0101 hab/m ²	52819	121	0	407	64	131
02	314390605000002	Área urbana de alta densidade	31.165m ²	534	0,0171 hab/m ²	534	234	0	300	145	52
03	314390605000003	Área urbana de alta densidade	8.873m ³	110	0,0123 hab/m ²	110	70	6	10	38	2
04	314390605000005	Área urbana de alta densidade	20.911m ²	150	0,0071 hab/m ²	132	92	2	15	49	1
05	314390605000008	Área urbana de alta densidade	12.870m ²	94	0,0073 hab/m ²	94	53	0	41	21	11
06	314390605000009	Área urbana de alta densidade	92.347m ²	556	0,0060 hab/m ²	656	287	0	329	119	113
07	314390605000011	Área urbana de alta densidade	37.544m ²	605	0,0161 hab/m ²	605	68	0	533	115	106

08	314390605000012	Área urbana de alta densidade	30.490m ²	345	0,0113 hab/m ²	345	95	0	250	44	82
09	314390605000013	Área urbana de alta densidade	27.858m ²	282	0,0101 hab/m ²	282	91	0	191	75	37
10	314390605000014	Área urbana de alta densidade	5.366m ²	86	0,0160 hab/m ²	86	28	0	58	25	9
11	314390605000015	Área urbana de alta densidade	15.279m ²	303	0,0198 hab/m ²	303	54	0	249	106	11
12	314390605000036	Área urbana de alta densidade	17.751m ²	60	0,0033 hab/m ²	60	45	0	12	20	1
13	314390605000074	Área urbana de alta densidade	94.626m ²	407	0,0043 hab/m ²	407	130	8	262	124	25
14	314390605000075	Área urbana de alta densidade	86.696m ²	128	0,0014 hab/m ² hab/m ²	20	9	1	4	3	1
15	314390605000134	Área urbana de alta densidade	13.773m ²	200	0,0145 hab/m ²	217	200	0	11	65	10
16	314390605000127	Área urbana de alta densidade	97.124m ²	169	0,0017hab/m ²	60	33	0	27	55	5

Quadro Síntese IBGE

Município: Muriaé – Minas Gerais Código: 3143906

CD mapa	Domicílios existe iluminação pública	Domicílios não existe iluminação pública	Domicílios existe pavimentação pública	Domicílios não existe pavimentação pública	Domicílios existe calçada	Domicílios não existe calçada	Renda de 1 a 2 salários	Renda de 2 a 3 salários	Renda de 3 a 5 salários	Pessoas alfabetizadas + 5 anos de idade	Responsáveis alfabetizados com domicílio particular
01	195	0	195	0	178	17	105	51	56	19	190
02	192	0	192	0	192	0	93	63	59	31	190
03	41	0	41	0	40	1	22	6	5	7	35
04	50	0	50	0	50	0	25	16	15	8	48
05	32	0	32	0	30	2	13	6	7	4	31
06	221	12	233	0	220	13	78	58	83	34	230
07	221	0	221	0	221	0	51	47	76	39	221
08	126	0	126	0	126	0	33	37	37	12	127
09	112	0	112	0	95	17	37	24	32	25	111
10	34	0	34	0	34	0	20	11	15	4	33

11	114	3	114	3	110	7	67	30	37	17	118
12	21	0	21	0	15	6	10	8	5	4	20
13	149	0	149	0	149	0	64	40	47	31	145
14	4	0	3	1	3	1	3	1	1	2	4
15	75	0	75	0	58	15	38	11	5	15	67
16	60	0	60	0	59	1	20	9	31	9	60

ANEXO 1: Lei de Uso e Ocupação do Solo, Muriaé

LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO - DECRETO LEI 530/88
ANEXO II - USOS E TIPOS DE EDIFICAÇÕES PERMITIDAS (TE), CONFORME ZONEAMENTO

Usos \ Zonas	ZR - 1	ZR - 2	ZR - 3	ZR - 4	ZC - 1	ZC - 2	ZC - 3
Residencial Unifamiliar	1	1	1	1	1- A	1- A	1- A
Resid. Multifamiliar Horizontal	2	2	2	2	2	2	2
Resid. Multifamiliar Vertical	3, 4 e 5	3, 4 e 5	3, 4 e 5	3, 4 e 5	3, 4, 5 e 6	-	3, 4, 5, 6 e 7
Múltiplo usos ou Misto	8 e 9	8 e 9	8 e 9	8 e 9	-	8, 9 e 10	8, 9, 10, 11 e 12
Comercial Local					-		
Comercial de Bairro	-	-	-	-	-		
Comercial Principal	-	-	-	-	-		
Com. Atacadista Pequeno Porte	-	-	-	-	8, 9 e 10	8, 9 e 10	-
Com. Atacadista Médio Porte	-	-	-	-	-		
Com. Atacadista Grande Porte	-	-	-	-	-		
Serviço Local	8 e 9	8 e 9	8 e 9	8 e 9	8, 9 e 10	-	8, 9, 10, 11 e 12
Serviço de Bairro	-	-	-	-			
Serviço Principal	-	-	-	-	-	-	-
Serviço Especial	-	-	-	-	-	-	-
Micro-Indústria (NP)	-	8	-	-	8, 9 e 10	8, 9 e 10	8, 9, 10, 11 e 12
Pequena Indústria (NP)	-		-	-			
Média Indústria (NP)	-		-	-			
Grande Indústria (P)	-	REGULAMENTAÇÃO COM APROVAÇÃO DA CAMARA MUNICIPAL					
Institucional Local	13 e 14	13	13	13	13, 14 e 15	-	13, 14 e 15
Institucional de Bairro	-	-	-	-	-	-	
Institucional Principal	-	-	-	-	-	15	

Observações: 1 - As zonas industriais contarão com regulamentação especial.

2 - (NP) - Não poluente, (P) - Poluente.

LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO - DECRETO LEI 530/88

ANEXO III - EXIGENCIAS LEGAIS EM FUNÇÃO DO USO DA EDIFICAÇÃO E O TIPO DA EDIFICAÇÃO (TE)

Tipo de edific. (TE)	Modalidades de uso e tipo	Situação	Do lote		Do lote e edificação		Afastamentos da edificação			Numero de vag: para estacionamento	
			Área min. (m ²)	Frete min. (m)	Tx. Máx. Ocupação	Coef. Aproveit.	Frontal min.	Posterior min.	Lateral min.		
1	Residencial Unifamiliar	Existente	S/exigencia	10,0	70%	1,5	1,5	S/exig.	S/exigencia	1 vaga	
		Novos	200								
2	Residencial Unif. Horiz.	Existente	S/exigencia	12,0	65%	1,5	1,5	S/exig.	S/exigencia	1 por unidade autonoma	
		Novos	300								
3	Residencial Unifamiliar Vertical	Existente	≤ 300	S/exigencia	65%	2,0	1,5	S/exig.	S/exigencia	1 por unidade autonoma	
		Novos	≥ 300	12,0							
4		Existente	> 300 ≤ 450	S/exigencia	65%	3,5	2,0	1,5	1,5 em um dos lados	1 por unidade autonoma	
		Novos	≥ 450	12,0							
5		Existente	> 450 ≤ 600	S/exigencia	65%	4,5	3,0	1,5	1,5	1 por unidade autonoma	
		Novos	≥ 600	20,0							
6		Existente	> 600 ≤ 1000	S/exigencia	65%	5,5	3,0	1,5	2,0	1 por unidade autonoma	
		Novos	≥ 700	20,0							
7		Existente	> 1000	S/exigencia	60%	7,0	3,0	2,0	2,0	1 por unidade autonoma	
		Novos	≥ 1000	20,0							
8	Multiplos usos ou Misto	Existente	≤ 300	S/exigencia	1º e 2º pavim =100% (Até 8,90m alt), Demais = 70%	2,4	1,5	S/exig.	S/exigencia	Admite-se afast. frontal térreo com parte da área de est	
		Novos	≥ 300	12,0							
9		Existente	> 300 ≤ 450	S/exigencia	1º e 2º pavim =100% (Até 8,90m alt), Demais = 65%	3,5	2,0	1,5	1º e 2º pavim = 0,0m Demais=1,5 um lado	1 / unid habit autonoma + 1 a ca 100m ² da área d: unid. /hab.	
		Novos	≥ 450	20,0							
10		Existente	> 450 ≤ 600	S/exigencia	1º, 2ºe 3º pavim =100% (Até 12,90m alt), Demais = 65%	4,5	2,0	1,5	1º, 2ºe 3º pavim = 0,0m, Demais = 2,0 m		
		Novos	≥ 600	20,0							
11		Existente	> 600 ≤ 1000	S/exigencia	1º, 2ºe 3º pavim =100% (Até 12,90m alt), Demais = 65%	6,5	3,0	1,5	1º, 2ºe 3º pavim = 0,0m, Demais = 2,0 m		
		Novos	≥ 700	20,0							
12		Existente	> 1000	S/exigencia	1º, 2ºe 3º pavim =100% (Até 12,90m alt), Demais = 65%	8,5	3,0	2,0	1º, 2ºe 3º pavim = 0,0m, Demais = 2,0 m		
		Novos	≥ 1000	20,0							
13	Institucional	Existente	≤ 300	S/exigencia	70%	2,0	1,5	S/exig.	S/exigencia		---
		Novos	> 200 ≤ 600	12,0							
14		Existente	> 300 ≤ 600	S/exigencia	65%	3,0	2,0	1,5	2,0	1 vaga por cada 100m ² ou fração	
		Novos	> 600 ≤ 800	15,0							
15		Existente	> 600	S/exigencia	65%	6,0	3,0	2,0	3,0	1 vaga por cada 100m ² ou fração	
	Novos	> 800	20,0								

ANEXO 2: Manual de placas: parâmetros para publicidade nas fachadas das edificações localizadas na UES Centro e UES Centro Antigo da cidade de Manaus

Decreto Nº 2436 DE 19/07/2013

Aprova o MANUAL DE PLACAS para a padronização do mobiliário urbano inserido nas UES CENTRO e UES CENTROANTIGO, conforme estabelece o Plano Diretor Urbano e Ambiental da Cidade de Manaus

Art. 1º Este Decreto aprova, como instrumento de proteção e defesa dos bens de valor cultural e arquitetônico, o “MANUAL DE PLACAS: PARÂMETROS PARA PUBLICIDADE NAS FACHADAS DAS EDIFICAÇÕES LOCALIZADAS NA UES CENTRO E UES CENTRO ANTIGO DA CIDADE DE MANAUS”.

(...)

Art. 4º As Unidades de Interesse de Preservação classificam-se:

I - 1º Grau

II - 2º Grau;

III - Orla Portuária;

IV - Praças Históricas.

Art. 5º As edificações classificadas como Unidades de Preservação de 1º Grau deverão conservar suas características originais, no respeito às suas fachadas, mantendo a mesma volumetria da edificação e a mesma taxa de ocupação do terreno, não podendo sofrer qualquer modificação física externa.

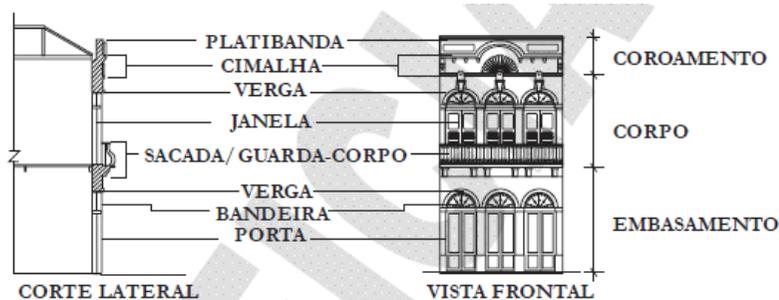
Art. 6º As edificações classificadas como Unidades de Preservação de 2º Grau deverão conservar as características mais marcantes da ambiência local, no que diz respeito às suas fachadas, volumetria atual da edificação e do conjunto onde está inserida (Decreto nº 7176, de 10 de fevereiro de 2004).

Fachada: corresponde a uma das faces da edificação. De acordo com a nomenclatura arquitetônica, as fachadas de interesse de preservação são constituídas por três partes básicas:

Coroamento: é formado pela cobertura, platibanda e cimalha.

Corpo: é formado pelos pavimentos existentes acima do térreo.

Embasamento: é a base do prédio e normalmente corresponde ao térreo.



Elementos componentes de fachadas Históricas



Elementos componentes de fachadas não Históricas

Art. 341. Aquele que puser em risco, danificar ou descaracterizar um bem tombado ou um patrimônio público municipal de qualquer natureza, sendo ele pessoa física ou jurídica, se sujeitará ao pagamento de multa, cujo valor poderá variar de 10 (dez) a 100.000 (cem mil) UFMs (Unidade Fiscal do Município), independentemente

da obrigação de ressarcir o Município dos gastos despendidos para recuperação, ou efetuar-lo às expensas, em prazo nunca superior a doze meses, determinado pelo Executivo, mediante processo administrativo.

Parágrafo único. A descaracterização dolosa de imóvel tombado ou qualquer patrimônio público municipal, caracterizará crime, na forma da legislação específica.

Sendo um patrimônio tombado, implicará a sua desapropriação (Lei Orgânica do Município de Manaus - LOMAN).

Poluição visual: degradação do meio ambiente urbano pela profusão de imagens e cores decorrentes da exposição de placas, setas, outdoors, faixas, marcas de produtos e mídia eletrônica. A chamada poluição visual não afeta apenas a paisagem urbana, como também a saúde de sua população, causando graves males à saúde, tais como, stress, fadiga, ansiedade, podendo até mesmo propiciar o início de um processo de depressão.

Incentivos: a isenção do IPTU está amparada pelo Decreto nº 8.914, de 12 de março de 2007, que isenta do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana os imóveis de interesse histórico ou cultural, assim reconhecidos pelo órgão municipal competente, que

tenha suas fachadas e coberturas preservadas em suas características arquitetônicas originais.

Art. 45. Ficam isentos do IPTU, pelo prazo de três anos, os imóveis de interesse histórico ou cultura, assim reconhecidos pelo órgão municipal competente, que tenham suas fachadas e coberturas restauradas em suas características arquitetônicas originais, mediante requerimento ao setor competente da SEMEF, instruído com a seguinte documentação:

I - laudo de conclusão da obra de restauração de fachadas e coberturas, concedido pelo órgão municipal competente;

II - comprovação de uso residencial ou empresarial do imóvel, neste caso observando o disposto no parágrafo seguinte, por meio de declaração concedida pelo órgão municipal de controle urbano.

§ 1º O imóvel objeto da isenção deverá cumprir a sua função social, nos termos da legislação aplicável, devendo, quando sua utilização envolver o exercício de atividade econômica, esta observar o licenciamento, concedido pelo Poder Público Municipal;

§ 2º Em caso de deferimento, a isenção será concedida a partir do ano subsequente àquele em que foi protocolado o pedido, devendo

este ser efetuado no prazo máximo de um ano após a conclusão da obra;

§ 3º O projeto de restauração das fachadas e coberturas deverá ser aprovado pelo órgão municipal competente, especialmente para verificar se atende ao interesse histórico e cultural (Decreto nº 8.914, de 12 de março de 2007).

Engenhos publicitários: usados para veiculação de mensagem publicitária, anúncios, propaganda, como painéis, placas ou letreiros, tabuletas, relógios digitais, totens, balões infláveis, "banners" e outros de natureza similar, luminosos ou não.

Para fins de aplicação dos parâmetros estabelecidos pelo presente Manual, as placas ficam definidas e classificadas da seguinte forma:

Placa publicitária ou letreiro: equipamento publicitário correspondente à identificação do estabelecimento no próprio local onde a atividade é exercida, contendo nome do estabelecimento, marcas ou logotipos, diferenciando-se quanto ao tipo de fixação de acordo com a seguinte classificação:

- a) Placa paralela à fachada (ou Letreiro);
- b) Placa perpendicular à fachada;



Exemplo de placa paralela



Exemplo de letreiro



Exemplo de Placa Perpendicular

Art. 64. A instalação de qualquer engenho publicitário depende de autorização da Prefeitura, nos termos definidos por esta lei, nos artigo 7º e seguintes.

§ 1º Entende-se por engenho publicitário o mobiliário urbano destinado à veiculação de anúncio publicitário, em logradouro público ou área privada que se exponha ao público, como painéis (outdoors), letreiros, tabuletas, relógios digitais, totens, balões infláveis, banners e outros de natureza similar, luminosos ou não.

§ 2º Não considera-se publicidade as expressões de indicação, tais como placas de identificação dos estabelecimentos, tabuletas indicativas de sítios, granjas, serviços de utilidade pública, hospitais, ambulatórios, prontos-socorros e, nos locais de construção, as placas indicativas dos nomes dos engenheiros, firmas e arquitetos responsáveis pelo projeto ou pela execução de obra pública ou particular.

§ 3º A publicidade veiculada em muros, tapumes, faixas e postes (murais e cartazes) está sujeita às mesmas exigências e penalidades previstas em lei para publicidade por meio de engenhos publicitários, devendo os responsáveis pela confecção do material publicitário

e/ou pela realização dos eventos ser penalizados (Lei nº 674, de 04 de novembro de 2002).

Placa indicativa: expressões correspondentes à identificação do estabelecimento desde que NÃO contenha nome de fantasia ou razão social, nome do proprietário ou responsável, nome do estabelecimento, marcas ou logotipos, símbolos, desenhos e ilustrações referentes à produtos e serviços oferecidos.



Exemplos de placas indicativas

Art. 8º Os engenhos publicitários, quando fixados na testada do imóvel onde ocorre a atividade deste, não se sujeitam ao licenciamento previsto como obrigatório por esta Lei, desde que se configurem como indicativos, sem acréscimo de símbolos, logotipos, marca de produtos ou serviços, desenhos e ilustrações referentes a produtos e serviços oferecidos, sem nome de fantasia e/ou razão social, nome do proprietário e/ou responsável (Lei nº 329, de 29 de dezembro de 1995).

Marquise: Pequena laje saliente, em forma de aba, sem coluna de sustentação e com apoio em uma só extremidade, localizada na fachada externa de edifícios. Normalmente usadas para proteção da incidência de radiação solar e chuva ou como elemento decorativo, no entanto, de acordo com a legislação vigente, se tornam proibidas quanto situadas imediatamente sobre o passeio público.



Exemplo de marquise irregular

Art. 86. Sem prejuízo de outras disposições pertinentes da legislação, serão respeitadas as seguintes condições urbanísticas e ambientais de relacionamento dos imóveis com o espaço público adjacente e com a vizinhança:

I - nenhum elemento construtivo poderá avançar sobre a superfície, o espaço aéreo ou o espaço subterrâneo dos logradouros públicos ou dos imóveis vizinhos, tomando-se como referências os

alinhamentos oficiais dos logradouros públicos e os limites dos lotes contíguos; (.....) (Lei nº 673, de 04 de novembro de 2002).

Testada: Alinhamento, ou seja, linha divisória entre o lote ou imóvel e o logradouro público (ex.: calçadas, ruas, etc.). Dica: o tamanho da testada do imóvel vem descrito no Cadastro Imobiliário.

Toldo: Cobertura de lona ou de outro material, utilizada para abrigo do sol, chuva, vento, frio e calor.

Art. 59. Sobre os passeios ou logradouros exclusivos de pedestres, poderá ser autorizada a instalação de toldos ou coberturas de lona encerada ou material similar, que obedeçam aos seguintes requisitos:

I - deverão ser retráteis ou de fácil remoção;

II - não poderão exceder a parte do passeio ou logradouro correspondente à testada do estabelecimento para o qual foram autorizadas;

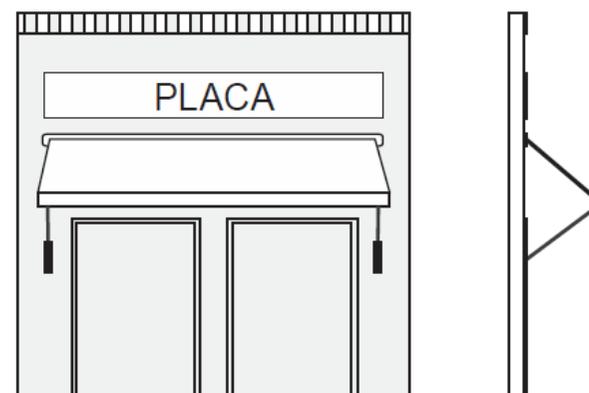
III - não avançar mais que 1/3 (um terço) da largura do passeio;

IV - nos pavimentos térreos, a altura mínima será de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros), entre a calçada e o limite inferior do mesmo;

V - não poderão dificultar o escoamento das águas pluviais;

VI - suas laterais deverão ser abertas, sem obstrução do trânsito de pedestres.

Parágrafo único. Nas áreas de preservação histórica, não poderão ser instalados sem autorização das autoridades responsáveis pelo Patrimônio Histórico e Cultural (Lei nº 674, de 04 de novembro de 2002).



Vistas frontal e lateral de toldo

Parâmetros para Publicidade

A autorização para a instalação das placas de publicidade nas Edificações localizadas nas UES Centro e UES Centro Antigo de Manaus, obedecerá aos seguintes parâmetros:

1. Será permitida a instalação de placas somente no pavimento térreo, não devendo ultrapassar o nível do piso do segundo pavimento.

2. Para o caso de apenas um estabelecimento comercial localizado no térreo, será permitida a colocação de uma placa de cada tipo (paralela e perpendicular).

3. Para mais de um estabelecimento comercial no térreo de uma mesma edificação, será permitida a colocação de um tipo de placa (paralela ou perpendicular) em cada estabelecimento, desde que obedeça o afastamento mínimo de 1,00m em relação ao encontro dos alinhamentos prediais e 2,00m entre placas.

4. Para um ou mais estabelecimentos acima do térreo, será permitida a colocação de um tipo de placa (paralela ou perpendicular) na porta de acesso ao pavimento superior. A identificação de cada estabelecimento poderá estar localizada no “hall de entrada” ou nas portas de acesso do estabelecimento dentro do edifício.

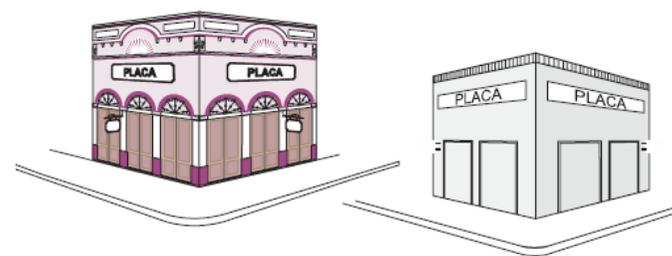
5. O estabelecimento poderá optar por letras em alto relevo ou caixa alta de, no máximo, 0,20m e, no mínimo 0,03m, desde que sejam respeitadas as regras das dimensões proporcionais às placas

paralelas. Se o estabelecimento optar pelas letras em alto relevo ou caixa alta, o mesmo não poderá colocar na fachada a placa paralela.

6. Os casos de publicidade dos estabelecimentos comerciais situados em área de intervenção do Projeto Manaus Belle Époque, serão avaliados mediante a apresentação de documento comprobatório através de Declaração da Secretaria de Estado da Cultura - SEC, identificando o proprietário e endereço do imóvel e registro fotográfico do engenho instalado.

7. Deverão ser preservados todos os elementos decorativos que façam parte da morfologia original das fachadas, tais como, gradis, vergas ou molduras, letras originais com nome do edifício, etc.

8. Para os estabelecimentos localizados em esquina ou com mais de uma frente para rua, será permitida a colocação dos dois tipos de placa em cada testada do imóvel.



Exemplos de estabelecimentos localizados em esquina

Das restrições:

9. Não será permitida a instalação de qualquer tipo de publicidade que ofereça perigo físico ou risco material, atual ou iminente.

10. É proibida a instalação de publicidade que afete a perspectiva ou deprecie, de qualquer modo, o aspecto de edifícios e monumentos.

11. Não poderá ser instalada publicidade que obstrua porta, janela ou qualquer abertura destinada à iluminação ou ventilação.

12. É vetada a colocação de toldo ou qualquer tipo de publicidade que encubra total ou parcialmente os elementos construtivos que compõem os desenhos das fachadas ou que obstrua ou prejudique a visibilidade da sinalização, placas de numeração, nomenclatura de ruas e outras de interesse público.

13. É proibida publicidade caracterizada como “lambelambe” geralmente colada, adesivada ou pintada diretamente em muros, paredes frontais, passeio, vias e logradouros públicos.

14. Não será permitida a utilização de qualquer elemento de vedação parcial ou total de fachada.

15. É vetada instalação de faixas, totens, painéis, banners e murais publicitários.

16. Nenhuma publicidade poderá ser instalada ou mesmo pintada na empena e nas laterais das edificações, nas marquises e qualquer estrutura sobre o passeio.

Parâmetros para Placas Paralelas à Fachada ou Letreiros:

17. Em relação à área total permitida, deverão obedecer às seguintes condições:

17.1 Para imóveis com testada inferior a 10 metros, a área total da placa ou letreiro não poderá ser maior do que 1,50 m². A altura da placa não poderá ultrapassar 0,80m e a espessura não poderá exceder 0,15m;



Obs.: A placa e o letreiro poderão ter outras dimensões contanto que a área máxima não ultrapasse 1,50m².

Dimensões máximas para as fachadas com até 10m de testada



Exemplos para aplicação de placas paralelas em imóveis com até 10m de testada.

17.2 Para imóveis cuja testada é igual ou superior a 10 metros e inferior a 50 metros, o tamanho máximo permitido para a colocação de placa, será de 3m². A altura da placa não poderá ultrapassar 0,90m e a espessura não poderá exceder 0,15m;



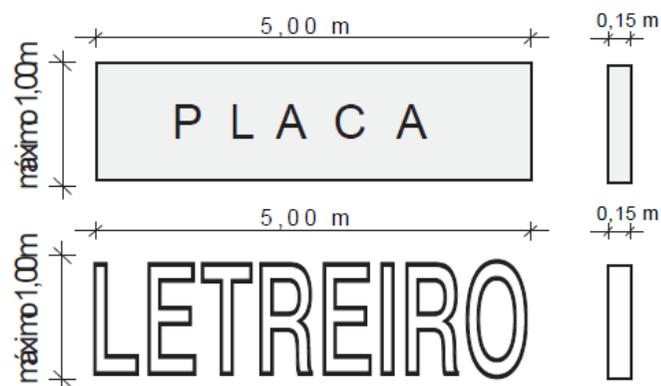
Obs.: A placa e o letreiro poderão ter outras dimensões contanto que a área máxima não ultrapasse 3,00m².

Dimensões máximas para as fachadas com testada de 10m a 50m



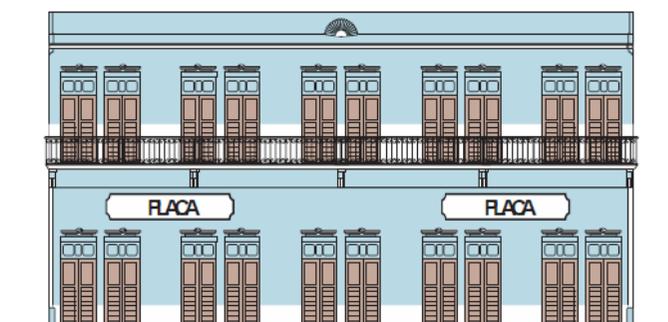
Exemplos para aplicação de placa paralela em imóveis com testada de 10m a 50m.

17.3 Os imóveis com testada igual ou superior a 50 metros poderão receber duas placas paralelas em sua fachada, com a área total individual não superior 5m². A altura da placa não poderá ultrapassar 1,00m e a espessura não poderá exceder 0,15m;



Obs.: A placa e o letreiro poderão ter outras dimensões contanto que a área máxima não ultrapasse 5,00m².

Dimensões máximas para as fachadas com testada igual ou superior à 50m



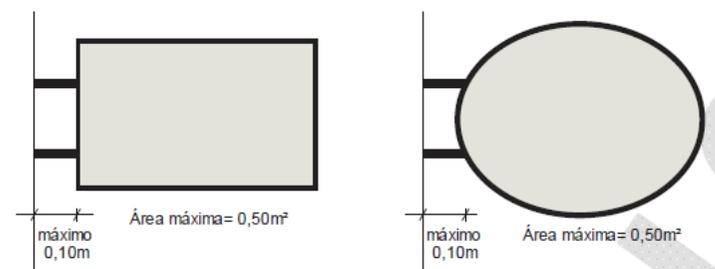
Exemplos para aplicação de placas paralelas para testada igual ou superior à 50m

18. Deverão obedecer à altura mínima de 2,20m medida do piso à face inferior da placa paralela, podendo distar do plano da fachada em até 0,10m;

19. As placas paralelas poderão ser encaixadas sobre os vãos das portas faceando a parte inferior das vergas ou acima das vergas;

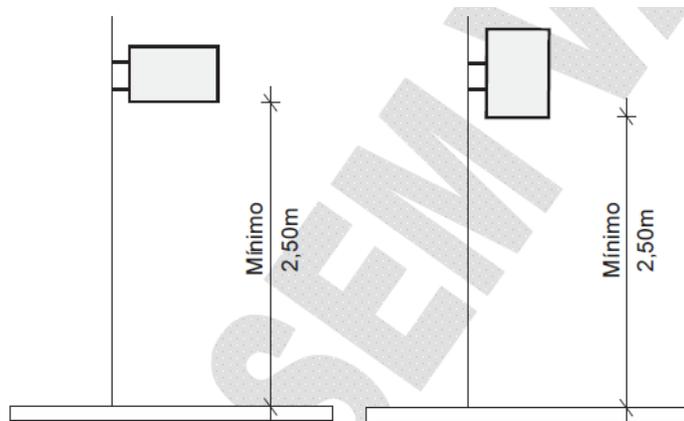
Parâmetros para Placas Perpendiculares à Fachada:

20. As placas perpendiculares terão área máxima de 0,50 m² e o espaçamento entre a placa e o alinhamento das fachadas de 0,10m;



Dimensionamento máximo da placa perpendicular

21. Deverão ser fixadas na parede, desde que respeitem uma altura livre mínima de 2,50m, medida do passeio à face inferior da placa perpendicular;



Vista lateral com altura mínima para as placas perpendiculares

22. A espessura da placa perpendicular não poderá ultrapassar 0,15m;
23. A placa perpendicular deverá obedecer à distância mínima de 0,50m em relação ao meio-fio da calçada;

Como proceder Placas em situações irregulares

1. Está em situação irregular quem, por exemplo, exibir publicidade:
 - a) sem autorização ou licença;
 - b) com dimensões não permitidas ou diferentes das aprovadas;
 - c) em mau estado de conservação;
 - d) com qualquer discordância aos parâmetros deste manual

